



XIV CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO

**POR UM FUTURO
MAIS SUSTENTÁVEL,
SOLIDÁRIO E HUMANISTA**

24 MAIO'24

HOTEL SOLVERDE | S. FÉLIX DA MARINHA

LIVRO DE ATAS

XIV CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO

**POR UM FUTURO
MAIS SUSTENTÁVEL,
SOLIDÁRIO E HUMANISTA**

24 MAIO'24

HOTEL SOLVERDE | S. FÉLIX DA MARINHA

XIV Congresso Nacional do Mutualismo:
Por Um Futuro Mais Sustentável, Solidário e Humanista

União das Mutualidades Portuguesas

Avenida 29 de Março. 754 Loja 14,

Apartado 58

3885-518 Esmoriz

Telefone: 256 112 880

NIPC - 501 097 350

www.mutualismo.pt

uniao@mutualismo.pt

Impressão: Multitema - MCD Comunicação Digital, Lda.

Tiragem: 120 exemplares

Esmoriz, outubro de 2024

Cofinanciado por:



Os Fundos Europeus mais próximos de si.

INTRODUÇÃO	7
SESSÃO DE ABERTURA	13
Carla Silva	14
Luís Alberto Silva	16
Maria do Rosário Palma Ramalho	20
CONFERÊNCIA - UMA AGENDA PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANISTA	25
Maria Isabel Carvalho (apresentação)	
Marco António Costa	
Sessão de Perguntas e Respostas	35
PAINEL - O FUTURO DA GERAÇÃO MAIS BEM PREPARADA DE SEMPRE	45
Eunice Gonçalves (moderadora)	
André Cardoso	
Domingos Lopes	
Tiago Brandão Rodrigues	
Sessão de Perguntas e Respostas	60
CONFERÊNCIA - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:	65
OS DESAFIOS DAS MUTUALIDADES PARA O BEM-ESTAR	
Luís Alberto Silva (apresentação)	
António Costa e Silva	
Sessão de Perguntas e Respostas	67
PAINEL - ESTRATÉGIA PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL	85
Fábio Pinto (moderador)	
Agostinho Branquinho	
Catarina Marcelino	
Luísa Salgueiro	
Sessão de Perguntas e Respostas	98
PRÉMIOS	107
Prémio Trabalhador do Ano	109
Prémio Inovar Para Melhorar	112
Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional	115
Prémio Cidadania e Solidariedade	118
Prémio Mutualismo e Solidariedade	122
OUTROS MOMENTOS	125
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	129
José Almeida	
FOTOGRAFIAS	132



INTRODUÇÃO

O XIV Congresso Nacional do Mutualismo, realizado a 24 de maio de 2024, em Vila Nova de Gaia, constituiu uma plataforma para a reflexão sobre o papel e os desafios das mutualidades no cenário contemporâneo português. Promovido pela União das Mutualidades Portuguesas, o congresso procurou enquadrar o movimento mutualista no contexto das mudanças sociais e económicas que têm vindo a caracterizar o país, nomeadamente o envelhecimento demográfico, a pressão sobre o sistema de proteção social, e a crescente necessidade de inovação nas respostas sociais e de saúde.

Ao reunir representantes de entidades mutualistas de todo o país, bem como figuras distintas do governo, ex-ministros e especialistas de áreas ligadas à economia, saúde, e segurança social, o evento destacou-se como um espaço privilegiado para o intercâmbio de ideias e estratégias. Os debates abordaram a necessidade de adaptação das mutualidades às novas exigências sociais e legais, ao mesmo tempo que reafirmaram a importância de reforçar a solidariedade e cooperação entre as várias entidades que integram o setor mutualista.

Apresentado por José Dias, Diretor do Gabinete de Comunicação da União das Mutualidades Portuguesas, e por Maria João Cardoso, Técnica do Centro Qualifica d'A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista, o XIV Congresso Nacional do Mutualismo centrou as suas discussões em torno da necessidade urgente de adaptação das mutualidades às profundas transformações sociais, demográficas e económicas que atualmente moldam a sociedade portuguesa. Estas mudanças incluem o envelhecimento progressivo da população, a desigualdade no acesso à habitação, e a crescente pressão sobre os sistemas de saúde e proteção social. Neste contexto, as mutualidades desempenham um papel fundamental, não só na prestação de cuidados de saúde, mas também na oferta de soluções para habitação a preços acessíveis e na promoção de um envelhecimento ativo e saudável. Estas áreas são especialmente críticas num momento em que o Estado enfrenta dificuldades crescentes em responder plenamente às necessidades emergentes, tornando as mutualidades atores indispensáveis na construção de uma rede de proteção social mais abrangente.

Entre os temas mais amplamente debatidos, destacou-se a revisão do *Código das Associações Mutualistas*. A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, reconheceu a importância de atualizar o enquadramento jurídico das mutualidades, salientando o compromisso do governo em colaborar estreitamente com o movimento mutualista para levar a cabo esta atualização. A revisão do código é entendida como parte de um esforço mais vasto de modernização legislativa, necessário para dotar as mutualidades de instrumentos mais adequados às novas exigências sociais e económicas.

Além disso, reflete o reconhecimento crescente do papel das mutualidades no fortalecimento do sistema de proteção social em Portugal, enquanto intermediários essenciais entre o setor público e as necessidades dos cidadãos, especialmente nas áreas já mencionadas.

O caderno de encargos apresentado pelo Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, delineou de forma clara e objetiva os principais desafios que as mutualidades enfrentam no contexto atual. Entre as questões prioritárias destacadas, encontra-se a necessidade urgente de fortalecer a capacitação institucional das mutualidades, assegurando que estas entidades disponham de recursos e ferramentas adequados para enfrentar um ambiente em constante evolução. A capacitação institucional surge como um elemento estratégico para garantir que as mutualidades possam manter a sua relevância e capacidade de resposta em áreas críticas, sobretudo num momento em que o tecido social e económico português atravessa profundas mudanças.

Outro ponto fulcral do caderno de encargos foi a reformulação do regime jurídico das farmácias sociais, um setor que desempenha um papel vital na garantia de acesso a medicamentos e cuidados de saúde, especialmente em comunidades mais vulneráveis. As farmácias sociais, geridas por mutualidades, têm-se afirmado como um complemento indispensável ao Sistema Nacional de Saúde (SNS), mas a obsolescência do regime jurídico que as regula limita o seu potencial de expansão e inovação.

Outro tema apresentado foi a ampliação da participação das mutualidades em áreas-chave, como a prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Este ponto sublinha a crescente complexidade dos serviços de saúde e a necessidade de envolver as mutualidades de forma mais ativa na prestação destes cuidados, de forma a aliviar a pressão sobre os recursos públicos. Com o envelhecimento acelerado da população, e as correspondentes necessidades de cuidados médicos mais avançados, a inclusão das mutualidades na cadeia de prescrição e diagnóstico é vista como um passo necessário para diversificar e fortalecer a oferta de cuidados de saúde.

O XIV Congresso Nacional do Mutualismo funcionou como um fórum essencial para o debate em torno do contributo das mutualidades na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmando o compromisso do setor mutualista com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Neste contexto, as mutualidades foram posicionadas como atores fundamentais no esforço global para alcançar os ODS, em particular no que diz respeito à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento das redes de proteção social. A sua atuação é vista como essencial para garantir que os cidadãos, espe-

cialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, possam ter acesso a cuidados e serviços essenciais, tais como saúde, habitação, e apoio social.

A promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, um dos pilares dos ODS, foi amplamente discutida durante o congresso, com foco nas políticas que podem ser implementadas para assegurar que as mutualidades continuem a desempenhar um papel relevante nesta missão.

As mutualidades, enquanto instituições de base solidária, têm um historial de promoção do bem-estar social e da inclusão, o que as posiciona como intervenientes-chave na execução de estratégias orientadas para a justiça social e a equidade. No debate, foi destacado o papel das mutualidades na criação de soluções concretas para a proteção de grupos vulneráveis, como os idosos, pessoas com deficiência, e populações de baixos rendimentos, demonstrando o seu contributo prático para os objetivos de inclusão social e erradicação da pobreza.

O congresso também serviu como um ponto de reflexão sobre a agenda para uma sociedade mais humanista, onde a prioridade nas pessoas e no bem-estar coletivo prevalece sobre interesses económicos ou comerciais. Neste sentido, as mutualidades foram destacadas como instituições que promovem um modelo de desenvolvimento centrado na dignidade humana, onde a solidariedade e a partilha de responsabilidades são princípios orientadores. Tal modelo, fundamentado na justiça social e na coesão comunitária, foi apontado como essencial para enfrentar os desafios atuais da sociedade, nomeadamente o aumento das desigualdades e a exclusão social.

Outro ponto central nas discussões foi a estratégia de envelhecimento ativo e saudável, um tema que reflete as preocupações crescentes com o envelhecimento da população e a necessidade de criar políticas públicas que promovam a longevidade com qualidade de vida. As mutualidades, com a sua atuação na área da saúde e no apoio social, são vistas como parceiras estratégicas na implementação de programas e serviços que incentivem o envelhecimento ativo, garantindo que os cidadãos idosos mantenham uma vida digna e participativa. O congresso sublinhou a importância de integrar as mutualidades em políticas nacionais que visem assegurar uma resposta eficaz às necessidades de uma população cada vez mais envelhecida, numa altura em que a sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social está a ser posta à prova.

Um tema também abordado durante o congresso foi o futuro da geração considerada a mais bem preparada de sempre. Neste painel, foi analisado o papel das mutualidades e de outras entidades na criação de oportunidades para os jovens, num contexto marcado por rápidas mudanças tecnológicas e económicas. As discussões sublinharam a necessidade de preparar os jovens para um mercado de

trabalho em transformação, promovendo uma transição mais inclusiva e equitativa para a vida ativa. Foi referida a importância de desenvolver políticas que assegurem que esta geração, apesar de ser a mais qualificada, não enfrente barreiras que limitem o seu potencial, destacando-se ainda o papel central das mutualidades na promoção de estratégias de inclusão social e desenvolvimento de competências, essenciais para garantir que as futuras gerações possam contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

A presença de decisores políticos e especialistas de diferentes áreas no congresso sublinhou a relevância de uma articulação mais eficaz entre o movimento mutualista e as políticas públicas. A participação destes intervenientes trouxe uma perspetiva institucional e técnica que reforçou a centralidade das mutualidades no panorama da proteção social em Portugal, realçando a sua capacidade de atuação em áreas como a saúde, a habitação e o envelhecimento ativo. Ao mesmo tempo, foi destacado o seu potencial para contribuir de forma ativa para o desenvolvimento de soluções inovadoras que possam complementar os recursos públicos, cada vez mais pressionados pelas exigências sociais.

O congresso evidenciou que o movimento mutualista tem um papel vital na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária, sendo necessário, no entanto, continuar a promover o seu fortalecimento institucional e a garantir que as suas ações sejam devidamente enquadradas nas estratégias de desenvolvimento social do país.

Ao longo das discussões, ficou claro que a modernização e o aperfeiçoamento do enquadramento legal das mutualidades são fundamentais para que estas possam enfrentar de forma eficiente os desafios contemporâneos, garantindo que o seu papel continue a ser pertinente e adaptado às crescentes necessidades da sociedade.



SESSÃO DE ABERTURA

CARLA SILVA

*PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
DA UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS*

LUÍS ALBERTO SILVA

*PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS*

MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO

MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Carla Silva

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
da União das Mutualidades Portuguesas

Exma. Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Doutora Rosário Palma Ramalho, aqui representando todo o elenco governativo.

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Doutor Luís Alberto Silva, que na sua pessoa representa e eu aproveito para saudar todos os demais órgãos associativos desta União.

Ilustríssimos oradores e oradoras,

Caríssimas e caríssimos mutualistas, que empenhadamente sempre honram esta data.

Minhas senhoras e meus senhores.

Eis-nos juntos, mais uma vez, para honrarmos o movimento e os valores que nos unem e para pormos em partilha mútua as nossas reflexões, os nossos conhecimentos, as nossas experiências, as nossas realidades e as nossas ambições.

Eis-nos reunidos para assinalar mais um ano de mutualismo em Portugal, dos 848 que já contamos, e para concretizar o 14.º Congresso Nacional do Mutualismo, momento privilegiado de construção de pensamento crítico sobre o mundo e as pessoas que servimos. A todos e a todas dou as boas-vindas.

Naturalmente, quando nos reunimos nesta data comemorativa, dividimos sempre as nossas atenções entre a evocação do passado que alicerça a nossa ação presente, a homenagem aos homens e mulheres que foram e são farol da atuação mutualista aqui e além fronteiras, e a antecipação da estratégia para o desenvolvimento e posicionamento do modelo mutualista como resposta de futuro. E foi precisamente na reflexão em torno do tema deste ano que o meu ceticismo em relação ao futuro, assumo, perturbou os meus pensamentos e me colocou dificuldades na redação desta intervenção.

A verdade é que os últimos anos, e em particular os acontecimentos nacionais e internacionais dos últimos tempos - ambientais, económicos, sociais, políticos, humanitários -, tendem a fazer desacreditar de um futuro que possa ser adjetivado de sustentável, solidário e humanista. Lamentavelmente, poderíamos agora elencar inúmeras informações, ocorrências e situações recentes que fragilizam a sustentabilidade, a solidariedade e o humanismo que todos que estamos aqui acreditamos essenciais ao futuro dos homens e do planeta, não obstante os esforços individuais de muitos e as políticas adotadas pelas plataformas e organismos mais empenhados e atentos às mudanças coletivas necessárias.

Mas depois refleti novamente e vi que o mutualismo, motor que nos trouxe aqui hoje, pode ser, na verdade, instrumento para um futuro mais sustentável, mais solidário e mais humanista. Emergindo da entreajuda mútua, da fraternidade e da tolerância, o modelo mutualista é, no seu âmago, solidariedade, e pode dar vasto e sólido exemplo de práticas solidárias ancoradas na sua matriz de inovação social. Assenta em princípios seculares e incontornáveis de igualdade, cidadania e respeito mútuo.

O mutualismo é, na génese, humanismo, e pode o seu modelo de atuação fazer prevalecer por mais oito séculos os valores humanistas que tão essenciais são às relações e ao exercício político que conduz os desígnios de todos. Partindo da corresponsabilidade, da procura de soluções, de protecção e de espírito de renovação, fazer mutualismo é trabalhar para a sustentabilidade dos recursos, das respostas, das comunidades, da vida. Por isso se reúnem hoje tantos nomes e tantos contributos sobre o tema deste 24 de maio, e ninguém vai conseguir negar que os painéis são riquíssimos. Por isso, faz sentido que coloquemos o mutualismo na agenda de uma sociedade mais humanista. Nós sabemos do que é que falamos, mas queremos fazer mais e queremos fazer melhor.

Acreditamos que a geração mais bem preparada de sempre pode ser também a mais solidária e mais atenta ao outro. E nós dela bem precisaremos e queremos apoiá-la nesse desígnio. Os jovens que vocês hoje aqui veem andar entre nós e envolvidos são expressão desse nosso compromisso. Devemos promover espaços de reflexão acerca de modelos e oportunidades de sustentabilidade e dos desafios que esta mesma coloca aos recursos disponíveis, à longevidade humana e ao bem-estar comum. Principalmente porque este é um percurso muito sinuoso, que depende da audácia e do engenho de todos e em particular de nós, mutualistas, que aqui estamos. Devemos olhar para os exemplos daqueles que de alguma forma se destacaram já, antecipando, cada um à sua maneira e no seu tempo, o futuro que queremos construir e ligar.

No final desta jornada, faço votos de que cada mutualista e não mutualista - porque também cá estão - aqui presente leve consigo sementes para cultivar amanhã, à sua volta e no seu caminho, o futuro mais humanista, solidário e sustentável de que a humanidade hoje já precisa.

Há 50 anos, homens e mulheres corajosos, mobilizados e motivados pela vontade de um futuro melhor, diferente, organizaram-se e fizeram o 25 de Abril, que alguns de nós aqui presentes vivenciaram e muitos de nós herdaram e que tem sido assinalado ao longo deste ano 2024. Eles e elas foram capazes. Nós não poderemos sê-lo menos e temos ferramentas para fazer mais e melhor.

Muito obrigada por estarem cá e votos de um excelente dia de trabalho.

Luís Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas

Muito bom dia a todas e a todos.

Exma. Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,
Prof. Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho,

Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Doutora Carla Silva, Senhores Presidentes, Dirigentes e Representantes das Mutualidades, Convidados, Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todas e a todos damos as boas-vindas.

Permitam-me começar por agradecer à Senhora Ministra a honra que nos concede por estar presente nesta celebração dos 848 anos de mutualismo em Portugal. É para nós muito encorajador este seu gesto. Queremos transmitir-lhe uma palavra de estímulo e votos de muitas felicidades no desempenho do cargo e na governação de áreas tão sensíveis como o trabalho, a solidariedade e a segurança social, fundamentais para a construção de um Portugal socialmente coeso, inclusivo e desenvolvido. É por isso, com redobrado entusiasmo, que iniciamos os trabalhos deste nosso 14.º Congresso e evocamos o Dia Nacional do Mutualismo, movimento social com raízes históricas profundas na sociedade portuguesa.

A Senhora Ministra comentava agora há pouco que está a ler o nosso livro, *Origens do Mutualismo em Portugal*. Acredito que não dá para adormecer, mas sim para ficar mais empolgada. Acho que já tem o vírus do mutualismo no seu sangue, que é um bom vírus.

Desde 1176, primórdios da nacionalidade, tem sido um farol de solidariedade e entreajuda, assegurando a proteção social dos portugueses em diferentes contextos e épocas, substituindo ou complementando o próprio Estado.

O mutualismo teve grande influência na criação, em 1916, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social na orgânica do Governo e foi a inspiração para o sistema de proteção social contemporâneo e para o surgimento de outros movimentos sociais. Em 2024, continuamos ao lado dos portugueses, assegurando modalidades complementares de segurança social, prestando cuidados de saúde, bem-estar e assistência medicamentosa. Cuidamos de idosos e de crianças. Somos a almofada que protege as famílias, principalmente as mais vulneráveis. Capacitamos pessoas através de programas de qualificação e formação profissional. Acolhemos e integramos socialmente migrantes. Proporcionamos habitação a custos

acessíveis, entre outras atividades. O universo das ações mutualistas pode não ser o maior em número de organizações, mas tem um enorme impacto social. Congrega mais de um milhão de associados e concede benefícios a mais de dois milhões e meio de portugueses. Possui uma relevância económica incontestável, como revelam os dados da última *Conta Satélite da Economia Social*. Emprega cerca de 5 mil trabalhadores. Pratica remunerações médias superiores às da economia nacional e da economia social e solidária. Contribui para a criação de emprego e a dinamização das comunidades locais. Gera um valor anual bruto superior a 327 milhões de euros e suporta mais de um terço dos impostos pagos ao Estado pelo setor da economia social.

As mutualidades podem ter um papel ainda mais relevante na sociedade portuguesa, mas para que isso aconteça há constrangimentos que importam sinalizar e remover. O *Código das Associações Mutualistas*, que urge alterar, porque ao contrário do que se propunha, não permitiu a modernização e o desenvolvimento do setor. Criou ainda mais entropias. É indispensável uma maior solidariedade da Direção-Geral da Segurança Social na apreciação e registo dos estatutos das associações mutualistas.

Só no universo das nossas filiadas há cerca de meia centena de associações mutualistas que ainda não conseguiram obter o seu registo. É fundamental robustecer o movimento mutualista através de um maior apoio à capacitação institucional e do reforço da participação ordinária à União das Mutualidades Portuguesas; rever o modelo de cooperação entre o Estado e o setor social para a celebração de novas convenções das especialidades e acordos para a prescrição de meios complementares de diagnóstico e de terapêutica; alterar o regime jurídico das farmácias sociais, de forma a permitir a abertura de mais 25 novas farmácias sociais nas mutualidades; acelerar o processo de celebração de protocolos entre o Serviço Nacional de Saúde e o Setor Social, para a prestação de cuidados de saúde pelas clínicas e hospitais das mutualidades e demais instituições sociais; aprofundar a cooperação para um maior envolvimento do movimento mutualista no aumento da oferta de habitação a custos acessíveis.

Senhora Ministra, somos e estamos otimistas. Acreditamos que se empenhará no cumprimento de que consagra o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, de 2023/2024, celebrado com o anterior governo que já contemplava expressamente algumas dessas matérias, nomeadamente a revisão do *Código das Associações Mutualistas* e a Lei das Farmácias Sociais, assim como o reforço da cooperação na área da saúde. Com a devida vénia a José Saramago, e como este diria, *“Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo”*, e disso tem dado mostras o atual governo e, neste caso, o nosso primeiro-ministro que é desta

região. Estamos disponíveis para de imediato começarmos a trabalhar com o governo na concretização destes e de outros dossiês.

Caras e caros participantes e convidados, o tema central deste Congresso reflete a nossa determinação em enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável, solidário e humanista. Vivemos num contexto de profundas transformações sociais. O impacto do inverno demográfico nos sistemas de proteção e de segurança social, a transição digital e climática, a dificuldade em reter talentos da chamada geração mais bem preparada de sempre, o colapso do Serviço Nacional de Saúde e a integração de imigrantes são um dos maiores desafios que nós temos em mãos.

É o debate sobre estes temas que nos propomos fazer neste Congresso e, para acrescentar valor às nossas reflexões, recorreremos ao saber e à experiência de um vasto e reputadíssimo leque de oradores de excelência. Além disso, vamos reconhecer projetos inovadores, a dedicação dos trabalhadores das associações mutualistas e personalidades relevantes nas áreas do mutualismo, da solidariedade e da cidadania.

Caras e caros mutualistas, neste dia evocamos e expressamos a nossa gratidão a todos aqueles, como vós, que desinteressadamente se dedicam à causa do mutualismo, sacrificam a sua vida pessoal e as suas famílias para servir os outros. A este propósito, cito uma frase de Nelson Mandela: *“O que conta na vida não é o mero facto de termos vivido. É a diferença que fizemos na vida dos outros, que determinará o significado da vida que nós levamos.”* E por isso, as mutualidades fazem a diferença na vida das pessoas. A União das Mutualidades Portuguesas reafirma o seu compromisso com as suas filiadas, com o desenvolvimento e a afirmação do movimento mutualista e do mutualismo na sociedade portuguesa.

À boa maneira portuguesa, temos a tendência de subestimar o que fazemos de bom e hiperbolizar os nossos *handicaps*. Em boa verdade, apesar de nem sempre verem reconhecida a sua importância e o seu papel, as mutualidades têm em marcha projetos e grandes investimentos em novos equipamentos sociais, e novas respostas na transição energética e digital. Estão cada vez mais comprometidas com a inovação, mais sensíveis para a importância da capacitação e valorização dos seus recursos humanos, do trabalho em rede e da comunicação com novos públicos. Em suma, estão num trajeto de modernização que importa aqui sinalizar, encorajados e apoiados.

Para terminar, agradecemos à Senhora ministra, aos oradores e moderadores, e a todos os presentes a honra que nos dão de partilharem connosco a alegria desta celebração e os contributos para as reflexões que podem fazer ao longo deste dia. Gostaria também de deixar uma palavra de apreço, porque todos nós

chegámos aqui e verificámos que isto tudo foi montado por aqueles que muitas das vezes não estão à frente para que nós os possamos ver. Um bem-haja a todos os trabalhadores das nossas mutualidades, porque são eles a grande riqueza que nós temos e são eles que irão permitir o desenvolvimento, o crescimento e a evolução que todos pretendemos.

Viva o mutualismo! Muito obrigado.

Maria do Rosário Palma Ramalho

Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Muito bom dia a todos.

Queria cumprimentar em especial o Senhor Doutor Luís Alberto Silva, presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas,

A Senhora Doutora Carla Silva, presidente da mesa da Assembleia Geral da União, também os oradores deste congresso, alguns com responsabilidades também em governos anteriores e nestas áreas ou ligados com estas áreas;

Cumprimentar também os altos dirigentes de organismos públicos que aqui se reuniram, os representantes dos agrupamentos e associações mutualistas, os exmos. senhores autarcas que se juntaram aqui a nós e, minhas senhoras e meus senhores, a todos vós também um cumprimento especial.

Começo por agradecer à União das Mutualidades Portuguesas, na pessoa do Senhor presidente, o convite para estar presente nesta sessão de abertura, o que faço naturalmente em nome do Senhor primeiro-ministro e representando aqui o Senhor primeiro-ministro e o governo, como bem disse o Senhor Doutor Luís Alberto Silva, mas também em nome próprio, pelo meu gosto pessoal, para além de institucional, em estar aqui.

O tema que dá nome a este 14.º Congresso Nacional do Mutualismo, *Por um Futuro Mais Sustentável, Solidário e Humanista*, não poderia dizer melhor sobre o que é o movimento mutualista, porque capta, numa só frase, o espírito de mais de oito séculos de mutualismo nacional, numa perspetiva que tem, obviamente, um grande peso histórico, mas que não é concentrada na história. É sim virada para, e repito, para um futuro mais sustentável, solidário e humanista. Ou seja, ao fim de 800 anos de história de mutualismo em Portugal, nós podemos pensar num futuro para o mutualismo de mais 800 anos ou quanto tempo seja. Porque o mutualismo, na verdade, tal como outras iniciativas do setor privado, capta o que há mais de essencial, que é a capacidade da sociedade civil se unir por si própria através das soluções que desenha e que, porque está próxima dos problemas, são as melhores para os resolver.

O Senhor Doutor Luís Alberto Silva teve a gentileza de me oferecer o livro da Doutora Joana Dias Pereira e do Rui Henrique sobre a história do mutualismo e eu estou mesmo a ler aquilo com atenção, porque também gosto muito de história e de facto aquilo é muito interessante relativamente a todo este movimento, que eu devo dizer que conhecia lateralmente, a partir das minhas outras vidas como juslaboralista, porque também as origens dos sindicatos, como saberão, são asso-

ciações de socorros mútuos, ou seja, associações mutualistas. Mas é uma pequena ponta do iceberg de tudo aquilo que faz o mutualismo desde o nascimento, na verdade em 1176 — eu nem sabia que era tão fundo — mas sobretudo mantendo os princípios de entreajuda, reciprocidade e solidariedade. E são estes princípios que se mantêm até hoje nas 101 associações mutualistas que estão registadas na Direção-Geral da Segurança Social - tomei nota desta parte do seu caderno de encargos, Senhor Doutor. Já estamos a acelerar esse processo - e representando um milhão de associados. O mutualismo é de facto uma realidade incontornável e ainda bem que existe, porque nós às vezes deparámo-nos com muitas realidades que parecem incontornáveis e não são boas, mas esta é uma realidade incontornável e excelente.

Também recordar que a Lei de Base da Segurança Social, que este ano faz 40 anos, inscreve a proteção mutualista no seu princípio de complementariedade. Portanto, o Estado reconhece o papel do mutualismo. Na verdade, o Estado Social é algo muito posterior ao mutualismo; antes já havia o mutualismo e ainda bem que se mantém. É um sistema de grande, muitíssimo valioso. Por isso, enquanto Ministra do Trabalho, tenho a maior honra em reconhecer a importância do movimento mutualista para alcançar uma proteção social mais abrangente e mais solidária. Aproveito para dizer que o Governo continuará, como é óbvio, a trabalhar ao lado dos mutualistas. Não é por cima dos mutualistas, é ao lado das associações mutualistas e dos seus agentes na defesa da economia social e do papel que nele desempenha.

Deixem-me partilhar convosco algumas das preocupações que o Governo tem nesta matéria de proteção social. Como é sabido, infelizmente, 42% dos portugueses estão em risco de pobreza antes de receberem as transferências sociais, mas, e isso ainda é mais preocupante para mim, depois de receberem os apoios sociais, 2,1 milhões de portugueses mantêm-se em risco de pobreza ou exclusão social. Este é um número aterrador para um país colocado geograficamente no primeiro mundo, ou assim se costuma dizer. A maior parte dos casos, estes portugueses em risco de pobreza, são idosos, mas também são pessoas portadoras de deficiência e outros grupos que estão mais expostos à armadilha da pobreza. É, por isso, um objetivo absolutamente central do Governo assegurar uma proteção mais eficaz a estas pessoas e isso é feito naturalmente através de apoios públicos, mas também é feito, e não menos importante, através da economia social e subsidiariamente através do setor privado.

Não há aqui complexos ideológicos quanto ao recurso ao setor privado, mas isso também não deve ser entendido como menor valorização do setor social, pelo contrário, é exatamente nesta ordem. O que pode ser feito para melhorar esta

resposta conjunta? Desde logo eu diria que é necessário que as instituições garantam maior acesso a informação simples e útil pelas pessoas. O sistema é muito hermético, não é de fácil compreensão e temos que o simplificar tornando-o também mais previsível. Isto vai ajudar a aumentar a equidade na distribuição dos apoios sociais, a direccionar os acordos de cooperação e evitar situações de fraude - em tudo isto, a transparência é aqui um instrumento muito importante para a justiça social. Também vai ajudar a que as pessoas tomem decisões mais informadas e recorram à proteção social quando dela efetivamente precisam.

Em segundo lugar, é política deste Governo aprofundar as respostas ao envelhecimento ativo e também ao envelhecimento digno. São duas faces da mesma moeda; digno porque é sempre necessário que seja digno, mas ativo tanto quanto possível e enquanto for possível, e ao mesmo tempo combatendo a pobreza. Aqui destaco três medidas que o Governo adotou recentemente. Como também disse o Senhor Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, o Governo tem andado depressa, é verdade que tem andado depressa, mas a pobreza não pode esperar e, portanto, é por isso que anda depressa. As instituições da economia social também não podem esperar; não devem esperar. Recordo que o Governo já reforçou em 100% a comparticipação integral da aquisição pelos pensionistas e reformados beneficiários do Complemento Solidário para Idosos dos medicamentos sujeitos à prescrição médica e comparticipados. Esta medida vai entrar em vigor em junho e tem um protocolo com a Associação Nacional de Farmácias para que seja simples. Basta o idoso ir à farmácia e não precisa de preencher um papel e fazer dez requerimentos. É desta forma simples que o sistema vai funcionar. Também iniciou o processo gradual de subida da garantia do rendimento mínimo dos pensionistas, que se prevê que chegue a €820 no final da legislatura, aprovando o primeiro aumento do Complemento Solidário para Idosos, um aumento extraordinário de €50, portanto passará a ser também €600 a partir do próximo mês de junho.

E devo dizer, mais uma vez, que estamos a preparar os serviços para que a operacionalização desta medida também não passe por dez requerimentos, mas seja feita da forma mais simples possível. Como sabem, isto não é fácil, porque a máquina de gestão social — e temos aqui dois responsáveis pela máquina de gestão social -, é lenta e complexa, mas estamos a fazer de tudo para que a partir do próximo mês de junho este aumento chegue aos idosos que já dele beneficiam, e sobretudo, para que outros que não beneficiam e que podem passar a beneficiar, rapidamente consigam operacionalizar este benefício. Por fim, chamar a atenção para o facto deste Governo ter eliminado uma condição iníqua, uma condição de exclusão no acesso a este rendimento, que era contarem os rendimentos dos filhos e, portanto, isso também é uma questão de justiça social mais elementar e o sistema lá está

também a ser preparado operacionalmente para que isto seja feito de forma rápida. Estando eu aqui perante o Congresso das Associações Mutualistas, aproveito para fazer um apelo para que nos ajudem também a fazer divulgação, porque às vezes os próprios beneficiários ou não estão em condições físicas ou psíquicas de perceber essa vantagem que têm e, portanto, os que deles cuidam poderão ajudar. Por outro lado, o Governo está a apostar em novos modelos menos estatizantes de respostas sociais, que apostam mais na permanência dos idosos nas suas casas tanto quanto possível, nas suas comunidades tanto quanto possível, retardando ou evitando a institucionalização. Isto passa por capacitar as instituições públicas, mas também as instituições do setor social, para respostas inovadoras que privilegiem este apoio mais centrado na autonomia e, portanto, apoio domiciliário, o papel dos cuidadores informais, teleassistência.

Algumas destas respostas, atenção, não dependem apenas do Ministério do Trabalho e Segurança Social, e portanto, em resposta também a uma parte do caderno de encargos que o Senhor Presidente fez aqui muito bem, aproveito a oportunidade para dizer que nós estamos em articulação com o Ministério da Saúde para assegurar uma resposta complementar ou conjunta e não puxar cada um para o seu lado. É um desperdício de dinheiros públicos, de energia e cuja eficácia no final é menor. Vamos tentar encontrar uma resposta conjunta que assegure o apoio domiciliário da Saúde Social, mas também o apoio médico, etc. E tudo isto, obviamente, em colaboração com a economia social.

Da mesma forma, questões como as que referiu, como as farmácias sociais, etc., exigem esta articulação que, podem ficar certos, eu vou-me assegurar de que será feita. Alargar também o número de vagas comparticipadas nas respostas sociais, quando seja o caso, e aqui, obviamente, não estou apenas a falar de idosos, mas também estou a falar de crianças, porque o mutualismo tem esta virtualidade. É que, no fundo, acompanha a vida das pessoas desde que são pequeninas; as situações de maternidade, as creches, o desemprego e depois até à outra fase das suas vidas. Tal terá que ser equacionado em conjunto e as respostas que temos que dar também são para estas várias fases.

O terceiro aspeto que talvez salientasse, e não vos quero passar muito mais tempo porque a parte sumarenta deste Congresso é o que vem a seguir e não o que eu venho aqui dizer, é a preocupação de reforçar a sustentabilidade das instituições do setor social, que têm para o Governo um papel imprescindível. Aqui, recordo a medida da consignação do IRS, que passou de 0,5 para 1%. Isto passou um bocadinho despercebido, mas é verdade que foi assim. Portanto, na próxima declaração do IRS isto já vai contar, o que é muito importante para muitas instituições do setor social e, obviamente, rever os protocolos de cooperação plurianuais

que nós temos entre o Governo e as instituições do setor social e solidário, de forma clara e previsível e não de forma *ad hoc* como às vezes seria. Gostava de dizer a este propósito que o Governo, como saberão, nos termos das cláusulas do Compromisso para a Cooperação para o biénio 2023-2024, que já estava assinado, havia a previsão de constituição de um grupo de trabalho para estudar o valor daquilo que corresponde aos encargos sociais relativos a cada prestação, para irmos buscar o valor real e, portanto, fazer essa atualização. Esse grupo de trabalho, como vários outros grupos de trabalho do Governo anterior, nunca entrou em funções, nunca reuniu, portanto nós já reativámos esse grupo de trabalho e estamos neste momento à espera que os parceiros da economia social nos indiquem os representantes para começarmos, efetivamente, a conseguir fazer o apuramento do custo técnico e do custo real das respostas sociais, sem o qual não podemos fazer as atualizações. Também já está em curso a revisão do *Código das Associações Mutualistas* na Direção-Geral de Segurança Social, que estava, também sabemos, um bocadinho parado.

Em suma, um conjunto de ações cujo objetivo é só um: dignificar e permitir o trabalho das instituições do setor social, entre as quais as associações mutualistas. Portanto, o caderno de encargos está passado para mim, agradeço muito, e aliás, já estamos a fazer, já tínhamos feito este exercício. Como também já ouvi dizer ao Senhor Presidente da União das Mutualidades, deixemos-vos trabalhar. É isso que vamos fazer, mas queria dizer que contam não com nenhuma solução estatizante, não é essa a índole deste Governo, porque acreditamos que é na sociedade civil que se encontram as melhores respostas, mas uma posição do Governo de apoiar o mais possível, o compromisso de uma grande colaboração e apoio, porque o objetivo que perseguem julgo que é o objetivo de todos nós e de Portugal.

Muito obrigada e bom congresso.



CONFERÊNCIA

UMA AGENDA PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANISTA

POR **MARCO ANTÓNIO COSTA**

*ADVOGADO POLÍTICO, EX-SECRETÁRIO DE ESTADO
DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, E EX-DEPUTADO*

APRESENTAÇÃO DE **MARIA ISABEL CARVALHO**

*PRESIDENTE DA CLÍNICA SÃO CRISTÓVÃO - ASSOCIAÇÃO
DE SOCORROS MÚTUOS DOS EMPREGADOS
DO COMÉRCIO DE LISBOA*

Maria Isabel Carvalho

Presidente da Clínica São Cristóvão - Associação de Socorros Mútuos
dos Empregados do Comércio de Lisboa

Bom dia a todos.

É um gosto estar hoje aqui a colaborar com todos num tema tão importante nos nossos dias, que está na reflexão de todos nós.

Com esta temática da agenda para uma sociedade mais humanista, nós não pretendemos apenas debater e sermos exaustivos, mas acima de tudo sermos algo elucidativos e lembrarmos que este tema existe. Pretendemos avaliar como é que as premissas do humanismo podem ser adotadas para responder aos grandes desafios da sociedade dos nossos dias, nomeadamente em termos das desigualdades sociais, da gestão dos recursos naturais e as novas tecnologias.

Na verdade, hoje assistimos às crises migratórias, às crises ambientais e ecológicas e as novas tecnologias que têm vindo a abalar de uma maneira extremamente forte todos os valores do humanismo. A crise migratória vem chocar com a promessa central do humanismo, na igual dignidade de cada ser humano. Na crise ecológica são evidentes os efeitos destrutivos do modo de vida dos homens sobre o planeta, impondo uma reflexão sobre os nossos limites e aquilo que deverá conduzir os nossos padrões de atuação de modo a garantirmos um futuro sustentável. Os avanços tecnológicos, como a própria questão do dia a dia, com a inteligência artificial e tudo o mais, vem pôr em discussão, acima de tudo, a própria delimitação da pessoa humana.

Em suma, temos de repensar como é que vamos contribuir para uma sociedade que promova um futuro humanista e solidário, mas certamente o Doutor Marco António Costa vai brindar-nos com o seu ponto de vista sobre este tema e no final teremos todos a oportunidade de ficar mais enriquecidos, certamente, com a sua exposição.

Muito obrigada.

Marco António Costa

Advogado Político, ex-Secretário de Estado da Solidariedade
e Segurança Social e ex-Deputado

Queria, obviamente, começar por cumprimentar a Doutora Carla Silva, Presidente da Assembleia Geral da União das Mutualidades, o Senhor Doutor Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração, e, nas pessoas de ambos, agradecer o convite e, mais do que o convite, agradecer o conhecimento direto que tive enquanto responsável pela área social, mas também enquanto responsável ou representante de órgãos de soberania, pela qualidade e pelo serviço inestimável que as mutualidades, ao longo dos séculos, têm garantido aos portugueses de forma exemplar.

Queria também cumprimentar a Doutora Maria Isabel Carvalho e agradecer a sua ajuda nesta tarefa de falar de uma matéria tão ampla e tão desafiante. Sei que, de seguida, o André Carvalho, o Domingos Lopes e o Tiago Brandão Rodrigues serão os próximos a ser chamados ao palco. Peço desculpa por não poder continuar até ao final, mas motivos familiares obrigam-me a ausentar. Desejo-lhes, desde já, as maiores felicidades nas suas intervenções e felicito-os pelas funções que têm desempenhado.

Gostava de vos dizer que, quando recebi o convite para falar sobre este tema, dada a amplitude que o mesmo pode adquirir, fiquei na dúvida sobre o melhor ângulo de abordagem. Sendo este um Congresso da União das Mutualidades, entendi que seria importante dar uma panorâmica da realidade global, mas depois focar-me naquilo que é o nosso dia a dia, a realidade nacional, e o que, do ponto de vista de uma agenda humanista, pode ser relevante para as mutualidades em termos de reflexão estratégica para o futuro. Além disso, as mutualidades têm cumprido ao longo dos anos uma tarefa muito importante: desafiar os poderes públicos para um caminho inovador na relação com o setor social

Julgo que todos nós ouvimos — ou, pelo menos, eu ouvi com grande satisfação — o discurso da Senhora Ministra que, além de ser uma prestigiada juslaborista na área do direito laboral, é alguém que rapidamente introduziu no discurso algo que se perdeu nos últimos anos: a ideia de parceria entre o setor público, o setor social e o setor privado. A diabolização ideológica que tantas vezes é feita relativamente ao setor social e privado, e a desconfiança que se instala por parte de alguns grupos ideológicos, não são saudáveis para uma sociedade tolerante. Acima de tudo, são altamente penalizadoras dos interesses daqueles que mais necessi-

tam de uma mão amiga, de apoio solidário, e de uma presença adequada no seu enquadramento social.

Por isso, quero-vos dizer que julgo que a Senhora Ministra trouxe hoje um discurso de abertura ao setor social e privado, algo que saúdo, e que me encheu — permita-me a expressão — as medidas, do ponto de vista daquela que é a minha visão para o setor. Falar de humanismo, de uma agenda humanista, é insuficiente se não acrescentarmos mais três palavras: humanista, personalista e assente numa ética de dignidade da pessoa humana.

Apesar da expressão 'pessoa humana' ser redundante, é uma expressão muito comum. Como sabem, em 2015, em Addis Ababa, Etiópia, foi lançado o Programa de Ação de Addis Ababa, que definiu as grandes linhas orientadoras dos Objetivos de Desenvolvimento Social que as Nações Unidas consagraram. São 17 objetivos que, em termos globais e planetários, estão fixados como um esforço comum de todas as nações e povos para os atingir. Entre eles está a erradicação da fome, o combate à pobreza, o fomento da igualdade, o crescimento económico, enfim, a saúde digna, o trabalho digno.

Todos esses objetivos têm algo em comum, que é o desenvolvimento sustentado no plano ambiental, no plano social e, permitam-me, também no plano da governação dos povos, em matérias como a democracia, a igualdade, o acesso a direitos fundamentais e, acima de tudo, a transparência na ação governativa.

Apesar de, em Paris, a nível global, ter havido o Acordo de Paris — que, no fundo, é a assinatura de um compromisso conjunto no caminho de implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — qual é a realidade que temos em 2023, ou que tínhamos em 2023? A nível planetário, éramos 8 mil milhões de cidadãos. Desses 8 mil milhões, 25% da população mundial vivia em situação de conflito ou guerra, o que significa, talvez, o indicador mais grave de conflito bélico desde a Segunda Guerra Mundial.

Há 100 milhões de deslocados forçados e 30 milhões de refugiados, o maior número desde a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos 30 anos, nunca houve tantos mortos em conflitos bélicos a nível global. Esta era, em 2023, a situação de um mundo em que a Europa, as Nações Unidas, e nós, no plano europeu, com o esforço que tem sido feito, procuramos encontrar um conjunto de objetivos sustentáveis — e os resultados que temos encontrado são estes.

Se falarmos da biodiversidade, verificamos que nos últimos 30 anos houve a maior aceleração no desaparecimento de espécies a nível planetário. Hoje, 70% dos animais existentes no planeta são aves, e são aves de consumo. Não são aves em ambiente natural, mas criadas para consumo humano. A esses números devemos somar a circunstância de que mais de mil milhões de pessoas no planeta

não têm uma habitação que se possa considerar uma casa — não têm o mínimo de dignidade sob o ponto de vista construtivo ou de requisitos básicos de habitação.

Além disso, 700 milhões de pessoas não têm acesso à eletricidade e mais de mil milhões não têm acesso regular à água. Acho que estes números são suficientemente ilustrativos para compreendermos o mundo em que vivemos e o espaço que ocupamos. Porque, no dia a dia, talvez não percebamos a totalidade desta realidade.

Agora, indo aos números que têm a ver com o nosso setor. Há 800 milhões de cidadãos que vivem, neste mundo, em pobreza extrema. Quando se fala em pobreza extrema, significa que essas pessoas têm dificuldade em garantir o mínimo de alimento para uma refeição diária. Além disso, há 4 mil milhões de pessoas — ou seja, metade da população mundial — sem sistemas de proteção social.

Outro número relevante associado à água é que 80% das mulheres têm como tarefa fundamental do dia arranjar e carregar água para as suas famílias. Este é o mundo bipolar em que vivemos, onde, em espaços desenvolvidos, discutimos confortos enquanto, ao olhar de relance, vemos o sofrimento global que persiste.

Mas, se esta é a realidade, todos temos de contribuir para combatê-la. Nesse sentido, recomendo às mutualidades que façam uma divulgação dos 17 ODS, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que promovam um debate interno sobre esses objetivos, para que haja uma visão mais humanista. Já dentro de uma agenda humanista, esses são os desafios e os caminhos que instituições como as vossas podem construir em termos de apoio global, através de ações internacionais — ainda que isso nem sempre seja uma missão prioritária para as mutualidades.

Quero-vos dizer que os problemas migratórios que vivemos não são fruto do acaso, são resultado destas circunstâncias. Quem vive em guerra, quem vive com fome, sem proteção social, sem uma habitação minimamente digna... Pensem e façam este exercício, olhando para as vossas famílias: o que fariam se estivessem nessas circunstâncias? O que é natural no ser humano é a ambição de ultrapassar as dificuldades, de se mobilizar para encontrar um novo espaço e um novo futuro. Essas pessoas olham à sua volta e veem a Europa, naturalmente, como um espaço objetivo a alcançar, no sentido de garantir que o seu acesso ao espaço europeu possa significar uma transformação estrutural nas suas vidas, pela qualidade imediata das respostas sociais que o espaço europeu pode proporcionar, nas áreas da habitação, da saúde e da proteção social.

Portanto, temos que ter presente que só há uma forma de equilibrar o mundo: apoiar o desenvolvimento e as condições de vida dessas pessoas que vivem nas circunstâncias que descrevi — guerra, fome, falta de água, falta de eletricidade, falta de habitação, sem proteção social, numa situação de sobrevivência

extrema. É neste âmbito que partimos para a discussão dos desafios atuais. Felizmente, hoje, não temos este desafio como imediato. É claro que há problemas de subsistência familiar em Portugal, com dois milhões de pobres. É óbvio que temos um conjunto de portugueses em situação de extrema necessidade de enquadramento social. Temos muito a fazer no âmbito da proteção social, que, em sentido lato, a nossa sociedade desenvolveu ao longo dos anos, e que vocês são o esteio. Juntamente com a CNIS e com as Misericórdias, o mutualismo, as Misericórdias e o associativismo social são o pilar fundamental dessa proteção e ação social na nossa sociedade.

O que falta, o que falta e quais são os desafios que temos? Todos sabemos que, cada vez mais, há uma procura de não apenas responder às necessidades coletivas, mas também de olhar para as necessidades individuais e personalizadas de cada pessoa. Duas pessoas em situação de pobreza podem precisar de respostas diferentes. Quando aplicamos sistemas formatados e programados, muitas vezes temos dificuldade em encaixar as pessoas dentro de soluções estereotipadas.

Acredito que, há muito tempo, vem sendo discutido que reformas são necessárias para garantir maior eficiência nas políticas sociais. Pela minha experiência, colocaria à cabeça o fim da segmentação das respostas sociais. Esse fim da segmentação tem uma resposta institucional imediata: acabar com a segmentação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Segurança Social. Precisamos de uma política unificada para os assuntos sociais. As necessidades de um cidadão não se esgotam em nenhum desses ministérios individualmente. Sabemos do inferno burocrático e da incapacidade de resposta quando alguém precisa de percorrer os serviços destes três ministérios para obter uma resposta conjunta para um problema específico.

Pensemos numa criança com necessidades de aprendizagem especiais, com graves problemas de saúde e vinda de uma origem social desfavorecida. Os pais dessa criança vão enfrentar uma vida de luta contra o sistema para proteger e ajudar o seu filho. Terão que lidar com os desafios burocráticos da educação, os critérios de seleção social da educação, que muitas vezes são diferentes dos critérios da Segurança Social e da Saúde. Os pais terão que recorrer à Saúde para obter acompanhamento adequado e, por fim, à Segurança Social. Esta é a primeira imagem da falta de humanismo do sistema: não ser capaz de se adaptar ao cidadão, mas obrigar o cidadão a percorrer vários caminhos e corredores que o sistema lhe impõe.

Muito francamente, acredito que é preciso unificar as políticas sociais. Precisamos de virar o sistema ao contrário. No setor privado, temos um gestor que trata de nós; precisamos de um 'gestor social' que ajude as famílias e os cidadãos a

navegar pelos diferentes serviços do Estado e a responder às suas necessidades. O sistema deve estar ao serviço das pessoas, e não as pessoas ao serviço do sistema. E acho que isso não é assim tão difícil de fazer.

É um desafio essencial, e, porventura, encontrarmos os gestores do sistema vai implicar a necessidade de contraturalizar essa tarefa também com o setor social. Não vale a pena o Estado pensar, ou os meus amigos pensarem, que eu estou a defender o crescimento do setor público. Não. Nós sabemos que há muitos cidadãos que vão bater à porta da paróquia, da junta de freguesia, da câmara municipal, dos serviços de segurança social, vão à escola, vão às mutualidades, vão às misericórdias, desesperados, à procura de alguém que os ajude. Temos que, nesta rede, encontrar quem exerce a função de gestor social daquela pessoa e daquela família, com poderes de consulta aos sistemas públicos de informação e de proteção social, e com poderes de proposta para efeitos de decisão da vida dessas pessoas. Portanto, o meu primeiro desafio é a reforma dos modelos de respostas sociais formatadas e estereotipadas: a criação da figura do gestor social responsável por responder perante aquela família.

Em segundo lugar, temos que combater o desenraizamento familiar e comunitário e a massificação da institucionalização. Sei que vou dizer algo que pode não ser popular, mas não podemos continuar a construir lares e instituições onde metemos lá dentro as pessoas. Se continuarmos neste ritmo, com o nível de envelhecimento que está a ocorrer e, felizmente, com a esperança de vida associada a esse envelhecimento, vamos transformar-nos num país de instituições para idosos. Estamos a pegar nesses idosos, a retirá-los da sua vida comunitária, a desenraizá-los, a obrigá-los a conviver uns com os outros sem que o desejem. Muitos deles ainda estão em bom estado de saúde mental e, quando entram nessas instituições, começam a degenerar rapidamente. A culpa é dos profissionais? Das pessoas que lá estão? Não. A culpa é do sistema, que trata da mesma maneira uma pessoa autónoma e uma pessoa em fase de alienação absoluta.

Quando fui secretário de Estado, em 2004 e em 2011, vi uma grande diferença. Em 2004, quando visitava um lar de idosos, encontrava 10% de pessoas com Alzheimer ou Parkinson. Em 2011, essa percentagem já era de 40% a 50%. Estive num lar em Vila do Conde onde uma senhora, que conheci em 2004, tinha 91 ou 92 anos e ainda estava em boa saúde mental. Em 2011, ela continuava a cobrar uma promessa ao provedor da Misericórdia, ainda lúcida. Mas vejam quantos anos essas pessoas permanecem nos lares. Não são todos iguais, claro.

Mas pergunto: qual é o custo físico de construir um lar? O custo de manutenção da estrutura física? O custo de funcionamento? Se pegarmos nesse dinheiro e investirmos em soluções personalizadas nas casas das pessoas, com pequenas

melhorias que respondam à evolução da idade em ambiente comunitário, mais próximo e menos massificado, seria mais eficiente e barato. Alterar e reforçar as soluções de apoio domiciliário é fundamental, e acredito que precisamos de virar o sistema ao contrário neste nível.

Reparem numa criança que é violada ou maltratada numa família. Muitas vezes, ela é retirada da família e colocada num lar de crianças e jovens em risco, onde se faz um trabalho notável neste país. No entanto, essa criança perde a referência familiar e o conforto de ter uma ideia de família. Muitas vezes, nem todas as pessoas da família são más. Em vez de expulsarmos da família a pessoa que lhe faz mal, acabamos por retirar a criança da família e isolá-la daqueles que lhe fazem bem — irmãos, porventura, e até o pai ou a mãe. Assim, a criança que já foi maltratada é também punida. O sistema, na minha ótica, tem uma visão humanista completamente errada. Precisamos de começar a discutir estas questões sem tabus e sem criar conflitualidade em torno disso.

Devemos discutir com seriedade, colocar psicólogos e sociólogos a debater este tema, para que nos tragam uma visão que permita ter um modelo de transição e inovação. Não podemos simplesmente partir deste modelo e construir um novo sem uma transição adequada. Combater o desenraizamento familiar e comunitário e a massificação da institucionalização é urgente. A quantidade de pedidos de construção de lares que existia no meu tempo, e que seguramente existe hoje, é brutal. Brutal!

Corremos o risco de terminar as nossas vidas dentro de uma instituição, rodeados por pessoas que não conhecemos, que não são nossos amigos, que não são nossas referências. Isso é terrível do ponto de vista do desenraizamento humano e para a defesa do nosso personalismo e dignidade humana.

Em terceiro lugar, temos que olhar para a figura do cuidador informal ou formal, chamem-lhe o que quiserem, mas há na nossa sociedade a necessidade de atrasar a institucionalização, de promover de forma acelerada essa figura, que pode ter um papel essencial em retardar a necessidade das pessoas de terem um enquadramento institucionalizado. Não estou a dizer, na medida anterior, que devemos acabar com os lares. Estou a dizer que os lares são o fim da linha, e isso é algo diferente. E depois podemos discutir, no fim da linha, que alterações concretas devem existir para garantir que esse fim de linha seja mais humanizado.

Seguramente, uma das coisas importantes que acontecerá será rever os acordos de cooperação, porque sabemos que hoje o valor de comparticipação está abaixo de 50% das necessidades efetivas das instituições. Com o crescimento do salário mínimo nacional, que é uma medida importante para elevar o rendimento das camadas sociais trabalhadoras de níveis profissionais mais indiferenciados, a

verdade é que isso teve impacto nos custos das instituições do setor social. Quando o salário cresce 10%, a componente de comparticipação equivalente a recursos humanos também deve crescer 10%, no mínimo, para cobrir o custo direto e efetivo dessas instituições. Depois teremos outra discussão, que é como fazer crescer os salários médios e os salários dos quadros superiores, porque estamos num achatamento entre o salário mínimo e o salário médio, o que desmotiva os quadros intermédios e a classe média de rendimentos médios a se esforçarem para ter um papel mais proativo na sua ação profissional.

O cuidador informal merece reconhecimento social e oficial, o que já começou a acontecer. Houve um grande avanço no governo anterior, mas ainda está muito aquém do necessário. Reparem que estou a tentar ser o mais apartidário e apolítico possível na minha apreciação. As questões sociais podem ter agenda ideológica, mas no final do dia têm pessoas que precisam de respostas. E, se nos prendermos às agendas ideológicas, acabamos por não responder aos interesses das pessoas, que é o objetivo fundamental de uma estrutura social de poder: responder às necessidades de quem lhes confia o exercício dessas funções.

Já falei do problema da articulação das políticas sociais. O maior combate que tive como Secretário de Estado foi convencer o Ministério da Educação — pessoas amigas, titulares de funções, obviamente sensíveis, e os sindicatos também — sobre a importância de professores que estavam em situação de disponibilidade, que não tinham nada para fazer, para serem mobilizados. Em 2012, esses professores não tinham horários, e de certeza que o Senhor Presidente Luís Alberto Silva se lembra dessas conversas, porque todas as segundas-feiras reuníamos os responsáveis do setor social para acompanhar de perto os problemas e dificuldades que estavam a viver, e mobilizámos 100 professores pagos pelo Ministério da Segurança Social para irem para os lares de crianças e jovens em risco dar apoio pedagógico.

Sabemos que crianças traumatizadas, desenraizadas de uma escola e colocadas noutra, são verdadeiros super-heróis por conseguirem lidar com traumas familiares e pessoais. Essas crianças são triplamente punidas: sofrem o que não deviam, são afastadas das pessoas que gostam, e são colocadas num lugar onde ninguém as conhece, sendo vistas como 'os coitadinhos'. Temos que inverter esse caminho. Quem deve ser punido é quem se porta mal. Quem deve sair é quem se porta mal. Vemos também situações incompreensíveis em que, muitas vezes, quem é maltratado acaba colocado na presença do agressor ou violentador. Tudo isso faz parte de uma agenda humanista, que trata das pessoas com ética, direitos e proteção.

O meu maior combate foi conseguir esses 100 professores para ajudarem esses lares de infância, apoiando as crianças na recuperação pedagógica. Por

isso digo que a articulação das políticas não se pode basear apenas em conversas entre secretários de Estado de diferentes ministérios. Precisamos de um Ministério dos Assuntos Sociais que una todos esses setores, para que haja alguém a tomar decisões de forma coordenada. É incompreensível discutir recursos do Ministério A ou B, quando todos os recursos são dos cidadãos que pagam impostos. Essa argumentação formal muitas vezes impede soluções que seriam mais racionais do ponto de vista económico do que manter os recursos separados e discutindo a quem pertencem e como serão governados.

O ponto 6 é que a comparticipação das respostas sociais precisa ser atualizada e o modelo de resposta social alterado. O ponto 7 trata da inovação tecnológica ao serviço das pessoas, o que nos leva muito longe. E o ponto 8 é sobre a descentralização e contratualização do setor social em várias atividades fundamentais.

Gostaria de terminar dizendo que cada um desses pontos poderia dar origem a vários congressos e debates. Trouxe aqui ideias gerais sobre temas essenciais para nossa vida, e acho que cabe aos políticos fazerem os desafios, enquanto cabe aos técnicos o trabalho fundamental de discutir as soluções estruturadas. Deixo essa tarefa a quem dedica sua vida ao trabalho social em favor dos portugueses mais desfavorecidos. Mais uma vez, agradeço o convite e coloco-me à disposição para responder a perguntas

Obrigado.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Questão de Augusto Vieira, Advogado:

Senhor Doutor Marco António Costa,

Sei que, no tempo em que foi aprovada a Lei de Base da Economia Social, o senhor era governante. É uma das leis aprovadas por unanimidade. Devo dizer-lhe que a lei, tal como está, não a transforma em uma lei de valor reforçado. Uma lei de valor reforçado teria muito interesse, porque, para tudo isto que falamos sobre humanismo, são necessários recursos. E a lei, se fosse de valor reforçado, já teria algum interesse na defesa, digamos assim, das atividades deste setor. Porque não, já que penso que é deputado, reaprovar a lei por unanimidade, mas, em vez daquela alínea que lá está, inserir a alínea da lei de valor reforçado, transformando uma lei que não serve para nada numa lei que já teria algum interesse? O senhor é jurista, sabe o que é o interesse de uma lei de valor reforçado. Era essa a questão que lhe colocava. Muito obrigado.

Marco António Costa:

Muito obrigado. A lei de base é, por natureza, uma lei de valor reforçado. Já por si, sob o ponto de vista de hierarquização das fontes de direito, é uma lei de valor reforçado. E é verdade que foi aprovada por unanimidade, em 2013, uma semana depois de ter sido votada uma moção de censura ao Governo a que eu pertencia. Portanto, reparem que, numa semana há um voto de moção de censura e na semana seguinte é aprovada uma lei por unanimidade. Foi um grande esforço de negociação no Parlamento, pelos senhores deputados de todos os partidos, e ao qual o Governo se associou — eu e o doutor Pedro Mota Soares.

Hoje, já não sou deputado, e confesso que não sinto saudades, porque aquilo que vejo acontecer na Assembleia deixa-me muito triste. Acho que estamos a viver um tempo em que os velhos pergaminhos de cavalheirismo e respeito entre pares têm sido perdidos. Quando as instituições de soberania entram num processo de falta de respeito por si próprias, é imprevisível o que poderá acontecer numa sociedade. E vejo isso, infelizmente, com muita frequência, o que me deixa muito triste, porque sou do tempo em que havia um conjunto de regras não escritas na Assembleia da República, respeitadas por todos os partidos com centro parlamentar de forma impecável.

Não estou a dizer isto para acusar o partido A, B, C ou D. Acho que, de uma forma geral, há uma perda desses valores, e seria importante que, um dia destes, a própria Assembleia debatesse o que significam esses valores e o simbolismo que

podem ter para a qualidade geral de uma sociedade mais respeitadora de si própria e com maior eficiência. Sobre a Lei de Bases da Economia Social: a Lei de Bases teve vários desenvolvimentos. Foram os diferentes códigos que foram, entretanto, aprovados e a legislação subsequente. Talvez a parte que teve menor desenvolvimento tenha sido nas políticas fiscais e no financiamento. Portanto, julgo que não é necessário reaprovar a lei. Basta relerem a lei e terem vontade de a aplicar de forma mais efetiva. Considero que isso é uma obrigação de qualquer partido, de qualquer governo, seja ele qual for.

Ouvi com interesse a circunstância de a Senhora Ministra ter dito que, no acordo com o Setor Social, era necessário criar equipas conjuntas para atualizar as participações do Estado no âmbito da política de parceria com o Setor Social, nomeadamente para fazer uma avaliação do custo real que as instituições enfrentam hoje pelos serviços que prestam. Sabemos que existe um custo nominal e um custo real, e esse custo real é fundamental para podermos avaliar objetivamente o nível de subfinanciamento atual. Esse subfinanciamento tem várias causas. Posso citar duas razões objetivas:

Primeiro, os recursos humanos. Não falo apenas da inflação geral, que afeta a compra de bens essenciais, mas também, por exemplo, do aumento dos custos de energia, que têm crescido significativamente. São dois fatores essenciais para instituições como lares ou centros de dia, que precisam de climatização: aquecimento nos períodos mais rigorosos do inverno e refrigeração no verão. As pessoas são essenciais para o cuidado de outras pessoas. Sem pessoas e sem servidores do setor social, não existe ação social. Pode haver dinheiro e transferência de prestações sociais, mas isso, por si só, não resolve o problema.

Agora, vou abordar um tema que sei ser bastante polémico, mas que aproveito esta oportunidade para falar. Defendo uma reforma no sistema de prestações sociais do setor da solidariedade. Porquê? Porque, mais uma vez, as prestações sociais são um somatório de várias soluções estereotipadas que não olham para a necessidade concreta de cada pessoa. Acredito que deveria haver uma base de cerca de 80% que agregasse várias respostas previstas legalmente em termos de apoio social. No entanto, deveria haver uma margem variável, um espaço de decisão para os técnicos sociais reforçarem, ou não, de acordo com critérios minimamente objetivados e programas sociais estáveis, o apoio para atender a necessidades específicas, como, por exemplo, a necessidade de um psicólogo ou de um cuidador por mais horas.

É necessário personalizar a prestação social. Isso só será possível se tivermos uma componente fixa e uma componente variável, trabalhada pelos técnicos. Pode-se argumentar que isso abre espaço para certa discricionariedade. Em parte,

é o que já existe hoje com o rendimento social de inserção. Há um conjunto de critérios objetivos, mas também subjetivos. No entanto, precisamos confiar nas pessoas que fazem o trabalho. Devemos regular e fiscalizar, mas temos que confiar. As pessoas estão lá para fazer o bem, não o mal. Podem cometer erros, mas a solução é regular e fiscalizar.

Questão de Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas):

Estive a ouvir a agenda proposta pelo Doutor e registei vários tópicos que me parecem efetivamente merecedores de atenção de todos nós para o futuro humanista, sustentável e solidário, por que estamos aqui hoje. Todavia encontrei aqui, ou estou a encontrar, alguma dificuldade para encontrar um espaço de equilíbrio. Falou de um conceito que registei e que, provavelmente, mais à frente terei de visitar noutros contextos, que são os modelos de transição. Sublinhou também dois conceitos muito importantes: o desenraizamento familiar e a institucionalização massiva. Concorro plenamente. Na prática diária, é isso que infelizmente vemos, sentimos... E dói. E dói. Todavia, como bem sabe, e muitos aqui presentes sabem, temos vindo a fazer um caminho de tipificação das soluções e das respostas. Sabemos que as instituições têm sempre poucos recursos para o muito que sonham e queriam fazer, e sabem que era preciso fazer. E, quando tentam recorrer a financiamento, elas próprias estão também muito balizadas, muito tipificadas naquilo que se propõe financiar ou nas ações elegíveis, para utilizar a linguagem dos avisos. A minha pergunta é: uma vez que esteve aqui a dar-nos vários tópicos e propostas de caminho, qual poderia ser o caminho para encontrarmos o equilíbrio entre a inovação ou a disrupção — para nos afastarmos do desenraizamento e da institucionalização — e, ao mesmo tempo, as fontes de financiamento e as respostas tão tipificadas? Onde é que podemos casar estas duas coisas?

Marco António Costa:

Muito obrigado pela pergunta. Hoje temos um modelo que está cada vez mais tipificado e focado na institucionalização. Sabemos que isso é insustentável para o futuro. Também já falámos sobre isso: as lágrimas das pessoas que chegam a essas instituições, sejam crianças ou idosos, têm que ser curadas, saradas e apoiadas pelas pessoas que lá trabalham, muitas vezes ganhando o salário mínimo nacional. São essas pessoas que estão na linha da frente, seguidas pelos técnicos. Mas são essas pessoas que fazem o trabalho humanista. Precisamos fazer opções, porque a política é a arte de fazer opções. A sociedade tem que pressionar a política a fazer essas escolhas. Não poderemos continuar a investir tanto em lares e insti-

tuições sem direcionar parte dos recursos para investir em modelos de transição. O que são esses modelos? Eu defendo que deve ser criada uma linha de financiamento, um fundo de investimento, no âmbito da política de reforma da habitação, por exemplo, para que as câmaras municipais ou as instituições sociais promovam a adaptação das casas de idosos e pessoas portadoras de deficiência. Essas adaptações podem incluir melhorias nas casas de banho, rampas de acesso, entre outras.

Ou seja, deveria haver um fundo de conversão social de habitações, e muitas podem ser adaptadas. Talvez algumas dessas alterações, associadas à designação de um cuidador social, possam ajudar a quebrar o isolamento, acompanhando as pessoas e tratando de questões básicas, como ir buscar medicamentos. Hoje em dia, muitas farmácias também desempenham esse papel social de levar medicamentos até as pessoas. Eu conheço essa realidade. Portanto, essa transformação não se faz só com dinheiro. Tem que haver dinheiro, sim, mas também ideias e um período de transição. Parte desse dinheiro precisa vir de outras áreas, porque é preciso fazer escolhas. A política é assim.

Quem ocupa cargos de decisão precisa de estar preparado para tomar decisões que, em consciência e de acordo com um consenso construído pela sociedade, promovam a diferenciação positiva para o futuro. Isso só é possível com decisões corajosas, e a primeira dessas decisões é reconhecer que não podemos continuar nesse caminho. Esse caminho leva ao abismo. Eu não quero terminar os meus dias num lugar cercado por pessoas que não conheço, que nunca significaram nada para mim, melhores ou piores que eu, com pessoas encantadoras — porque já visitei lares e sei que o que faz a diferença não é o betão, mas as pessoas. Essas pessoas tentam substituir o que deveria ser o meu ambiente familiar, o ambiente dos meus amigos. Muitas vezes, essas pessoas são desenraizadas geograficamente, e os amigos já não podem visitá-las. Quebram-se todos os laços. Estamos a destruir o que é mais importante: as relações humanas. E as pessoas estão a tentar substituir isso pelas redes sociais, pelo telemóvel, para evitar o isolamento. Acho que esse não é o caminho.

Portanto, Senhora Doutora, o que quero dizer com isso? Temos um modelo hoje, e esse modelo leva-nos ao abismo. Precisamos de desenhar um modelo de futuro que tenha objetivos claros e precisos, e devemos elaborar um plano de dez anos para desinvestir em certas áreas e investir em outras. Não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. E há outra coisa que precisamos de fazer: o PRR surgiu como uma resposta à pandemia, e esse problema grave trouxe uma oportunidade de transformação em vários setores. Devemos fazer escolhas. As novas fontes de financiamento devem ser canalizadas para soluções inovadoras, do ponto de vista da transformação social. Senhora Doutora, o que não vai haver é dinheiro para tudo.

Questão de Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas):

O PRR surgiu para responder a esta avalanche mas a verdade é que na prática nós verificamos que voltamos ao enviesamento das tipificações.

Marco António Costa:

Senhora Doutora, eu acho que fui claro.

Primeiro ponto: precisamos de nos consciencializar de que estamos a caminhar no sentido errado.

Segundo ponto: precisamos de fazer um debate sério sobre as soluções inovadoras que temos de adotar, e essas soluções devem ser apontadas de forma estudada, clara e objetivada por sociólogos, psicólogos, especialistas nas matérias sociais, que vivem essa realidade no dia a dia. As autarquias — hoje estará cá a minha amiga, que representa a Associação Nacional de Municípios, uma autarca de elevada qualidade na sua ação institucional e uma mulher de grande sensibilidade social — devem ser desafiadas também para isso.

É preciso que o Estado Central dê as mãos às autarquias locais, que diariamente substituem o Estado Central em diversas áreas de atuação, e também ao setor social, para que façamos esse esforço conjunto. Precisamos de começar a construir um caminho diferente. Não podemos fazê-lo de um dia para o outro. Precisamos de um plano de transição. Estou disponível para trabalhar convosco nisso. Não gosto de lançar ideias e depois encostar-me para trás.

Estou disponível para trabalhar convosco. Agora, é preciso um plano de transição. Aqui estão vários responsáveis que têm experiências institucionais e sabem que isso não é fácil. Governar é como conduzir um porta-aviões, não uma lancha rápida. Uma lancha rápida vira imediatamente para a direita ou para a esquerda. Mas, para virar um porta-aviões lá ao fundo, temos de começar agora a fazer a mudança de direção. E nós não podemos atirar ninguém borda fora. Se dermos guinadas bruscas à embarcação, atiramos borda fora quem está a bordo. Não pode ser assim. Não podemos deixar para trás as pessoas que já acolhemos. Temos de ter cuidado com a forma como o fazemos mas é preciso consensualizar um plano de transição. Essa é a minha visão. Peço desculpa se, às vezes, digo alguma asneira, mas essa é a minha visão.

Questão de Alexandre Lopes, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta:

Bom dia, Senhor Doutor

Eu estive a ouvi-lo e fiquei muito agradado com o que ouvi, e corroboro

praticamente tudo o que o Senhor Doutor diz e a visão que partilha. Eu, por sinal, já fui autarca de freguesia no Concelho de Matosinhos — o Senhor Doutor ainda agora falou da Presidente do Concelho — e eu acho que os municípios, nessa questão do gestor social, de acompanhamento, digamos assim, são fundamentais para o desenvolvimento dessa figura. Em Matosinhos foi criada a rede social de freguesia, o chamado atendimento integrado, ou seja, integrar os serviços de segurança social e todas as associações e organizações ligadas à área social. Depois criaram-se as comissões sociais de freguesia — eu não sei se isso existe em todos os municípios do país, presumo que sim. Portanto, acho que criar essa figura será fácil. Depois, operacionalizar a montante, criar as regras e a autonomia que lhe será eventualmente dada, e operacionalizar o processo, é que será difícil, porque acho que os instrumentos já estarão no terreno.

Outra coisa: há cerca de três anos, numa ação semelhante a esta, tivemos a vice-presidente da Segurança Social. O Doutor António Costa e Silva não estava presente, havia alguém em sua representação, e quando se começou a lançar o PRR falou-se também dos cuidadores informais nessa altura. Eu levantei uma questão que vai ao encontro daquilo que estava a dizer. Hoje em dia, pelo menos na realidade que conheço, temos o apoio domiciliário, que é convencionado através da Segurança Social, para a área de higiene, alimentação, para prestar esse cuidado. Uma instituição, uma mutualidade, que tenha, por exemplo, esse apoio domiciliário, mas que também tenha um psicólogo, um enfermeiro, um terapeuta, médicos de clínica geral... Por que é que essa pessoa, necessitando desses serviços, não pode — e isto vai um bocadinho ao encontro daquilo que referia — por que é que essa mesma instituição não pode prestar todo esse apoio? Ou seja, aqui entra a questão dos ministérios e da falta de ligação interministerial. Existe essa separação, em que o Ministério da Saúde, ou a área da saúde, não permite o apoio domiciliário na área da saúde, mas, através da Segurança Social, há o apoio domiciliário. Quando temos uma instituição que já pode prestar ambos os tipos de apoio, escusava de haver duas entidades envolvidas. O SNS ou uma ULS podiam prestar esse apoio, e simultaneamente, uma IPSS — neste caso — podia prestar outro tipo de apoio. Embora ideologicamente possamos estar em linhas opostas, concordo plenamente com aquilo que o Senhor Doutor partilha e com a sua visão.

Muito obrigado.

Marco António Costa:

Acho que já é um avanço, quando ideologicamente não temos a mesma visão, mas temos a mesma solução, que são coisas diferentes, que é solucionar os problemas das pessoas. Deixe-me fazer-lhe dois comentários ao que disse.

Quando falamos de atendimento social, mencionou a rede social, e isso é importante. Ela debate os problemas de uma forma mais ampla, observando a floresta e não apenas as árvores, ou seja, os problemas no seu conjunto e os sintomas sociais mais negativos, e cria soluções em rede para responder a isso. Mas, em 2012, tive uma experiência bastante esclarecedora. A Câmara de Loures disponibilizou-se para algo que me parecia objetivamente simples. Hoje, as câmaras municipais têm mais funcionários e mais técnicos dedicados ao apoio social do que a própria Segurança Social. Se olhar para um município como Gaia ou Porto, e só para dar números fictícios, se a Segurança Social tiver 40 técnicos, entre atendimento e técnicos sociais, os municípios e as freguesias desse concelho podem ter 400 ou 500. A pergunta é: por que é que as pessoas têm que ir a três guichês? Por que é que o serviço municipal não pode fazer o atendimento? A resposta é simples: existia a ideia de que a informação na posse da Segurança Social só podia ser acessada por funcionários da Segurança Social.

O que quer isso dizer? Que os funcionários da Segurança Social, quando nascem, são ungidos por uma bênção divina que lhes permite acessar essa informação altamente reservada. Mas, se saírem da Segurança Social e forem para a Câmara Municipal, já não têm essa bênção e não podem consultar a mesma informação. A questão é muito simples. O funcionário municipal deve assinar um termo de responsabilidade, sendo informado dos deveres de confidencialidade que tem de garantir sobre essa informação. Foi isso que resolvemos. Quase que me comem vivo dentro da Segurança Social por isso. Isto é tão simples quanto parece.

Agora, o segundo ponto: o médico de família. Todos devemos ter um médico de família, concordo. Mas por que não posso escolher um amigo meu, que é médico e que me acompanha quando estou doente, para ser o meu médico de família? Por que me têm que impor um médico com quem eu não tenho empatia, quando vou falar de coisas tão pessoais? Se esse médico assume essa responsabilidade, voltamos ao problema. Se não for do sistema, já não serve. Ele só passa a ser aceite se for ungido pelo sistema, se for funcionário do SNS. São estas pequenas entropias administrativas e burocráticas que, todos os dias, erguem barreiras e muros entre os portugueses e as soluções que precisam para o seu dia a dia. Precisamos de nos descomplexar em relação a alguns temas. Eu sou especialista, como advogado, em proteção de dados e *compliance*. São áreas em que trabalho diariamente. Fiz uma conferência há algum tempo sobre os problemas de *compliance*. Estão aí as regras de combate à corrupção, o código de transparência, os códigos de conduta, as políticas de conflitos de interesse. Chamei a atenção para o facto de que muitos dirigentes voluntários do setor social, que lideram instituições, podem enfrentar problemas com a justiça por não conhecerem essa nova realidade. Antes,

aquele gesto simpático de acolher um pedido de ajuda era possível mas hoje não é mais. Tem que haver um processo, uma fundamentação, uma razão clara para priorizar uma pessoa em detrimento de outra. As pessoas não mudaram; elas agem de boa-fé, mas, quando não cumprem as regras, têm problemas com o Ministério Público.

Eu trabalho com isso todos os dias, garantindo que cumprimos os requisitos legais e seguimos princípios, mas não podemos transformar essas regras em barreiras que impeçam soluções práticas que sirvam as pessoas de forma simplificada. Esse é o meu problema. Acho que isso não é uma questão de partidos, mas de cultura social. A sociedade precisa de forçar os dirigentes políticos a mudar de comportamento. A sociedade tem que se erguer.

Vocês, historicamente, e as Misericórdias, foram os primeiros a adotar muitos dos princípios das ODS que as Nações Unidas defendem hoje, como a erradicação da pobreza e a assistência na saúde. Antes dos Estados, foi o setor social que tomou essas medidas. O setor social é a emanação da sociedade, é a força que vem dos cidadãos livres que, democraticamente, constroem o seu futuro e tomam decisões sobre ele.

A sociedade precisa de se fortalecer e combater um sistema político que não seja sensível aos problemas. Acima de tudo, quando as instituições democráticas e os órgãos de soberania perdem o respeito por si mesmos, é a sociedade que deve exigir essa respeitabilidade.

Maria Isabel Carvalho (Presidente da Clínica São Cristóvão - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa):

Bom, dado o adiantado da hora, vamos encerrar este painel, porque outros seguirão com bastante interesse.

Muito obrigada, Senhor Doutor, por ter estado connosco e por ter partilhado o seu ponto de vista, um ponto de vista com o qual eu concordo plenamente. Reitero todas as preocupações que aqui foram sublinhadas pelo Doutor Marco António, mas devo confessar o meu otimismo em relação ao futuro. E esse otimismo vem, em grande parte, das muitas coisas que aqui foram ditas, mas também da minha experiência diária no contacto que tenho com médicos e enfermeiros, especialmente na área da saúde.

É uma equipa de profissionais que trabalha na Clínica São Cristóvão e que, diariamente, demonstra que nada tem mais valor do que a vida humana. Acredito que fortalecer esses valores humanistas significará certamente uma melhoria para a nossa vida coletiva. Tenho fé num futuro diferente, onde a nossa atuação será centralizada na ação humana. Vamos em frente, e acredito que conseguiremos mudar

a situação. Não acho, no entanto, que será já em 2030, como era o objetivo das ODS, mas se fizermos o caminho, certamente chegaremos lá.

Tudo o que disse, especialmente sobre o envelhecimento ativo, é muito importante. Precisamos de criar formas para que as pessoas não cheguem aos 60 anos já a pensar na reforma como se fosse um fim. Isso não é saudável. Precisamos de pensar em criar estruturas que mantenham as pessoas ativas e interessadas, de modo que elas possam permanecer no seio das suas famílias, o que é extremamente importante.

Muito obrigada a todos.

Nota: Como forma de agradecimento pela participação neste espaço, a União das Mutualidades Portuguesas entregou uma lembrança evocativa dos 848 anos do mutualismo em Portugal a Marco António Costa. A entrega foi realizada por Luís Cristina de Barros, Vice-Presidente do Conselho de Administração da UMP.



PAINEL

O FUTURO DA GERAÇÃO MAIS BEM PREPARADA DE SEMPRE

ANDRÉ CARDOSO

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE

DOMINGOS LOPES

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO IEFP

TIAGO BRANDÃO RODRIGUES

EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO

MODERAÇÃO DE EUNICE GONÇALVES

*PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS
ALIANÇA MUTUALISTA*

Eunice Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração
da Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista

Vamos dar início ao painel. Bom dia a todos. Espero estar à altura deste painel fantástico.

Iria colocar uma pergunta a cada um de forma diferente e focada na área que representam, e vou começar pelo Doutor Domingos Lopes. Considerando que estamos perante a geração mais bem preparada de sempre, mas tecnologicamente mais evoluída do que as anteriores, com uma diferença significativa entre os mais qualificados em termos tecnológicos e os menos qualificados, em que medida o IEFP tem apoiado estes profissionais que precisam desta transição digital, e as empresas, para que todos possam estar no mesmo rumo de qualificação para o desempenho das funções e não haja um duplo escalão? Ou seja, aqueles que não acompanharam as gerações anteriores e os que nasceram praticamente com a tecnologia, como a geração atual.

Além disso, como podemos lidar com profissões técnicas, como eletricitistas, canalizadores e mecânicos, que também utilizam tecnologia, mas com mais recursos técnicos? Como podemos motivar os jovens a seguirem essas profissões?

Domingos Lopes

Presidente do Conselho Diretivo do IEFP

Em primeiro lugar, muito obrigado à União das Mutualidades Portuguesas pelo convite, por me permitir estar aqui presente.

De facto, a pergunta que coloca é um desafio, em primeiro lugar, para o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que tem a responsabilidade de executar as políticas de emprego e formação profissional, mas também para toda a sociedade portuguesa. O futuro da geração mais bem preparada de sempre, um desafio que a sociedade abraçou, pressupõe que o modelo de desenvolvimento económico evolua ao mesmo ritmo. No entanto, creio que as qualificações das novas gerações avançaram de forma acelerada, enquanto o nosso modelo económico ainda enfrenta dificuldades para acompanhar esse desenvolvimento. É por isso que enfrentamos esta dupla tensão: por um lado, os jovens qualificados têm dificuldades em ver as suas qualificações reconhecidas e valorizadas no mercado de trabalho; por outro, as perspetivas de carreira e a valorização salarial muitas ve-

zes não correspondem às suas expectativas. As estatísticas são claras: um terço da população até aos 39 anos está no estrangeiro, e muitos mais continuam a sair.

Pessoalmente, e permitam-me esta nota, tenho duas filhas que começaram recentemente as suas carreiras, ambas no estrangeiro. Este é um drama sentido por muitas famílias, que têm filhos a viver fora do país. O desafio, portanto, permanece premente: temos de criar condições para que esses jovens regressem. E se o fizerem, podem até voltar mais qualificados, com novas perspetivas, algo que é positivo para o nosso país.

O desafio que enfrentamos é duplo: por um lado, precisamos de capacitar a nossa economia para que os jovens qualificados possam desenvolver a sua atividade de forma reconhecida e valorizada aqui; por outro, temos de garantir que ninguém fica para trás, incluindo as gerações menos qualificadas ou mais antigas. As empresas precisam de se adaptar e mudar, e as políticas públicas de emprego têm de preparar essas pessoas para que possam continuar a dar o seu contributo no mercado de trabalho.

O IEFP tem medidas para os mais qualificados, apoiando empresas que criam postos de trabalho ajustados às competências exigidas, mas também estamos a trabalhar na requalificação dos menos qualificados, especialmente nas áreas emergentes, como a transição energética e digital. Estes programas de formação, muitos apoiados pelo PRR, visam garantir que ninguém fica para trás durante estas mudanças. Continuamos também a apoiar as profissões tradicionais, que ainda enfrentam carência de mão de obra.

A valorização das qualificações intermédias é um ponto importante, e acredito que precisamos de promover estas profissões, mostrando à sociedade que mesmo os trabalhos mais braçais ou duros, com as novas tecnologias, são hoje mais sofisticados do que antes. Temos de fazer um marketing eficaz dessas profissões para que sejam mais reconhecidas e valorizadas, tanto socialmente quanto em termos salariais.

No IEFP, temos investido na formação de jovens desde cedo, a partir do 9.º ano, em sistemas dual e com integração nas empresas, e temos tido ótimos resultados. Nos últimos anos, tivemos campeões mundiais em profissões como soldadura, design industrial e cozinha, o que demonstra que os nossos sistemas de qualificação estão ao nível dos melhores do mundo.

No entanto, o mercado de trabalho externo também está atento, e se as nossas empresas não remunerarem bem estes profissionais, eles irão para o estrangeiro. As empresas que pagam melhor conseguem reter esses bons profissionais, mas temos consciência de que, se não o fizerem, muitos irão procurar melhores oportunidades lá fora.

Eunice Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração
da Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista

Obrigada.

Doutor Tiago, vamos falar sobre a escola e o ensino. Atualmente, não há formação nem aprendizagem possíveis sem meios tecnológicos. Temos observado duas realidades distintas: por um lado, durante a pandemia, vimos a juventude académica ajudar a sociedade civil e o setor da saúde, criando mecanismos e inventando fórmulas e utensílios que muito contribuíram no combate à pandemia, algo que nos honrou imensamente.

As nossas universidades foram capazes de dar uma resposta notável. Por outro lado, o processo de fornecimento de meios tecnológicos às escolas tem sido lento. Nem todos os jovens e crianças têm acesso aos equipamentos necessários, e mesmo nas escolas onde há equipamentos, muitas vezes eles não são utilizados, por receio de os danificar.

Como podemos vencer esta dualidade de necessidades? De que forma o Estado poderia intervir, e que parceiros poderia envolver para ajudar? Como podemos ultrapassar estas barreiras que parecem estar sempre ligadas à questão económica? Além disso, enfrentamos também desafios culturais, com muitas crianças que vêm de outros países e têm dificuldades em integrar a tecnologia no seu processo de aprendizagem. Como acha que podemos superar estes desafios?

Tiago Brandão Rodrigues

Ex-Ministro da Educação

Muito bom dia a todos.

É um prazer voltar a este vosso dia especial num congresso que junta as mutualidades naquilo que é o seio da União das Mutualidades Portuguesas.

Quero agradecer ao Senhor Presidente. É sempre um gosto estar aqui com o meu caro amigo e com o movimento mutualista português, por quem eu confesso ter um respeito real e uma enorme admiração. Se eu já tinha antes, como tem a sociedade portuguesa que talvez não conheça tão profundamente o vosso trabalho, depois de ver de perto o trabalho na concertação social e solidária, nas fortes discussões para melhorar o acordo social e solidário, e principalmente durante a pandemia; a resistência, resiliência e inteireza que o setor social e solidário, e em

particular o movimento mutualista, demonstrou, fez-me advogar ainda mais o que vocês fazem de forma tão abrangente e essencial.

Vocês têm uma presença capilar, tentacular, que cobre todo o território. Sabemos que é preciso sempre mais, e que novos membros vão surgindo nesta secular família mutualista. É importante estarmos aqui e termos a audácia e o arrojo de discutir qual é o futuro que queremos: será verdadeiramente sustentável, solidário e humanista? Podemos sonhar com esse futuro, sonhando com uma sociedade onde mutualidades sustentáveis, solidárias e humanistas ocupam o centro? Num movimento não de autocritica, mas de autoreflexão, porque é fundamental que cada setor da nossa sociedade faça esse exercício. E é igualmente importante entendermos com que cidadãos sustentáveis, solidários e humanistas podemos construir esse futuro, especialmente com os jovens.

Estou muito contente que a questão dos jovens tenha sido abordada, pois além de ser Ministro da Educação, também fui Ministro da Juventude. Quero desde já dar os parabéns ao novo Presidente do CNJ recém-empossado. Esta é uma discussão complexa: como encaixamos essa discussão numa sociedade que chamamos de pós-industrial? Falamos de humanismo, solidariedade e sustentabilidade, mas sabemos que o trabalho material está cada vez mais a ser feito por máquinas, e o trabalho mental por computadores. Então, onde fica o homem? Onde ficam os jovens? Onde ficam as mutualidades? Como inserimos esses movimentos sustentáveis, solidários e humanistas numa sociedade cada vez mais individualista, materialista e consumista?

Se conhecemos bem o país, sabemos que o Portugal de hoje mudou muito nos últimos 50 anos, e o movimento mutualista também não pode esquecer o seu papel, o papel da educação e da juventude, no progresso democrático e europeu que o país tem feito, desde a entrada na Comunidade Europeia e agora na União Europeia. Temos uma economia aberta, competitiva, que queremos socialmente justa e ambientalmente sustentável, embora saibamos que ainda está longe disso. Na educação, alcançámos progressos notáveis, e não vou fugir das perguntas que me fizeram, pois são importantes. Mas é crucial que todos saibamos de onde viemos.

Em 1977-78, o ano em que nasci, tínhamos 80 mil pessoas no ensino superior, e hoje temos 450 mil. Em 1981, 37% a 40% da população – cerca de 4 em cada 10 pessoas – não tinha qualquer grau de escolaridade. No 25 de Abril, 30% da população era analfabeta. Muitas dessas pessoas, especialmente as mulheres, trabalhavam no setor social e solidário ou de pé em fábricas. Se perguntar aqui quantos de nós têm avós que não sabiam ler nem escrever, muitos levantarão o braço. Essas mesmas mulheres tinham dez vezes mais probabilidade de sofrer um acidente de

trabalho porque não conseguiam ler os cartazes de aviso ou marcar o 115 (dantes não era o 112). Olhavam para os dígitos no telefone como se fossem hieróglifos. Esse era o Portugal de então, mas não é o Portugal de hoje.

Nós tínhamos novos estabelecimentos de ensino superior, mas não tínhamos uma geração bem preparada. Hoje, temos dezenas e até centenas de municípios com instituições de ensino superior, e isso muda tudo. Mudou o facto de não termos mais de um quarto da população analfabeta, e a grande maioria agora atinge a escolaridade obrigatória. Não nos esqueçamos que a única faceta da nossa sociedade que decidimos tornar obrigatória é a escolaridade, já não é o serviço militar. Decidimos entre todos que os jovens, independentemente da sua condição de partida, quer sejam de Paredes de Coura, do centro de Lisboa, das Marinhas ou de qualquer outra parte do país, fiquem 12 longos anos na escola, e entendemos isso como algo positivo.

Hoje, estamos aqui cientes de que o nosso sistema educativo mudou radicalmente, com o trabalho do setor social e solidário, integrando uma rede educativa de qualidade em todo o território. Temos uma educação pré-escolar que é um excelente preditor de sucesso escolar. E eu, que ainda me considero jovem, lembro-me bem que, aos 12 anos, um terço da minha turma não transitava do 6.º para o 7.º ano com desculpas simples, como "não serve para a escola" ou "precisa de trabalhar em casa". Muitos iam para as fábricas costurar sapatos ou volantes. Era a realidade de muitos de nós que crescemos no Portugal rural há mais de 12 anos.

Felizmente, essa realidade mudou. Hoje, quando visito escolas e pergunto aos alunos de secundário quantos colegas seus não estão no ensino por vias científicas, humanísticas ou profissionalizantes, os números são insignificantes. Isso mostra a grande evolução do país. Além disso, o trabalho realizado pelo IEFP e pelas instituições de ensino profissional foi fundamental. A ligação entre as políticas educativas e sociais, incluindo a intervenção ativa de instituições como as CPCJ, é crucial para combater o abandono escolar.

Lutamos contra dois mitos: o mito de que seria impossível democratizar o ensino sem uma degradação completa, e o mito de que um excesso de diplomados levaria ao desemprego generalizado. Claro, muitos jovens vão para fora, como eu fui, mas muitos também voltam, e estamos num mercado global. Temos que elogiar a internacionalização e o europeísmo, que nos permite trabalhar e estudar lá fora, mas também precisamos de garantir que os jovens possam retornar e prosperar aqui.

Vivemos num mundo diferente. A Babel de hoje não é de letras ou ideias, mas uma Babel de hiperrealidade, onde é difícil discernir entre o que é mentira ou verdade, facto ou opinião, autoria ou cópia, num tempo de extremismos e populis-

mos. Mesmo com a geração mais bem preparada de sempre, existe uma dicotomia ideológica entre conhecimento e competências. Temos que valorizar o que o movimento mutualista e o setor social e solidário têm defendido ao longo dos séculos: valores, atitudes e cidadania. Sem essas componentes, de que nos serve uma geração academicamente bem preparada?

A educação para a cidadania deve ser a base sólida para formar cidadãos com respeito pelos valores democráticos, pelo humanismo e pelos direitos humanos. Não podemos ter cidadãos completos se não forem humanistas e defensores da democracia. Nenhuma instituição do setor social e solidário pode fazer bem o seu trabalho sem colocar os direitos humanos, a democracia e o humanismo à frente das suas motivações.

Em relação às perguntas que me fizeram, vivemos numa democracia que teve o arrojo de garantir um computador para cada criança. Portugal foi o único país a nível global a tentar isso. Contudo, vimos-nos com um grande constrangimento: neste momento, temos mais países no mundo que são autocracias ou democracias não verdadeiras do que democracias. Mais de 50% da população mundial vive em autocracias. E depois da pandemia, vimos as democracias muito mais dependentes dessas ditaduras, especialmente no que diz respeito à produção de componentes essenciais como chips. A Europa, que se pensava resiliente e capaz, viu-se dependente de regimes que controlam o mercado global, inclusive na fabricação dos computadores que usamos para ensinar as nossas crianças.

E por isso, sim, temos a geração mais bem preparada de sempre, mas agora a pergunta que deixo, e espero que quem vem do setor da juventude e quem nos desacomoda possa responder, é: como é que nós podemos fazer, entre todos, para que esta geração fique? O setor social e solidário também tem que se colocar esta questão. Como podemos garantir que estes jovens sejam respeitados, tal como respeitamos os idosos e todas as outras gerações da nossa sociedade? É fundamental que eles sejam ouvidos e que tenham espaço para se realizarem.

Felizmente, muitos destes jovens, os mais bem preparados de sempre, dizem-nos algo que nós, quando éramos jovens, muitas vezes não tínhamos coragem de dizer: que o ócio e o lazer têm que ser respeitados. Que os seus direitos precisam de ser respeitados. E cabe-nos, também, ensinar-lhes que, além dos seus direitos, eles têm deveres que devem ser cumpridos.

Como podemos qualificar também a juventude para o setor social e solidário? A juventude é crucial, e não podemos esquecê-la, porque são eles que frequentemente trazem novas soluções para os avanços que o nosso mundo tanto necessita. São os futuros guardiões do planeta, aqueles que mais terão a perder se não agirmos. Eles precisam de estar cientes de que, como vão estar aqui mais

tempo, têm uma responsabilidade ainda maior para enfrentar e mitigar as crises que afetam a nossa sociedade: as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição. Se não forem abordadas, essas crises vão afetá-los de maneira profunda.

Mas, além disso, os jovens são a força motriz para as mudanças sociais que queremos ver. Eles têm o conhecimento, as qualificações, e o potencial para liderar essas transformações.

Agora, mais do que trazer soluções, eu queria deixar algumas perguntas e desafios. Se não houver um diálogo intergeracional real e profundo, como poderemos avançar? Muitas vezes, os problemas que surgem nas nossas escolas têm origem na falta desse diálogo. Nos anos 60, por exemplo, tínhamos 240 mil crianças a entrar no primeiro ciclo; agora, temos cerca de 80 mil. O que aconteceu? À medida que aumentámos a escolaridade obrigatória, enchemos as escolas com mais docentes, mas com o inverno demográfico, não houve necessidade de renovação geracional. O que resultou? Temos escolas onde, há dez anos, a média etária dos professores era de 45 anos; hoje, essa média é de 55 anos. São, em grande parte, os mesmos que estavam lá antes. Como podemos promover um diálogo intergeracional real, tanto nas empresas quanto no setor social e solidário? Se isso não acontecer, nunca conseguiremos reter os nossos melhores talentos. Eles irão procurar outros setores ou até outros países. E como é que as vossas instituições, se não investirem na captação de jovens e na sua capacitação para liderar, poderão evitar cometer os mesmos erros de sempre? Não basta captar jovens; é preciso capacitá-los para que possam ser líderes, ainda na juventude. Se não trouxermos nova energia, novas qualificações, continuaremos a tropeçar nas mesmas falhas.

O que proponho é uma reflexão: como podem as instituições do setor social e solidário, que, tal como os governos, não fazem tudo bem, evitar cometer os mesmos erros repetidamente?

E depois, na esfera dos desafios, deixo o primeiro, com muita humildade, como é óbvio. Quem sou eu para vir aqui dar lições a quem quer que seja? Mas, quando se lançam desafios, não se dá propriamente lições. Tenta-se desacomodar sem incomodar. Por um lado, pedir ao movimento mutualista que saibam aproveitar os jovens talentos formados nos últimos anos e que respondam à seguinte pergunta: como é que nós podemos integrar e desafiar a geração mais bem preparada de sempre para o movimento mutualista? O que é que nós podemos fazer? O que é que ainda não estamos a fazer completamente?

O segundo desafio é: como é que o setor social solidário, e o mutualismo em particular, com a sua vocação que bem conhecemos — e eu fui observador atento —, pode posicionar-se neste momento para garantir que lança as próximas gerações, os mais jovens de nós, para um futuro que queremos verdadeiramente

mais humanista, mais sustentável. Sabemos bem que, se nada fizermos, esse futuro será mais trepidante, mais desafiador, mais diferente do presente, mais exigente e, acima de tudo, mais incerto.

Eu sei bem o quão extraordinárias são as instituições do setor social e solidário. Elas têm uma grande história, é importante respeitá-la. São resilientes, têm provas dadas e são responsáveis socialmente. No entanto, devem, a meu ver — e digo isso outra vez com humildade —, aprender a exercer uma maior influência na sociedade.

Eu quero-vos contar o que contei aqui há quatro anos. Disse a um conjunto de amigos que vinha a este congresso; gente esclarecida, estudada, influente na nossa sociedade. Muitos conhecem o movimento mutualista, mas não o conhecem da forma como o movimento mutualista merece ser conhecido. Sei o trabalho que o Senhor Presidente tem feito nestes últimos anos, um trabalho enorme para estar cada vez mais presente internacionalmente, para se expandir. Mas o Senhor Presidente e a União das Mutualidades precisam que cada uma das vossas organizações a nível local faça o seu trabalho também.

O trabalho hercúleo que a União das Mutualidades tem feito — dizendo "presente" cada vez mais, mostrando-se com campanhas fantásticas, com uma imagem renovada — precisa de ser acompanhado por cada um dos membros da União das Mutualidades, porque é importante exercer uma maior influência na sociedade.

Por outro lado, as universidades e os politécnicos são quem tem preparado esta geração com competências de alto nível, das Ciências Exatas às Ciências Sociais. É importante mobilizar esta geração, ir às universidades, aos politécnicos, para que eles se preparem melhor, para que possam entender e contribuir para o movimento social e solidário.

Por último, sabemos que instituições que perduram por séculos são necessariamente imperfeitas, mas devemos atuar rapidamente para nos aperfeiçoarmos e integrar novas valências, como têm feito. Este tipo de discussão é muito importante, de forma aberta, onde as pessoas, independentemente do partido político ou da sua atividade, podem dizer: "É importante fazer melhor". E isso demonstra grande humildade e inteireza por parte da União das Mutualidades, que mostra ter uma cultura de mudança ágil.

Ao contrário do que acontecia na Idade Média, há 200 ou 100 anos, ou até no Estado Novo, a mudança agora tem que ser ágil. Porque quem não mudar de um dia para o outro, como vimos na pandemia, verá tudo ser muito mais difícil.

Se não trouxermos para a esfera do movimento mutualista a mudança que os jovens podem imprimir, sendo eles a geração mais competente, tudo será

mais difícil. Hoje, assim como nos últimos séculos, precisamos deste movimento mutualista. É muito importante que seja cada vez mais interventivo, cada vez mais, no melhor sentido da palavra, voluntarista. Precisa de chegar onde o Estado não chega, onde as Igrejas não chegam, onde estão os mais frágeis, as franjas da sociedade, sem medo de não conseguir alcançar todos. Porque se o movimento mutualista conseguir chegar a alguns, já estará a fazer mais do que uma sociedade civil mais imobilista faz.

Este é o momento de aproveitar a geração mais bem-preparada de sempre. Ela só continuará a ser a mais bem-preparada se tiver onde se encaixar, onde continuar a ser treinada e motivada. Porque senão, como sabemos no mundo da juventude, da formação profissional e do emprego, se essas competências não continuarem a ser estimuladas e promovidas, perdem-se. E, ao sair da universidade, as pessoas não serão tão jovens, nem tão bem-preparadas. Por isso, cabe a todos continuar a aproveitar esta geração, a mais bem-preparada de sempre.

Eunice Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração
da Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista

Muito obrigada.

Doutor André Cardoso, muitos parabéns pela sua nomeação. Sendo o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) o local de excelência reconhecido na Assembleia como o órgão representativo da juventude portuguesa, onde estão presentes todos os organismos, todas as associações, juventudes partidárias, associações de IPSS, escutismo, entre outros, tem sob sua responsabilidade a representação dos jovens portugueses.

Sabemos que o que vocês fazem é discutir leis e apresentar propostas à Assembleia, e têm também uma palavra a dizer no Orçamento do Estado, sendo assim um parceiro ativo da nossa sociedade e de quem governa. O que está a faltar para que não consigamos acompanhar as necessidades dos nossos jovens?

Grande parte dos jovens não vê salários atrativos que os incentivem a ficar no seu país. Existem políticas, como as de habitação, que não evoluíram ao mesmo ritmo e, pelo contrário, foram desviadas pela especulação imobiliária, tornando muito difícil para os jovens adquirirem casa, seja por compra ou arrendamento. Isso compromete a independência que vocês precisam para crescer, constituir uma car-

reira e formar uma família. O que está a faltar nessa relação entre as partes? Precisamos dos jovens, e vocês precisam do país. O que está a falhar?

André Cardoso

Presidente do Conselho Nacional da Juventude

Muito obrigado pela questão e, ao mesmo tempo, muito obrigado por terem a audácia de convidarem um jovem para se sentar — desculpem a expressão — à mesa dos adultos para discutir o futuro. Neste sentido, gostaria de agradecer ao Doutor Luís Alberto pelo convite, e muito obrigado pela oportunidade.

Em resposta à pergunta sobre o que está a faltar, permitam-me fazer um diagnóstico. Eu acredito que, hoje, somos realmente a geração mais bem preparada de sempre. Mas, provavelmente, os meus pais também diziam que eram a geração mais bem preparada de sempre, em comparação com os seus próprios pais. E tenho a certeza de que os meus irmãos mais novos serão a geração mais bem preparada de sempre. Portanto, isso depende de como encaramos o futuro, mas também de como olhamos para o presente.

Se observarmos a evolução das dinâmicas de aprendizagem e a sua repercussão no mercado de trabalho, é evidente que houve uma grande evolução em termos de desenvolvimento. A integração europeia foi fundamental, tal como o desenvolvimento tecnológico. No entanto, ainda há muitos aspetos a melhorar.

Embora o Estado tenha hoje um papel muito importante no desenvolvimento dos jovens e na sua inserção no mercado de trabalho — tanto ao nível da educação quanto no acompanhamento posterior —, ainda assistimos a um grande apoio vindo das famílias. Uma parte significativa do orçamento familiar continua a ser destinada aos jovens, o que, por sua vez, dificulta o desenvolvimento dessas mesmas famílias. Mas, apesar de tudo, considero que estamos no bom caminho em termos de capacitação dos jovens. O que é que está errado, na minha opinião? Diria que são dois pontos principais, indo diretamente à pergunta.

Em primeiro lugar, precisamos de colocar mais jovens em cargos de liderança. Tal como o Tiago mencionou, é necessário ter a capacidade, a audácia e a coragem de trazer os jovens para as instituições, para estarem à mesa das decisões. Se os jovens estão lá fora a reivindicar, a pedir mais isto ou aquilo, por que não chamá-los para participar nas decisões? E, ao mesmo tempo que os envolvemos nas decisões, devemos dizer-lhes: 'Agora que tomas a decisão, também assumes a responsabilidade.' Dessa forma, quase de maneira pedagógica, ensinamos aos

jovens adultos que eles podem decidir, mas que também têm de assumir a responsabilidade pelas suas escolhas. Estamos a dizer-lhes que as decisões de hoje terão impacto no seu futuro e no futuro dos seus filhos. E é isso que queremos. Queremos estar envolvidos na tomada de decisões, de forma humilde, aprender com os adultos, mas também que os adultos estejam dispostos a, numa lógica intergeracional, aprender o nosso ponto de vista.

O nosso ponto de vista é diferente das gerações anteriores, que não tinham um computador na mão com acesso a mais informação e ao imediatismo. Queremos aprender com a vossa experiência, que é muito maior e, por isso, primeiro vamos ouvir, mas depois esperamos que também nos ouçam. Portanto, o primeiro ponto que está a faltar é chamar-nos para os cargos de liderança. E o segundo ponto, essencialmente, é o emprego e a educação.

Começo pela educação. Nos últimos anos, tenho sentido que há uma aposta na digitalização e acredito que este é o caminho certo. Não podemos continuar a ensinar da mesma forma que se ensinava há 50 anos, colocando um professor à frente de um aluno, apenas a debitar matéria para que ele a reproduza num teste e, meia hora depois, se tenha esquecido de tudo o que foi lecionado.

Precisamos de uma forma de aprendizagem que esteja em consonância com o que o mercado de trabalho e a sociedade exigem hoje em dia. A digitalização é essencial nesse sentido. Há uma maior capacitação, como o Tiago mencionou, e é importante reconhecer que Portugal foi um dos primeiros países a querer oferecer um computador a cada jovem. Isso é algo de que nos devemos orgulhar. No entanto, é necessário um acompanhamento constante, verificando onde falham a manutenção e a continuidade dessas iniciativas, que estão a impactar negativamente as aprendizagens.

Para além das aprendizagens, temos que focar-nos no trabalho. O que mais impacta os jovens ou que desafios enfrentam depois de 12 anos de ensino obrigatório? Muitos passam ainda pelo ensino profissional ou universitário, acumulando mais anos de estudo, e depois chegam ao mercado de trabalho apenas para se sujeitarem ao salário mínimo, mesmo tendo muitas qualificações. O mercado de trabalho não está a corresponder às expectativas e à preparação dos jovens.

É por isso que, infelizmente — e sublinho ‘infelizmente’ —, muitos se sentem obrigados a procurar oportunidades no exterior. Não acho que seja mau um jovem sair da faculdade e ir ao estrangeiro ganhar experiência. O problema surge quando ele se sente obrigado a fazê-lo porque o próprio país não lhe deu as oportunidades que procurava.

Para além de mais emprego, a geração mais bem preparada de sempre exige melhor emprego. Certamente, com a digitalização e a implementação de má-

quinas, já não faz sentido ter trabalhos tão manuais como há 50 anos. Ninguém quer isso. O que acontece é que, se as máquinas vieram ajudar a parte industrial, surgiram novas necessidades tecnológicas, e os jovens, sendo a geração mais bem preparada de sempre, podem certamente contribuir com os seus conhecimentos adquiridos nas universidades.

Portanto, em resposta direta à pergunta, precisamos de uma aposta contínua na educação, na digitalização, e que a sociedade civil e as empresas tenham a capacidade de acolher e oferecer melhores empregos. Não se trata apenas de mais emprego, mas de melhor emprego. E de que forma podemos, com essa busca pela independência financeira e emocional, estimular nos jovens o sentido de solidariedade, a necessidade de participação cívica na política e na construção do Estado social e dos serviços sociais no nosso país?

Essa é uma questão muito importante, pois está diretamente ligada à emancipação jovem, um tema muito caro ao CNJ. Não faz sentido que, nos dias de hoje, continuemos a ser um dos últimos países onde os jovens demoram mais para sair de casa. Enquanto na Dinamarca, por exemplo, aos 18 anos os jovens já têm a capacidade de viver fora da casa dos pais, aqui enfrentamos grandes dificuldades.

A emancipação jovem é uma das nossas reivindicações. Temos que perguntar ao Poder Político o que está a falhar e por que não acolhem as propostas que defendemos há tanto tempo. Há vários aspetos que podemos trabalhar, como a habitação. Um jovem que sai licenciado ou com um mestrado e não tem condições económicas para se sustentar é uma grande preocupação.

Precisamos de políticas habitacionais adequadas, que podem ir desde medidas tributárias, como as anunciadas recentemente pelo Governo, até à construção de mais habitação pública, o que ajudaria a influenciar o mercado e a reduzir os preços. É um debate que temos vindo a travar há muito tempo.

Portanto, a emancipação jovem que desejamos passa por várias políticas: habitação, tributação e a construção de mais habitação pública. E também pela inclusão dos jovens nos centros de decisão. Agora, sobre a segunda parte da questão, que se referia à emancipação jovem... A solidariedade.

A intergeracionalidade é fundamental. Quando dizemos que queremos estar à mesa das decisões com os adultos, precisamos reconhecer, com humildade, que também seremos a geração ativa no futuro e, com isso, teremos a obrigação de cuidar das pessoas mais vulneráveis, principalmente as que atingem uma faixa etária em que precisam de mais apoio. Isso exige solidariedade. Mas essa solidariedade só será possível se quem está hoje no poder político tiver a capacidade de nos ajudar a emancipar e a inserir no mercado de trabalho. Queremos estar envolvidos no movimento associativo, preocupados com os mais velhos, e participar ativamente

te na construção de uma sociedade mais justa. Isso implica capacitar os jovens, não só para o mercado de trabalho, mas também para lhes dar responsabilidades nas associações, sejam elas na área social ou desportiva. Precisamos de mostrar aos jovens a importância de estarem envolvidos na sociedade. Mais uma vez, isso só acontecerá se lhes dermos poder de decisão e responsabilidade.

Eunice Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração
da Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista

Gostaria de dirigir uma questão ao Doutor Domingos, já que o Doutor Tiago falou sobre o desafio do mutualismo. Doutor Domingos, como podemos fazer com que esta geração, a mais bem preparada de sempre, que está agora a dar os primeiros passos no mercado de trabalho, seja mais solidária e pense no futuro social do país? Como é que o IEFP pode ajudar? Que políticas existem para garantir que os jovens possam contribuir para um futuro mais solidário e para os serviços sociais?

Domingos Lopes

Presidente do Conselho Diretivo do IEFP

Eu diria que, como já foi mencionado, muitas atividades profissionais estão a ser substituídas por máquinas. Cada vez mais, as máquinas realizam o trabalho braçal, e os computadores já substituem o pensamento humano em algumas tarefas diárias. Portanto, onde a intervenção humana ainda não tem paralelo é no relacionamento pessoal e nas interações humanas. Nesse sentido, o setor social e solidário tem uma vantagem clara, pois não existem máquinas capazes de substituir o cuidado e a prestação de qualidade que envolvem essas interações. Para cuidar de uma pessoa, é necessário outra pessoa, e essa tarefa, até agora, tem se mostrado insubstituível ou, pelo menos, muito difícil de ser automatizada.

Nesse contexto, as políticas de emprego e formação têm dado apoio, e muitas instituições, há já vários anos, anteciparam essa necessidade, promovendo a formação profissional e o aumento de competências, especificamente nas áreas de cuidado pessoal e nas relações humanas. As formações nas áreas sociais, que são

qualificações de nível intermédio, têm sido uma tarefa muito exigente à qual temos conseguido corresponder.

O grande desafio que o IEPF enfrenta, e acredito que muitas outras instituições também, é a dificuldade em encontrar mão de obra para atender às necessidades dessas instituições. Cada vez menos pessoas estão disponíveis, ou pelo menos é essa a mensagem que recebemos nos centros de emprego: há uma enorme necessidade de recrutamento de profissionais.

Esse é, de facto, um problema. Como é que as instituições que atendem crianças, pessoas com deficiência e idosos podem continuar a funcionar? Elas têm a estrutura e os recursos, mas encontram dificuldades em contratar os profissionais necessários para satisfazer essas necessidades.

Aqui voltamos ao ponto inicial da intervenção do Doutor Marco António Costa: precisamos de encontrar soluções que atrasem ou evitem a institucionalização. Devemos criar outras formas de manter as pessoas nos seus ambientes normais de vida, oferecendo cuidados ao domicílio e redes informais de apoio, tudo para atrasar essa institucionalização.

Além disso, é essencial que os cuidados prestados sejam de um nível de complexidade maior e mais qualificado. Para isso, precisamos de jovens com graus mais elevados de qualificação e competência, que estejam disponíveis e preparados para prestar esses cuidados.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Questão de Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas):

Bom dia, mais uma vez.

Estive a ouvir com muita atenção as três intervenções e, quando ouvi a declaração inicial do André, fiquei logo com vontade de colocar uma questão, mas não podia interrompê-lo.

O André começou com uma afirmação perentória: 'Esta é a geração mais bem preparada de sempre.' A minha pergunta, e eu não tenho dúvidas disso, porque também estou a preparar essa geração, é: será que a geração que o André afirma ser a mais bem preparada de sempre está igualmente preparada ao nível dos valores éticos, dos princípios humanistas, das convicções, da resiliência, do respeito pelos direitos humanos, da mesma forma que está preparada em termos de qualificações, níveis de escolaridade e competências técnicas (as *hard skills*)?

Será que estão assim tão bem preparados nesse sentido? André, sendo o porta-voz e parte dessa geração, o que é que nos podem dizer sobre isso?

André Cardoso:

Muito obrigado pela questão, que é, de facto, muito importante.

Quando falamos da 'geração mais bem preparada de sempre,' normalmente associamos isso apenas às *hard skills*, àquilo que aprendemos na escola, nas faculdades. Agora, sim, a geração já sabe muito de física, muito de química, mas esquecemos, por vezes, da moral e da ética, e isso é algo que as escolas também precisam de trabalhar.

Quando falamos da necessidade de uma formação cívica intensiva, ao nível do ensino das ciências humanísticas, é igualmente importante que as escolas ensinem sobre valores e sobre como lidar com as relações interpessoais e intergeracionais. Admito que essa parte da formação possa estar a falhar um pouco, o que explica, talvez, porque vemos movimentos cada vez mais egoístas, que não se preocupam tanto com as gerações futuras. Apesar disso, acredito que estamos no caminho certo.

Mas isso só se conseguirá se os atuais adultos tiverem a coragem de chamar os jovens que estão lá fora a reivindicar. É preciso dizer: 'Vem para a mesa, apresenta soluções e decide connosco.' E, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade.

Quando formos envolvidos nas decisões, vamos perceber o que realmente está a acontecer nas instituições, entender a razão de cada decisão política toma-

da. Ao compreendermos a lógica por trás das decisões políticas, vamos conseguir preocupar-nos mais com os outros e com o futuro. E preocupar-se com o futuro significa preocupar-se com os mais velhos de hoje, com as pessoas que enfrentam mais dificuldades na sociedade. Essa é a solução que nós apresentamos.

Chamem-nos para as mesas de decisão, e vamos aprender, pedagogicamente, a lidar com diferentes tipos de pessoas. Ainda que sejamos a geração mais bem preparada de sempre em termos técnicos, infelizmente, ainda não somos o que gostaríamos em termos de moral e ética. Mas acredito que estamos no bom caminho.

E, claro, também não somos assim tão maus.

Tiago Brandão Rodrigues:

Posso só complementar aqui? Porque acho que não nos podemos esquecer de onde estamos.

A globalização trouxe-nos muitas coisas, não é? E sim, sem dúvida, somos a geração mais bem preparada de sempre. Mesmo em termos de qualificações, tudo se sabe agora. Há uma agressão numa escola e, duas horas depois, o país inteiro já sabe. Na nossa época, cada um de nós lembrará quantas agressões havia nas escolas. E muitas vezes, a minha geração e as gerações mais velhas comparam as novas gerações apenas com os privilegiados que tiveram a oportunidade de estudar. E eu digo... A minha turma do secundário era fantástica. Deu muitos médicos, eram todos muito bem preparados. Mas esqueço-me daquele terço que não passou do 6.º para o 7.º ano e que enfrentou tantas dificuldades no seu caminho de vida. Não podemos esquecer que vivemos tempos de enormes complexidades, desafios e perplexidades, muito diferentes de outros tempos.

Enfrentamos tensões estruturais nas nossas sociedades que criam uma dicotomia entre a nossa vontade de abertura para chegar ao outro e, ao mesmo tempo, o medo de conviver com os outros. Vemos isso em jovens e não tão jovens que, cada vez mais, ficam fechados em casa, vivendo o ócio e o lazer através do digital, sem interagir diretamente com os outros. Vemos isso também em questões como a migração. Fomos, em tempos, emissores de migrantes, e agora somos receptores. Isso cria uma vontade de conhecer o outro, mas também um fechamento e medo em conviver com os outros. Isto é preocupante, pois são desafios que a Europa já começou a entender.

Em tempos de crises humanitárias e de grandes desigualdades, tanto no acesso aos bens quanto — e isto é fundamental — no acesso aos direitos fundamentais, de que nos serve ter uma parte do mundo com acesso a muitos bens se não têm direitos fundamentais? Se não têm liberdade de expressão, não podem ser

solidários, porque se o forem com alguém de etnia diferente, são penalizados. Se forem solidários com um migrante, são penalizados. Por isso, também quero advogar em nome desta nova geração.

Embora haja muito a fazer, esta geração já nos diz que as alterações climáticas exigem respostas, que as crises humanitárias necessitam de soluções diferentes. Eles levantam a voz, muitas vezes, com mais força do que nós. Eles dizem-nos que as desigualdades e os extremismos não têm lugar na nossa sociedade. E acho que a Europa, e os sistemas educativos, já perceberam a importância da cidadania para a nossa prosperidade e para a preservação da sociedade.

Corremos o risco de que as sociedades futuras sejam muito diferentes das que sonhámos. A preservação dos direitos humanos, do Estado de Direito, daquilo que a Comissão Europeia chama agora o 'modo de vida europeu' — isso é fundamental. Porque sem desenvolvermos competências pessoais e sociais, como disse o André, sem promover o pensamento crítico e a participação ativa, podemos ter todas as teorias e conhecimentos do mundo, mas como eu dizia, sem as atitudes e sem os valores, não vamos a lado nenhum. Portugal foi pioneiro nesse aspeto, com um documento chamado *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Durante muito tempo, tivemos a escolaridade obrigatória sem, ao contrário do que acontece, por exemplo, no ensino superior, explicar para que serviam esses 12 anos que todos os nossos concidadãos deviam cumprir.

Agora, entre todos, definimos um perfil dos estudantes à saída da escolaridade obrigatória. E, importante notar, não é apenas um perfil do estudante, porque não queremos formar um estudante monolítico. Nesse perfil, temos as competências e os conhecimentos, mas também as atitudes e os valores. E sem essas atitudes e valores, podemos perder aquilo que é essencial para construir a sociedade coesa que todos desejamos.

Comentário de Nelson Silva, Presidente do Conselho de Administração da Mutualista da Covilhã:

O meu nome é Nelson Silva, sou presidente de uma mutualidade na Covilhã, e gostaria de fazer aqui dois ou três comentários. Depois, do vosso lado, podem dar-me a vossa opinião. Nomeadamente, porque há pouco o Tiago Brandão Rodrigues falava sobre como podemos desafiar os jovens para a economia social.

No fundo, o que estamos a discutir é como fazer a transição de um sistema que hoje é baseado em mão de obra intensiva, mas muito indiferenciada, para um sistema de mão de obra intensiva, mas qualificada. Esse é o grande desafio que temos hoje pela frente. Os comentários que estou a fazer são baseados na experiência no terreno, na nossa instituição.

Hoje, quando precisamos de alguém para a área da saúde com o 12.º ano, por exemplo, procuramos pessoas do ensino técnico e profissional. Alguém que trabalhe numa instituição como a nossa — e acredito que seja transversal a outras — precisa, por exemplo, de saber lidar com um idoso, mas também precisa de conhecimentos básicos de informática para trabalhar numa sala multimédia. Ou, se estiver numa sala onde 80% das pessoas têm demência, é necessário ter sensibilidade para questões de saúde.

Estamos a falar de pessoas que, de certa forma, são menos qualificadas. E isso hoje é um desafio enorme que temos pela frente. Por outro lado, é necessário explicar e demonstrar que é possível ter um projeto profissional na área social e no mutualismo.

Além disso, precisamos de encontrar jovens que valorizem o reconhecimento que a sociedade dá por trabalhar neste tipo de instituições. Obviamente, tudo isso deve ser acompanhado por um pacote financeiro adequado. E aqui surge um grande desafio: encontrar formas de ter recursos próprios que permitam lidar com as limitações financeiras impostas pelos acordos de cooperação que temos com o Estado. É possível dar resposta a isso, oferecendo autonomia e delegando competências, sempre com responsabilidade. Nós somos um exemplo de que é possível fazer isso.

Hoje, a esmagadora maioria dos jovens que contratamos, quando se sentam connosco, não perguntam qual é o salário. Perguntam, sim, qual é o projeto da instituição. O que pretendemos? Como lidamos com a formação? Isso é extremamente importante — dar apoio contínuo aos jovens no que diz respeito à formação. Também perguntam sobre o espírito de equipa e a interação com outras pessoas, tanto jovens como mais experientes. Além disso, na área da saúde, hoje em dia, a assistência é fundamental. As nossas instituições têm uma vantagem sobre empresas privadas nessa área.

Precisamos também de promover melhor o que fazemos dentro das nossas instituições. Uma das formas de fazer isso é através de projetos em colaboração com escolas secundárias e universidades, trazendo jovens para trabalhar no setor social e, em especial, nas mutualidades. Por exemplo, na nossa instituição, beneficiamos por estar perto da Universidade da Beira Interior. Colaboramos com estudantes de medicina em projetos de unidades móveis e oferecemos estágios na nossa farmácia, tanto para alunos do ensino secundário como do ensino superior.

Estamos, assim, a formar jovens que, no futuro, terão uma responsabilidade ou, pelo menos, uma noção do trabalho que fazemos nas nossas instituições. Tudo isso, claro, vem acompanhado pelo desafio de encontrar os recursos necessários para apoiar esta mudança.

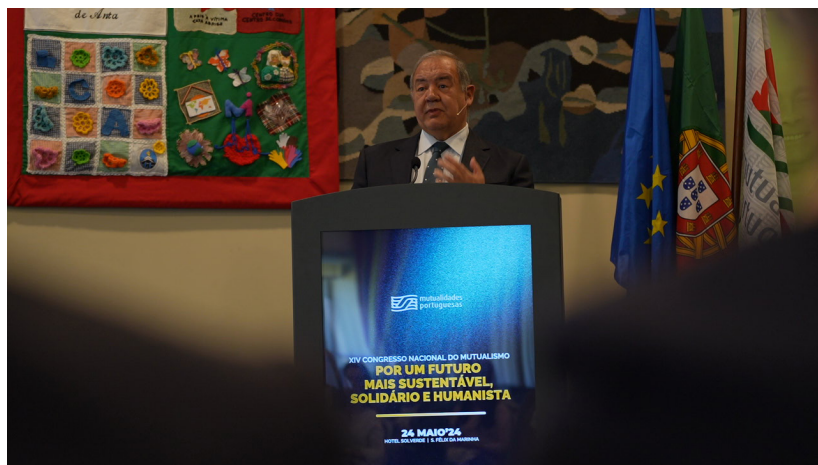
Recentemente, contratamos sociólogos, psicólogos, técnicos de farmácia e técnicos sociais, e isso exige que as remunerações acompanhem essa evolução. Este é o desafio que enfrentamos diariamente, mas acredito que é uma reflexão importante. Apesar de tudo, os jovens estão sensibilizados para as questões sociais, mas precisamos de ajudá-los a entender e valorizar o trabalho que fazemos.

Eunice Gonçalves:

Muito obrigada.

Penso que já não temos mais tempo. Talvez consigam dar resposta depois no corredor. Muito obrigada pela vossa participação e disponibilidade. Foi um enorme prazer. Muito obrigada.

Nota: No final do painel, a União das Mutualidades Portuguesas expressou o seu agradecimento pela participação dos intervenientes do painel, oferecendo uma lembrança a cada um. A entrega das lembranças foi realizada por João Esteves, Vice-Presidente do Conselho de Administração, em reconhecimento do contributo dos oradores para o evento.



CONFERÊNCIA

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS DESAFIOS DAS MUTUALIDADES PARA O BEM-ESTAR

POR ANTÓNIO COSTA E SILVA
EX-MINISTRO DA ECONOMIA

APRESENTAÇÃO DE LUÍS ALBERTO SILVA
*PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS*

Luís Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas

Muito obrigado.

Agradeço a presença de todos. Antes de mais, gostaria de expressar o meu agradecimento ao Doutor António Costa e Silva que, quando foi convidado para estar presente no nosso Congresso, prontamente demonstrou total disponibilidade para participar.

O Doutor António Costa e Silva, que já possui uma carreira brilhante, ganhou ainda mais o meu respeito e reconhecimento durante o trabalho com o PRR, onde tive a oportunidade de o conhecer verdadeiramente. A partir dessa colaboração, surgiu o convite para que participasse na nossa Reunião Anual de Presidentes.

Desde então, partilhei com a equipa que seria uma presença de grande valor, pois o Doutor Costa e Silva é um excelente orador. Naquela reunião, eu disse que todos os mutualistas, ao ouvi-lo durante o dia, não se cansariam de aprender com a sua sabedoria. Em nome das mutualidades portuguesas, gostaria de expressar o nosso sincero agradecimento. Tenho a certeza de que o seu conhecimento e experiência contribuirão imensamente para a reflexão e preparação das mutualidades para o futuro, especialmente no que diz respeito aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Agora, sem mais demora, passo a palavra à estrela desta conferência.

Tenho certeza de que todos ouviremos com muita atenção.

António Costa e Silva

Ex-Ministro da Economia

Muito obrigado.

Gostaria de expressar o meu profundo agradecimento ao Presidente Luís Alberto Silva pelo convite para estar aqui esta tarde, para falarmos de um tema essencial para a vida no século XXI e para o futuro da humanidade neste planeta: a sustentabilidade e a transição climática que estamos a testemunhar, juntamente com a deterioração do clima no sistema terrestre e tudo o que pode impactar a vida humana no futuro. Por isso, considero de extrema importância que as mutualidades abracem a causa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), porque,

sem ilusões, os ODS são fundamentais para o futuro, mas, paradoxalmente, ainda não têm a devida "*ownership*" ou protagonismo nas nossas sociedades, considerando a sua importância.

Quero também destacar o extraordinário trabalho das mutualidades, as 101 instituições que, ao longo dos últimos séculos, têm prestado serviços à população portuguesa em diversas áreas, nomeadamente na educação, na saúde e nos serviços sociais. Além disso, vale lembrar que há cerca de um milhão de membros e aproximadamente dois milhões e meio de beneficiários. Esta é uma plataforma extraordinária para enfrentar o desafio que quero aqui lançar: ligar esta grande plataforma à luta pelos ODS e pela transformação do modelo económico e social, tanto em Portugal como no mundo.

E por que razão digo isto? Quando analisamos os principais objetivos das mutualidades — enquanto movimento de solidariedade, de proteção social e de promoção do desenvolvimento humano — percebemos que, hoje, não existe desenvolvimento da pessoa humana sem o cuidado com o planeta. A segurança atualmente tem três dimensões cruciais: segurança económica, segurança social e segurança ambiental.

Aqui vejo o grande papel das mutualidades no século XXI. Estas instituições, que representam uma força cultural e agregadora na nossa sociedade, têm um papel decisivo a desempenhar na questão ambiental, que é absolutamente fundamental para o nosso futuro.

Ao refletirmos sobre o que está a acontecer ao nosso planeta, recorro que sou apaixonado pela história da Terra. O nosso planeta tem 4,6 mil milhões de anos, e a espécie humana só está presente nos últimos 200 mil anos. No entanto, cerca de 12 mil anos atrás, quando saímos das grandes glaciações e o clima começou a estabilizar, assistimos a um desenvolvimento sem precedentes de diversas civilizações, desde a Índia e a China, até à Mesopotâmia, ao Egito, à Europa e à América do Sul.

Este progresso foi significativo, mas o nosso atual modelo de desenvolvimento económico e social está a causar danos irreparáveis, não apenas aos recursos naturais, mas também ao meio ambiente. Dados do US Geological Survey dos Estados Unidos mostram que, nos últimos 60 anos, a nossa espécie aumentou drasticamente o uso de recursos. Estamos a consumir 618 vezes mais petróleo, 1.000 vezes mais gás, 756 vezes mais níquel e 1.500 vezes mais bauxite. Estes números são insustentáveis. Além disso, o nosso modelo económico está a criar desigualdades tóxicas. Um estudo do economista Branko Milanović revela que, nos últimos 30 anos, a classe média nos Estados Unidos reduziu-se em cerca de 20%. Esta tendência é comum aos 35 países da OCDE. Estamos a gerar riqueza como

nunca antes na história, mas a sua distribuição é profundamente desigual.

Mas aquilo que é lesivo também do modelo prevalecente é a devastação ambiental que ele causa. Se olharmos para o Polo Norte e para a Antártida, nós, nas últimas décadas, perdemos milhões de quilômetros quadrados de gelo. E atenção, o gelo é um estabilizador do clima da Terra, porque reflete parte da radiação solar que incide sobre o nosso planeta. Se nós deixarmos que grandes massas de gelo desapareçam, o aquecimento dos oceanos será absolutamente incontornável.

Outro ponto que me deixa muito preocupado é o que está a acontecer no Hemisfério Norte. Cerca de 25% do Hemisfério Norte é coberto por um solo gelado, conhecido como *permafrost*. Nesse solo gelado, estão armazenados cerca de 1,5 mil milhões de toneladas de carbono orgânico. Se permitirmos que esse solo aqueça e liberte esse carbono para a atmosfera, a situação da vida no planeta será muito difícil. Isto corresponde a três vezes o carbono depositado nas florestas e a duas vezes o carbono que já temos na atmosfera.

Como disse de forma lapidar o antigo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, *“Para que serve a economia se nós não podemos respirar?”* Portanto, quando falamos de sustentabilidade, que as mutualidades muito bem identificam aqui como uma questão central, a sustentabilidade hoje não é um luxo, é uma questão de sobrevivência, e precisamos de mudar o nosso percurso.

Evidentemente, há outros aspetos preocupantes. A camada superficial do mar aqueceu de forma substancial nas últimas décadas. Nós temos cinco grandes subsistemas que sustentam a vida no planeta: a atmosfera, a hidrosfera, a criosfera, a litosfera e a biosfera, e todos estão sob pressão. Estamos a mudar a composição química da atmosfera com mais dióxido de carbono; a alterar os oceanos com a acidificação progressiva, o que também afeta o clima; estamos a perder gelo; e a desflorestar. Um exemplo claro é a Amazónia, onde, nos últimos 50 anos, perdemos 800 mil quilômetros quadrados de floresta.

A floresta amazónica representa 40% das florestas húmidas do nosso planeta. É um ativo absolutamente extraordinário. Porquê? Porque as florestas húmidas circulam a sua própria água, reciclam a sua própria água. Se esses 800 mil quilômetros quadrados, que representam cerca de 20%, continuarem a expandir-se e chegarem aos 40%, teremos um problema sério com a floresta amazónica. As plantas são decisivas pois, através da fotossíntese, transformam o dióxido de carbono em polímeros orgânicos, como a lignina, a cortiça e outros, e produzem oxigénio e vapor de água. Com o stress biótico que essas plantas sofrem hoje, cada vez expelem menos vapor de água e menos oxigénio para a atmosfera. Menos vapor de água significa ciclos de pluviosidade mais escassos, o que afeta o clima de todo o planeta. Para mim, a questão fulcral é o que está a acontecer na biosfera, que envolve a vida

no planeta. Nas últimas décadas, muitas espécies de anfíbios desapareceram a um ritmo sem precedentes na história. Desapareceu um terço dos recifes de corais, um terço dos tubarões e raias, um terço dos moluscos de água doce, um quarto dos mamíferos, um quinto dos répteis e um sexto das aves. Não devemos ter qualquer ilusão: a biodiversidade é o nosso seguro de vida neste planeta.

Se permitirmos que a biodiversidade se extinga a uma escala sem precedentes, os vírus patogénicos que aí habitam irão interagir cada vez mais frequentemente com a espécie humana. O Covid-19 foi um grande aviso à nossa espécie. Portanto, ao olhar para todas estas questões e para os grandes designios das mutualidades — nomeadamente a promoção do bem-estar —, vejo uma ligação clara.

A promoção do bem-estar no século XXI, conforme as mutualidades exprimem de forma absolutamente clara, está articulada com a luta contra a pobreza, a inclusão social, melhores serviços de educação, melhor saúde, trabalho digno e um crescimento económico mais inclusivo. Todos estes objetivos, Senhor presidente, estão profundamente alinhados com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Por isso, o meu desafio aqui é transformar as mutualidades em protagonistas cada vez mais interventivos, para garantir não só a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também para construir parcerias na sociedade portuguesa, com as autarquias e com as empresas.

O Governo anterior lançou, e estava no âmbito do PRR, quando o Senhor primeiro-ministro anterior me pediu para formular a estratégia, um dos pontos fulcrais era a remuneração dos ecossistemas. Reparem que aquilo que faz todo o sentido para a vida do planeta — os ecossistemas, o oxigénio, a água, aquilo que chamamos de bens globais — hoje estamos a viver a tragédia destes bens comuns globais. E é por isso que nós temos que reverter a situação, e eu vejo aí as mutualidades, com tudo aquilo que se passa, como grandes protagonistas também deste aspeto.

Porque estes dois milhões e meio de pessoas podem ser, cada uma delas, um elemento decisivo para esta transformação. Temos agora, em função do que foi aprovado com o Governo anterior, os mercados voluntários de carbono. As empresas que são poluentes estão muito interessadas nisso, porque podem compensar parte da sua poluição com créditos de carbono, e este é um mercado que vai começar a funcionar, não só para remunerar os ecossistemas, mas também para as mutualidades desempenharem um papel importante, o que pode ser decisivo.

Já imaginamos o impacto que dois milhões e meio de beneficiários — um quarto da população portuguesa — podem ter se cada um plantar uma árvore. O efeito disso nos mercados de carbono seria significativo, assim como o balanço e o impulso que isso daria. Porque? Porque os Objetivos de Desenvolvimento Susten-

tável (ODS), os 17 objetivos, no fundo, estão agrupados em cinco grandes "P's". O primeiro tem a ver com o planeta. Trata-se da luta pela minimização das alterações climáticas, pela água mais limpa, pela energia mais limpa, pela preservação da vida na Terra e nos oceanos. Mas os ODS, e isso diz muito às mutualidades, também têm a ver com as pessoas. E porquê? Porque se trata da erradicação da pobreza, da erradicação da fome, de tudo o que está relacionado com a qualidade do ensino, da saúde, e do trabalho digno.

Depois, há a parte do crescimento. E é aqui, na parte do crescimento, que temos que discutir como podemos mudar o nosso modelo de desenvolvimento económico e social. Os objetivos são claros: é um crescimento económico mais inclusivo, com cidades mais sustentáveis. Mas atenção: há um dos objetivos, o objetivo 12, que merece muita atenção. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 diz: mudar o nosso modo de produção e o nosso modo de consumo.

Em essência, trata-se de uma mudança de comportamentos e hábitos, onde as mutualidades podem desempenhar um papel absolutamente crucial para o futuro. Os outros objetivos estão relacionados com a paz e as parcerias. Neste contexto, qual é a minha proposta para o desenvolvimento do trabalho na área dos ODS neste século, que é decisivo para travar a deterioração climática do planeta? Acredito que o trabalho pode ser direcionado em duas grandes vertentes: as mutualidades no plano interno, com toda a infraestrutura que possuem, ligadas às questões da sustentabilidade.

Há muito a ser feito na área da eficiência energética, da adoção de energias renováveis, das comunidades locais de energia, e da otimização do funcionamento dos edifícios. Mas também há tudo o que as mutualidades já proporcionam em termos dos seus serviços. Não só os serviços que prestam hoje na ação social, na educação e na saúde, que são vitais, mas que provavelmente precisarão ser revitalizados à luz dos avanços tecnológicos que este século oferece.

Mas é tudo aquilo que tem a ver com o envelhecimento ativo e com os jovens. Atenção que a nossa população com 65 anos ou mais está a crescer. E o envelhecimento ativo é absolutamente fulcral, porque prolongar a qualidade de vida das pessoas é decisivo para a estabilidade das nossas sociedades.

Eu acompanho muito os desenvolvimentos da inteligência artificial e, sobretudo, a aplicação que a inteligência artificial está a ter nas áreas da saúde. No âmbito do PRR, temos grandes agendas mobilizadoras dedicadas a esta área. Penso que a saúde vai ser uma área absolutamente decisiva para o futuro. Dentro de uma dessas agendas, chamada *Health for Portugal*, estamos a desenvolver tudo o que se refere à nova geração de sensores. Hoje, os doentes são monitorizados continuamente com sensores, o que representa uma mudança de paradigma. Uma

grande empresa no norte do país, fundada por um jovem formado no Instituto Karolinska, na Suécia, chamada Promptly, está a desenvolver essa nova geração de sensores em parceria com vários hospitais portugueses. Isto é vital, porque nos permite detectar antecipadamente qualquer evento negativo na vida das pessoas.

Há outra grande aplicação em desenvolvimento em algumas agendas, que utiliza inteligência artificial para estudar os dados dos doentes. Percebi o impacto extraordinário dessas tecnologias quando acompanhei um projeto no MIT, nos Estados Unidos, que aplicava inteligência artificial aos dados de mulheres com cancro da mama. Tratava-se de uma base de dados de 50 mil mulheres, completamente anonimizada. O que acontece? Essas tecnologias conseguem ver o que o olho humano não vê, processando dados a uma velocidade sem precedentes com os atuais níveis de computação. Elas detectam sinais de deterioração celular que indicam o início da doença, permitindo identificar a doença com 5 ou 6 anos de antecedência.

Agora, imaginem o que isso pode significar num país como Portugal, onde a nossa população com 65 anos ou mais geralmente tem duas ou mais vulnerabilidades, como Parkinson, Alzheimer e outras doenças. Essas tecnologias podem prevenir essas condições, prolongando a qualidade de vida e preparando essas pessoas para o futuro.

Infelizmente, por serem boas notícias, esses avanços raramente aparecem na galáxia mediática, já que vivemos num país que só se interessa nas notícias negativas. Contudo, temos uma grande agenda mobilizadora liderada pela Techno-page, uma empresa portuguesa considerada pelo *The Economist* como uma das mais promissoras do mundo na área dos biofármacos. Eles já desenvolveram um produto para curar o pé diabético, testaram-no, ganharam várias patentes, e este produto foi gerado no âmbito dessas agendas.

Temos a Bluepharma, outra grande empresa de Coimbra, que está a desenvolver a nova geração de medicamentos injetáveis complexos. Eles estão a trabalhar com moléculas pequenas, peptídeos, ácidos nucleicos, e com isso estão a desenhar toda esta nova geração de medicamentos. Eu penso que também seria extremamente interessante, para tudo aquilo que as mutualidades fazem, estabelecer pontes com o que está a acontecer no país ao nível das tecnologias, e fazer uma reapreciação da oferta de serviços, da competitividade, que as próprias mutualidades podem prestar nesse nível.

Isto é um trabalho na dimensão interna. Na dimensão externa, como já referi, é fundamental a mudança do modelo económico e social, e as mutualidades podem ajudar-nos nessa transformação. Provavelmente, a proposta mais ousada que existe hoje é a da professora Kate Raworth, da Universidade de Oxford.

Ela propõe a Economia Donut. Neste modelo, temos crescimento, mas é um crescimento sustentado e sustentável. Como? Se olharmos para o Donut, o círculo externo representa o teto ecológico do planeta. Isto significa que vamos desenvolver crescimento económico de qualidade, mas sem comprometer os recursos do planeta, como tem acontecido de forma descontrolada. Já o círculo interno refere-se à privação social, estabelecendo as condições mínimas para evitar que as pessoas sejam empurradas para uma vida de pobreza e exclusão social.

Com as tecnologias que temos atualmente, acredito que isto é possível. E é evidente que as mutualidades, com o seu histórico de solidariedade, proteção e compromisso com o crescimento económico inclusivo, são parte fundamental dessa resposta. Não podemos esquecer que a solidariedade é, em última análise, um compromisso com o bem comum. E isso significa que todos temos de cuidar de todos. A pandemia deixou isso absolutamente claro. Por isso, acho que a proposta da professora Kate Raworth tem grande potencial, pois procura romper com a visão limitada da economia baseada no diagrama circular de fluxos e conectar a economia à sociedade e à natureza.

O nosso grande erro ao longo da trajetória da espécie humana, que em muitos aspectos foi extraordinário ao nível do desenvolvimento tecnológico, dos medicamentos e da extensão da qualidade de vida, foi o nosso afastamento da natureza. E este é um dos erros que hoje procuramos corrigir. O papel das mutualidades é absolutamente decisivo neste processo, pela sua proximidade às comunidades e ao território. E porquê? Porque a natureza é perfeita no seu funcionamento.

A natureza opera com a energia livre do sol. Ela interage geoquimicamente com todo o sistema terrestre e é capaz de produzir ecossistemas que são produtivos, eficientes e regenerativos. No fundo, o que precisamos é construir uma economia regenerativa, uma economia que não transforme recursos em lixo a uma velocidade sem precedentes na história. Por isso, a economia circular, a reciclagem e a circularidade em toda a cadeia de produção são fundamentais. Se conseguirmos incutir esses valores em dois milhões e meio de portugueses, o restante da sociedade acabará por abraçar toda essa transformação.

Quando referi esses pontos, queria também deixar claro que estimo muito o papel da economia social e o seu impacto. As transformações e ideias que estão a surgir nas fissuras do modelo económico e social vigente em Portugal e na Europa estão alinhadas com o que o movimento mutualista pretende alcançar. Porquê? Porque, se olharmos para as jovens gerações de hoje, percebemos que elas trazem uma cultura de economia partilhada. A minha geração via, por exemplo, possuir um carro como um dos grandes objetivos. Hoje, os jovens não querem necessariamente ter um carro, mas sim ter acesso ao serviço, pagando por ele sem a necessida-

de de serem proprietários de um bem. Essa cultura de partilha de recursos está a ganhar terreno, e as mutualidades, em conjunto com os jovens, podem trazer essa renovação, integrando um desenvolvimento diferente e mais sustentável para o futuro.

Estamos a assistir ao surgimento de novos conceitos económicos relacionados à partilha, ao empréstimo e à colaboração. Vemos o crescimento de sistemas como o *crowdfunding* e o desenvolvimento de plataformas colaborativas para a produção de bens e serviços. Curiosamente, esses valores de colaboração e solidariedade estão há séculos inscritos no paradigma conceitual das mutualidades. No entanto, hoje, esses conceitos estão a ser revitalizados como respostas às ineficiências e disfuncionalidades do modelo económico atual.

Se conseguirmos aproveitar esses conceitos e projetar as parcerias de que falei, não apenas dentro do país, mas também com instituições públicas, autarquias e empresas interessadas no desenvolvimento de mercados voluntários de créditos de carbono, poderemos alinhar-nos completamente com os objetivos da União Europeia e da ONU, em particular com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

E queria, para terminar, dizer mais duas ou três coisas. Quando olho para tudo aquilo que o movimento mutualista faz, desde os seus princípios, vejo que estes estão hoje a ser gerados de forma positiva como respostas aos grandes problemas do nosso tempo. O princípio da solidariedade, da independência, da democracia, que sempre esteve presente, e também o princípio da corresponsabilização.

Temos de ser corresponsáveis, de criar grandes plataformas colaborativas para a cocriação de novos produtos, novos serviços e novas respostas. Quando vejo as áreas de desenvolvimento, não só nas áreas tradicionais da educação, do serviço social e da saúde, com a aplicação das tecnologias que hoje estão a emergir, percebo que a capacidade e a criatividade da espécie humana são aquilo que nos vai salvar — tal como nos salvou no passado e o fará no futuro. Se essas soluções forem articuladas, podemos encontrar aqui respostas extremamente interessantes.

Gostaria também de abordar os princípios de gestão, que sei ser uma preocupação das mutualidades. É evidente que os princípios tradicionais de gestão estão presentes — o orçamento, os relatórios, as contas, os planos de atividade e os planos estratégicos. Contudo, quero partilhar uma história que aconteceu em agosto de 2019, antes da pandemia, quando as 200 maiores empresas dos Estados Unidos se reuniram numa organização chamada Business Roundtable.

Nesse encontro histórico, as empresas chegaram à conclusão de que precisavam de mudar o seu modo de produção, de consumo e a sua interação com a sociedade. Afirmaram que a responsabilidade das empresas não se limita ao lucro,

mas que também têm compromissos com as comunidades e com a preservação do meio ambiente, desenvolvendo o conceito de ESG (*Environment, Social, and Governance*) — ou seja, preocupações com o ambiente, a sociedade e a governança.

Acredito que seria muito importante que o movimento mutualista aderisse a estes princípios, que exigem novas métricas. Temos de avaliar tudo o que é feito em nome da sustentabilidade — a eficiência energética, o uso de energias renováveis, a circularidade dos materiais, o reprocessamento de resíduos — com indicadores e métricas que assegurem o bom funcionamento do sistema e sejam reconhecidos.

Por isso, penso que, neste século XXI, há novos desafios para as mutualidades. As mutualidades têm uma história rica em todo o seu processo de desenvolvimento. A economia social surgiu em 1830, com o trabalho pioneiro do economista francês que abriu um curso com esse nome na Universidade de Lovaina, e mais tarde com Marcel Mauss na Antropologia, Léon Walras, que criou a *Teoria do Equilíbrio Geral*, e John Stuart Mill, que sempre destacou a importância do associativismo, do mutualismo e de tudo o que se passa na economia social.

No século XXI, precisamos provavelmente de revisitar todas estas grandes teorias e desenvolver um modelo que alinhe o trabalho das mutualidades com a sustentabilidade do planeta, a transformação da sociedade, a transformação da economia e, sobretudo, com a defesa das pessoas e do seu bem-estar.

Infelizmente, vivemos num país onde há muito negativismo. Precisamos de contrariar esse negativismo, de contrariar aqueles que sistematicamente puxam o país para baixo. Precisamos de olhar para os nossos talentos, mobilizá-los, ser menos individualistas, mais colaborativos uns com os outros, mais capazes de construir grandes plataformas colaborativas, como o exemplo das mutualidades, e de transformar, de facto, o futuro. O futuro não é aquilo que nos vai acontecer; o futuro é aquilo que fazemos, aqui e agora.

Luí Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas

Muito obrigado, Doutor António Costa e Silva. Eu já era um admirador, mas agora sou um fã incondicional. O conhecimento que nos transmitiu hoje fez com que todos saíssemos daqui muito mais enriquecidos do que quando chegámos esta manhã.

O Doutor António Costa e Silva mencionou o movimento mutualista, um movimento cuja primeira associação foi fundada no reinado de D. Afonso Henriques, em 1176. Este movimento atravessou duas guerras mundiais, uma peste no século XIX, que causou inúmeras mortes, provavelmente mais do que a pandemia que recentemente enfrentámos. E aqui estamos, a lidar novamente com as consequências de guerras que afetam não só a Europa, mas o mundo inteiro.

As mutualidades sempre se adaptaram às circunstâncias da vida, encontrando soluções. Como todos sabem, não é obrigatório ser-se associado de uma mutualidade — é um ato de livre e espontânea vontade, de liberdade. As pessoas aderem ao movimento mutualista por vontade própria, e pagam as suas quotas. Por isso, temos de garantir que oferecemos serviços e benefícios que os cativem, para que continuem a fazer parte dos nossos um milhão de associados e dos dois milhões e meio de beneficiários. As mutualidades adaptaram-se ao longo dos anos, e hoje, neste 14.º Congresso, discutimos uma agenda para uma sociedade mais humanista.

Quero felicitar toda a equipa que preparou este congresso, pois os temas abordados são extremamente atuais. Como disse o Doutor António Costa e Silva, os princípios e valores do movimento mutualista — como a solidariedade e a partilha — são intemporais, e daqui a mil anos continuarão a ser discutidos, tal como as leis divinas e imutáveis de Deus, que prevalecem ao longo da história da humanidade.

Além disso, abordámos temas cruciais como o futuro da geração mais bem preparada de sempre e a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A seguir, teremos a oportunidade de discutir a estratégia para um envelhecimento ativo e saudável.

Na União das Mutualidades Portuguesas, reconhecemos o legado que os nossos antecessores nos deixaram, e procuramos, de forma contínua, sair da nossa zona de conforto. Poderíamos simplesmente gerir o nosso milhão de associados e deixar as coisas seguir o seu rumo, mas não o fazemos. Continuamos a promover conferências ao longo do ano, abordando temas de importância para a sociedade portuguesa. E no cenário internacional, temos sido convidados para participar em vários fóruns, o que reconhece o trabalho diferenciador que o movimento mutualista tem feito.

A reflexão de hoje, com os contributos de vários oradores, sublinha os desafios que as mutualidades enfrentam para responder às necessidades daqueles que mais precisam.

Doutor António Costa e Silva, por vezes sentimos alguma dificuldade, como quando dizemos: "Deixem-nos avançar, em vez de nos prenderem pelos calcanhares". Não pedimos que trabalhem connosco, mas pelo menos que nos deixem

trabalhar. Foi essa persistência que nos permitiu resistir ao longo de 848 anos de mutualismo em Portugal.

Estava preparado para colocar mais algumas questões, mas o Doutor António Costa e Silva abordou de forma tão completa os temas que fiquei sem perguntas. Ele já explicou o que as mutualidades podem e devem fazer. Assim, deixo a palavra a vocês, para que coloquem as vossas questões. Aproveitem o conhecimento e a experiência deste grande homem, pois, como se costuma dizer, as pessoas com sabedoria são verdadeiras enciclopédias de vida que devemos consultar.

Esta manhã, tivemos a oportunidade de discutir como os jovens querem ser ouvidos e integrados. Eles têm muito a aprender connosco, mas também muito a ensinar. A intergeracionalidade é crucial. Costumo dizer à minha equipa que temos a experiência que eles ainda não têm, mas também ganhamos com a juventude deles — a força, a coragem e a energia para continuar a trabalhar na nossa missão, que é ajudar aqueles que hoje precisam de nós.

E, como dizia o grande mestre Jesus Cristo, *“Façamos aos outros o que gostaríamos que nos fizessem”*. Quem semeia hoje colherá amanhã.

Agora, deixo o espaço aberto para as vossas questões.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Questão de Augusto Vieira, Advogado:

Muito boa tarde, Sr. Doutor.

Gostaria muito de ouvir a sua perspetiva como ambientalista. Hoje é um dia muito especial. O Sr. Doutor sabe muito bem que estamos no campo da economia social.

Uma das coisas que o legislador fez após o 25 de Abril foi integrar os baldios na economia social. Eu sou filho de um guarda-florestal, que ajudou a criar o Parque Nacional do Gerês. Plantaram milhares de árvores no Parque Nacional, mas depois tudo aquilo ardeu. Com o 25 de Abril, chegaram estas novas ideias e os baldios foram incluídos na economia social, o que está mais ou menos ligado às freguesias.

Os baldios são uma área imensa. Olhe para as serras do Gerês. Eu sou um apaixonado por plantas. Sou como o Dr. Bagão Félix, um entusiasta das plantas. Tenho uma gata, uma cadela, e ao lado da minha vivenda há pelo menos seis espécies de plantas. Portanto, não venham dizer que eu não sou tão ambientalista quanto outros.

Preocupo-me também com as plantas e com os fungos. Até deixo alguns troncos para cuidar dos fungos. Mas por que não começamos por resolver o que está mais próximo de nós? Porque não reflorestar os baldios, como fazia o meu pai? Lembro-me bem do que ele fazia, chamava as populações e pagava-lhes uma miséria para semear as árvores. E semearam mesmo: pinheiros, e muitas outras árvores que vinham até da Suécia, como as bétulas. Lembro-me disso.

As casas florestais onde eu nasci ainda lá estão, ao abandono. Isto é um país rico, com casas florestais lindíssimas. Eu até comprava uma, mas lá estão, abandonadas.

Falo de ambiente porque é algo que me toca. Eu gostava de ver o meu pequeno pedaço de terra reflorestado. O meu arquiteto ensinou-me uma coisa: a diferença entre uma floresta e uma mata. E por que não começamos por aí? Desculpe, Sr. Doutor, mas acho isso fantástico. Adoro tudo o que disse, mas penso sempre no que me é mais próximo. Comecei pela minha vivenda, com as minhas plantas, e gostava de ver aquela serra onde nasci, no Gerês, cheia de plantas. Aquilo ardeu, e as populações não gostavam dos guardas florestais porque não podiam pastar livremente o gado, e isso causou conflitos.

Naquela altura, era visto como fascista. Depois, destruíram tudo: as florestas, a caça, até as águias desapareceram.

Falar de ambiente, para mim, é falar do ambiente que conheci. Tínhamos uma cadela que, no inverno, ia caçar coelhos e trazia-os para casa. Eu vivi isso. Fui para a escola e, uma vez, vi uma guardadora com os lobos ao lado. Nem sabia que eram lobos, mas lembro-me do cheiro. Diziam que os lobos cheiravam mal. Isso faz parte das minhas memórias.

Este tema é muito importante para mim. Hoje, casei com uma senhora da Beira Baixa, que tem algumas terras lá. Aquilo ardeu. O que vamos fazer com isso? Temos de limpar o terreno.

Uma das coisas importantes seria criar viveiros florestais e distribuir as plantas. Mas claro, quem as recebe tem de as plantar. Isso seria um incentivo.

Por exemplo, se uma pessoa tem uma casa com uma vivenda e faz uma piscina, logo vêm cobrar mais impostos. Mas se alguém plantar árvores, deveria haver um incentivo para reduzir um pouco esses encargos.

São estas pequenas coisas que fazem a diferença. Talvez não façam reflorestar tudo, mas pelo menos farão algo pelas matas, como dizia o arquiteto Raimundo Teles. Sr. Doutor, desculpe a provocação. Eu disse a esta menina que ia fazer-lhe uma pergunta provocatória.

É uma provocação, mas é uma provocação que me toca, porque vivi isso ao longo da minha vida. Acho que um dos grandes erros da nossa democracia foi não saber aproveitar algumas das coisas que estavam bem feitas. Não fizeram a reforma que deviam ter feito. Acabaram com os guardas florestais, penso que foi o governo do Partido Socialista. Desculpe, sou inscrito no Partido Socialista, mas há coisas que, na minha opinião, não deviam ter acontecido.

Muito obrigado.

Questão de Luís Cristina de Barros, Presidente do Conselho de Administração da MUDIP:

Obrigado.

O Doutor Luís Silva terminou a intervenção dele mencionando Jesus Cristo, que, inegavelmente, foi um grande homem. *"Não faças aos outros..."* E, de facto, toda a vida que Jesus Cristo esteve aqui na Terra, a sua mensagem e obra refletiam essa ideia. Embora ele nunca tenha dito esta frase em particular, é verdade que a sua intenção era, em essência, deixar-nos seguir em frente, como o senhor também referiu. E, de certa forma, ele conseguiu levar a sua mensagem adiante.

Agora, gostaria de agradecer ao Doutor Costa e Silva por estar aqui connosco. Eu sugeria que o senhor fosse nomeado convidado honorário e permanente destes eventos. Peço ao Doutor Luís Silva e a todos nós que aceitemos essa proposta com grande agradecimento e reconhecimento. O senhor fez uma

intervenção muito apaixonada, com dois pontos que me parecem importantes. Por um lado, apresentou uma visão catastrófica da sociedade atual e da direção que estamos a tomar, mas, por outro lado, abriu uma janela de esperança radiosa para o futuro, com o que está a acontecer ao nível da tecnologia, da investigação, etc. Portanto, o futuro pode não ser assim tão mau, se todos nós fizermos a nossa parte.

Obviamente, como o senhor denunciou muito bem, não é com o pensamento de "crescimento a todo o custo" que iremos a algum lado. Esse crescimento imediato, que apenas beneficia alguns no curto prazo, não nos leva a lugar nenhum. Precisamos de um crescimento saudável, ou melhor, de um desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável. Isto é algo que os nossos políticos e a sociedade civil têm de entender de uma vez por todas, caso contrário, caminhamos mesmo para a catástrofe.

E o que me adianta a mim respirar bem na geração seguinte, ou até nesta, se os meus descendentes irão respirar cada vez pior? Como dizia Kofi Annan: para que serve viver num ambiente assim? Se for para respirar tão mal, o melhor é morrer mais depressa, para evitar o sofrimento. Portanto, tudo isto faz sentido, e muito obrigado pela mensagem de esperança que nos deixou.

Esperemos que os poderes constituídos, independentemente dos partidos que nos governam, compreendam também o papel das mutualidades na dinamização desta panorâmica e do ambiente. Temos um papel muito importante a desempenhar. Como o senhor referiu bem, temos dois milhões e meio de beneficiários e mais um milhão de associados. Somos, portanto, um movimento imparável. Que esse movimento seja bem compreendido por quem nos governa, e, como disse no início, deixem-nos seguir em frente, como talvez diria, penso eu, Jesus Cristo

Muito obrigado.

António Costa e Silva:

Muito obrigado pelas perguntas. É sempre muito interessante podermos debater estas questões, e temos que debater cada vez mais os problemas do nosso país.

A primeira questão, relacionada com as florestas, os guardas florestais, o abandono das florestas e a questão dos solos, é um drama que tem que ser revertido. Penso que foi feito algum trabalho nos últimos governos, pelo menos no anterior, para começar pelo cadastro dos terrenos. Devo dizer que um dos grandes defeitos que temos, enquanto povo — e peço desculpa pela frontalidade —, é que a ideia do minifúndio nunca nos saiu da cabeça. Portanto, quando queremos intervir nos terrenos, especialmente nas florestas e na proteção do território, torna-

se extremamente difícil. Tudo o que mencionou sobre os mecanismos que devem existir para as pessoas poderem plantar, valorizar a biomassa como forma de limpar os terrenos, construir centrais de energia, criar comunidades de energia local e reativar a rede de guardas florestais que existia anteriormente é absolutamente fulcral para o futuro. Quando olho para o país — a minha formação é também nas ciências naturais —, vejo que temos cerca de 75% a 80% da população concentrada na faixa litoral, onde também se concentra cerca de 80% do PIB do país.

E o que está a acontecer nessa faixa litoral? A nossa costa era relativamente estável até à última década do século XX. Porquê? Porque funcionava num sistema geodinâmico de regressão, ou seja, a linha da costa tendia a estabilizar-se. Esse sistema mudou e passou a funcionar em transgressão, o que significa que há cada vez mais erosão na costa portuguesa.

Cerca de 25% do nosso território já está sob ameaça de erosão, mas a maioria das pessoas não tem essa consciência. Precisamos de ter uma visão de futuro para o país. Essa visão inclui — como defendi enquanto Ministro da Economia — a descentralização do crescimento económico e a valorização de todo o capital natural do país, como as florestas. Por isso, na visão estratégica que propus no Plano de Recuperação, inclui a remuneração dos ecossistemas. O trabalho dos ecossistemas — a produção de oxigénio, o ar limpo que respiramos — não é valorizado. Vivemos numa sociedade que não dá o devido valor ao que é essencial.

Isto liga-se à segunda questão: se não formos capazes de proteger o nosso capital natural e os bens comuns, enfrentaremos uma tragédia em termos de vida humana no planeta.

Essa tragédia e pressão recaem sobretudo sobre a espécie humana. O planeta Terra existe há 4.600 milhões de anos. Estamos a viver a sexta extinção em massa de espécies e, desta vez, nós humanos, somos a causa. Nas outras cinco extinções em massa, a espécie humana nem sequer existia.

A quinta extinção, a mais conhecida, ocorreu há 66 milhões de anos, quando um meteorito com 10 quilómetros de diâmetro embateu na Península de Yucatán, no México, causando tsunamis, incêndios e o colapso das cadeias alimentares, o que levou à extinção dos dinossauros. Para quem tiver dúvidas, basta visitar a cratera de Chicxulub, no México, onde o meteorito deixou uma concentração de irídio — um elemento raro na Terra, mas comum em meteoritos. A história do planeta está escrita nos solos. Quanto à questão das florestas, concordo plenamente que precisamos de reverter a situação. Temos que aprender com os erros, desenvolver o interior do país, criar novas centralidades económicas e não depender apenas do desenvolvimento no litoral, que está cada vez mais congestionado. Se não fizermos nada, poderemos enfrentar surpresas muito desagradáveis no futuro.

Sobre a segunda questão, concordo inteiramente com a mensagem do Presidente Luís Alberto Silva: deixem-nos trabalhar. O problema da economia social, que também tentei abordar quando tive responsabilidades, é que só olhamos para ela em tempos de crise.

Quando há uma crise, a economia social está na linha da frente. Os dados confirmam isso. Por exemplo, em 2020, o valor acrescentado bruto gerado pela economia social foi cerca de 3,2% do VAB do país, e foi talvez o único setor que viu o seu VAB crescer durante a crise, enquanto todo o resto colapsava. A economia social estava lá, a prestar os seus serviços, mas não podemos olhar para ela apenas em tempos de crise. A economia social não é um intervalo entre a economia pública e a privada; pode ser um dos grandes motores de desenvolvimento, se lhe dermos espaço e instrumentos.

Por isso defendi a inclusão da economia social no PRR, com 833 milhões destinados a equipamentos sociais e serviços de apoio. Espero que isso esteja a funcionar corretamente. Além disso, temos que fornecer mais ferramentas à economia social, como acesso a programas de eficiência energética, bioeconomia e remuneração dos ecossistemas. Precisamos de garantir que o financiamento seja sólido e sustentável.

Foi por isso que sugeri parcerias em áreas como a saúde e a sustentabilidade, aproveitando os desenvolvimentos tecnológicos, para colocar a economia social no centro da transformação. Um dos grandes problemas do nosso país é a falta de reconhecimento e visibilidade da economia social, e isso precisa de mudar.

Também fiquei satisfeito quando o anterior primeiro-ministro criou o Conselho para a Economia Social, que espero que tenha funcionado como uma plataforma de discussão. O novo governo deve continuar esse processo. Precisamos de uma economia social cada vez mais ativa.

Quanto às tecnologias, a inteligência artificial é um tema muito importante. Tem os seus riscos, mas está a ser demonizada. Isto também aconteceu durante a Revolução Industrial. Quando as máquinas surgiram em Birmingham, Inglaterra, o movimento dos luditas tentou destruí-las, com medo que tirassem os seus empregos. No entanto, o ciclo de prosperidade iniciado com a Revolução Industrial foi um dos maiores da história. As invenções do século XX, como o motor de combustão interna, o carro, o avião, o telefone, o laser e o computador, tiveram um impacto extraordinário na produtividade e mudaram a história da nossa espécie. Hoje, digo que a inteligência artificial é a eletricidade do século XXI. Pode trazer desenvolvimentos extraordinários. Estou a ver isso no âmbito das agendas mobilizadoras, com a implementação no chão de fábrica, o tratamento de dados

e a otimização das cadeias de produção. A digitalização é fundamental também para as mutualidades. Com a digitalização, multiplicamos a economia, globalizamos atividades, melhoramos a interação com os utentes e clientes, aumentamos a velocidade das transações e da entrega de serviços. Isto pode ser muito importante para o futuro e para todas as transformações necessárias.

Queria também referir que, em 2020, a inteligência artificial foi usada para desenvolver o primeiro antibiótico criado exclusivamente com essa tecnologia. Foram investigadas mais de 100 milhões de moléculas. A IA está a ser usada para identificar quais as moléculas mais eficazes no combate a doenças e antibióticos, e até para desenvolver novos materiais que sejam resilientes e regenerativos. Pode também ajudar a substituir fertilizantes químicos que prejudicam o ciclo do hidrogénio e causam danos ambientais. As tecnologias podem ser, assim, uma das grandes soluções para o futuro, tal como foram no passado.

Mas, atenção, todas as grandes tecnologias desenvolvidas pela humanidade até agora — do fogo à eletricidade, das ferramentas às máquinas, dos hidrocarbonetos aos medicamentos — baseavam-se no conhecimento e manipulação do átomo. Quando falamos de inteligência artificial, não é um bicho de sete cabeças. Ela funciona com redes neuronais que imitam o funcionamento do cérebro humano.

O cérebro humano é a maior máquina, a mais extraordinária que alguma vez foi criada. As redes neuronais baseiam-se, portanto, numa espécie de engenharia da inteligência. Descobrimos, a partir de meados do século XX, que a informação é uma propriedade intrínseca do Universo e que podemos codificar essa informação.

No sistema binário, 0-1, desenvolveram-se as ciências da computação. Mas, atenção, o código da vida, o ADN, também segue essa lógica de codificação. A inteligência artificial irá também progredir em interação com a biologia sintética.

Claro que aqui também surgem alguns perigos, que não podemos ignorar. Por isso, a iniciativa da União Europeia, com o novo regulamento para a inteligência artificial, é relevante. No entanto, não podemos regular excessivamente, pois isso pode limitar o potencial desta tecnologia. É necessário equilíbrio e atenção aos riscos. E, não querendo ser fastidioso nem incomodar-vos, gostaria de terminar contando uma história.

Muitas vezes, quando falo, e o Sr. Doutor observou bem, há uma perspectiva que pode parecer catastrofista ao discutir as mudanças climáticas da Terra. Gostaria de relembrar um episódio do início do século XX. Em 1900, dois homens encontraram-se nas ruas de Nova Iorque e fizeram uma aposta sobre qual seria a fonte de energia dominante no século XX. Um deles disse que seria a eletricidade — esse homem era Thomas Edison. O outro disse que seria o petróleo,

com base no motor de combustão interna — esse homem era Henry Ford. Estas duas figuras foram cruciais porque moldaram o desenvolvimento económico do século XX. Mas, naquela época, as cidades estavam imersas numa atmosfera sombria. As visões sobre o futuro da humanidade e das cidades eram pessimistas e catastrofistas. E porquê? O principal meio de transporte urbano eram as carruagens puxadas por cavalos.

Em Londres, havia cerca de 300 mil cavalos, e em Nova Iorque cerca de 100 mil. Há imagens icónicas do *Central Park* coberto de montes de estrume. O que é que isso significava? O estrume, a pestilência, as doenças e as crises nas cidades criavam uma atmosfera absolutamente insuportável. Em 1896, realizou-se o primeiro congresso de planeamento urbano em Nova Iorque. Após dois dias de discussão, os participantes concluíram que não havia solução: as cidades teriam de ser abandonadas e seria necessário regressar aos campos ou até às cavernas. Mas o que aconteceu foi que as ideias e a criatividade dessas duas mentes visionárias começaram, aos poucos, a transformar a vida nas cidades.

Quando o automóvel começou a circular, foi saudado como o salvador do ambiente urbano. E todos conhecemos o percurso que seguiu. Se olharmos para o século XX, o PIB mundial aumentou quase 40 vezes, desde o início até ao final do século, graças ao impacto extraordinário dessas tecnologias.

Acredito que, se fizermos as coisas de maneira correta e, sobretudo, se trabalharmos em conjunto, seguindo os princípios da solidariedade e o exemplo do movimento mutualista, conseguiremos enfrentar estes desafios. O movimento mutualista, fundado em 1176 — 30 anos após a fundação da nacionalidade portuguesa —, tem demonstrado uma incrível longevidade, resiliência e capacidade de adaptação. E é essa resiliência que, creio, pode inspirar-nos a resolver os problemas que enfrentamos.

Luís Alberto Silva:

Muito obrigado. Não vamos poder dar oportunidade para mais perguntas, pois o tempo já está a avançar. Eu tinha apenas duas ou três notas finais.

Uma delas é que hoje o grande desafio e segredo que os políticos precisam de interiorizar e pôr em prática é serem mais céleres nas decisões. Não basta criar leis, elas devem ser adequadas às necessidades das pessoas e têm de ser aplicadas rapidamente. Muitas vezes, quem precisa não compreende por que motivo é necessário esperar meses ou até anos para ver resoluções. E isso, nos tempos que correm, é incompreensível.

Depois, como o Doutor Augusto Vieira mencionou há pouco, há aquele provérbio chinês que diz que se todos varrerem a sua soleira, o mundo fica mais

limpo. Se todos nós começarmos a pensar no nosso espaço e fizermos pequenos gestos, como plantar flores ou árvores, começamos a influenciar os outros à nossa volta a fazer o mesmo.

Por fim, reforçando as palavras do embaixador Luís Cristina de Barros, o que Jesus Cristo disse foi que devemos fazer aos outros o que gostaríamos que nos fizessem a nós. Quem trabalha nestas instituições tem o privilégio de ajudar os outros, e acredito que a lei do retorno garante que, quando precisarmos, também seremos ajudados.

Agradeço novamente ao Doutor António Costa e Silva, e também concordo com o Sr. Embaixador. Não será um "palestrante honorário," mas é certamente alguém que todos nós estimamos muito e deixou-nos a refletir sobre como podemos, de forma otimista, contribuir para um mundo melhor.

A todos, muito obrigado.

Nota: Finalizada a sessão de perguntas e respostas, foi feita uma homenagem ao ex-Ministro da Economia, António Costa e Silva, em reconhecimento pela sua participação e contributo ao debate. Em nome da União, o Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, ofereceu uma lembrança ao ex-ministro.



PAINEL

ESTRATÉGIA PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

AGOSTINHO BRANQUINHO

*EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA SOLIDARIEDADE
E DA SEGURANÇA SOCIAL*

CATARINA MARCELINO

VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

LUÍSA SALGUEIRO

*PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES*

MODERAÇÃO DE FÁBIO PINTO

CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO ATIVO

Fábio Pinto

Centro de Competências de Envelhecimento Ativo

Muito boa tarde a todos.

Quero começar por cumprimentar todas as mutualidades presentes, naturalmente agradecendo também o convite que foi endereçado ao Centro de Competências de Envelhecimento Ativo para estar aqui presente. Estou em representação do Doutor Nuno Marques, que é o Coordenador Nacional do Plano de Ação de Envelhecimento Ativo e Saudável, Diretor deste centro e líder da *Task Force* Mundial dedicada ao Envelhecimento Ativo.

Gostaria de saudar as mutualidades portuguesas em seu nome e em nome de todo o centro pela organização desta iniciativa. Cumprimento também todos os restantes oradores que compõem este painel dedicado à estratégia para o envelhecimento ativo e saudável.

Sem mais demoras, passo a palavra ao Doutor Agostinho Branquinho, para nos deixar uma breve reflexão sobre de que forma considera que poderíamos dar resposta ao desígnio do envelhecimento ativo e saudável, e como poderemos mobilizar todos para este importante objetivo.

Agostinho Branquinho

Ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social

Muito obrigado, boa tarde a todos.

Queria obviamente começar por agradecer ao Doutor Luís Alberto Silva pela oportunidade de conviver com o movimento mutualista. É sempre um prazer estar aqui presente.

Cumprimento o nosso moderador e as minhas colegas de painel, pessoas que muito prezo. Permitam-me também um cumprimento especial à Doutora Rosário Loureiro, que tem feito um trabalho notável na ação social aqui no nosso distrito do Porto e, obviamente, a todos os presentes que representam o movimento mutualista.

Dito isto, não vos vou aborrecer com muitos números, mas ouvi com muita atenção a intervenção do Doutor Costa e Silva, que foi notável. Ele partiu de uma reflexão mais geral; eu não tenho essas competências, e, por isso, tenho uma tendência para partir de situações concretas e, a partir delas, pensar modestamente no que podemos fazer.

Na informática, há uma expressão que usamos muito: "*quick wins*" — pequenos avanços que podemos alcançar. Eu sou mais modesto, e não estou a ironizar, estou mesmo a expressar um sentimento. Deixem-me apenas mostrar dois ou três *slides* para compreendermos melhor o que estamos a discutir quando falamos de envelhecimento ativo, e qual é o mercado que temos em mente.

Então, vejamos o seguinte: em 1920, há 100 anos, a esperança média de vida à nascença era de 35 anos para os homens e 40 anos para as mulheres. Vou avançar para não vos maçar — os outros dados estão aí. Em 2023, os homens, aos 65 anos — já depois de ultrapassadas as questões de mortalidade infantil e outras doenças ao longo da vida — tinham uma esperança média de vida de 19,5 anos, e as mulheres de 20,98 anos. Ou seja, em média, quando fazemos 65 anos, neste momento, vivemos até aos 85.

Vejam o salto enorme que demos neste século, tal como o Doutor Costa e Silva referiu noutras áreas de atividade. Mas mais importante do que isso, se quiserem, é o indicador da esperança média de vida saudável. Esse é o verdadeiro desafio. Em termos de esperança de vida, estamos no topo entre os melhores países da OCDE, o clube dos 35 países mais desenvolvidos. Estamos no top 5 da OCDE.

Contudo, quando olhamos para a esperança de vida saudável, o cenário já não é tão positivo. Nos homens, temos cerca de 8,4 anos de vida saudável, enquanto nas mulheres são 7,4 anos. Ou seja, tanto homens como mulheres têm mais anos de vida não saudável do que saudável, com vulnerabilidades que afetam a qualidade de vida nesses anos.

Nós, em 1960, tínhamos cerca de 9 milhões de habitantes, 8,8 milhões para ser mais preciso. As projeções indicam que, em 2080 — e esperemos que estejamos todos vivos até lá —, a população será de aproximadamente 8 milhões. No entanto, o problema, que é positivo para mim e para muitos nesta sala, é que, em 1960, tínhamos cerca de 700 mil idosos, ou seja, menos de 8% da população. Em 2080, espera-se que esse número atinja os 3 milhões de idosos, o que representa 36,6% da população. Estamos, portanto, a multiplicar quase por cinco o número de idosos, numa população mais pequena.

Este papel será cada vez mais significativo. Recordo-me que, em 2013, quando assumi funções, o orçamento da ação social era de 1,2 mil milhões de euros e executávamos talvez 80% disso, se tanto. Dois anos depois, com a Troika, já estávamos nos 1,6 mil milhões. Hoje não tenho os números exatos, mas certamente estamos a aproximar-nos dos 2 mil milhões de euros, o que, embora possa parecer muito dinheiro, ainda é insuficiente, dado o aumento galopante da população que necessita de apoio. Há, contudo, uma outra questão que gostaria de mencionar, que é a da responsabilidade individual. Muitas vezes, temos a mentalidade de que

alguém deve cuidar de nós. Pegando nas palavras do Doutor Luís Alberto Silva, de que só podemos fazer bem aos outros se estivermos bem connosco próprios, é importante que cada um de nós reflita sobre o que fará quando chegar aos 60, 65 ou 70 anos. Com a idade da reforma a aproximar-se cada vez mais dos 70 anos, é essencial planearmos como vamos envelhecer de forma ativa.

É claro que o Estado Central, e cada vez mais as autarquias locais, são parceiros fundamentais da economia social e terão um papel crescente no apoio ao envelhecimento ativo. No entanto, permitam-me uma nota pessoal: ao longo da minha vida, fiz muitas coisas, sempre gostei de mudar de áreas para aprender mais. Há três anos, decidi fazer um doutoramento. Não precisava de o fazer, pois tenho uma reforma razoável da Segurança Social e faço algumas consultorias. Mas as questões cognitivas e a mobilidade são essenciais para termos um envelhecimento ativo e saudável.

Não se trata apenas de contrariar os números estatísticos que mencionei anteriormente — como o facto de as mulheres viverem mais de vinte anos, mas a maior parte desse tempo sem qualidade de vida, ou de os homens viverem ligeiramente menos de vinte anos e passarem metade desse período sem qualidade. Cada um de nós tem um papel importante na planificação da sua vida, e não podemos depender apenas dos outros para assegurar o nosso envelhecimento ativo.

Isto vai um pouco contra a corrente, porque, em geral, o que se discute é o que o Estado ou as câmaras municipais vão fazer. E, claro, eles têm de fazer a sua parte, pois têm uma responsabilidade cívica em definir as políticas públicas, seja a nível nacional ou local. Mas cada um de nós também tem que assumir a sua responsabilidade individual.

Fábio Pinto

Centro de Competências de Envelhecimento Ativo

Muito obrigado, Doutor Agostinho Branquinho.

De facto, as autarquias e o Estado podem e devem ter um papel fundamental nesta estratégia de envelhecimento ativo e saudável, mas, sem dúvida, também as mutualidades, ao longo da sua história, têm assumido grandes causas, desempenhando um papel importantíssimo no desenvolvimento dos objetivos que nos unem neste desígnio.

E com este enquadramento, passaria agora a palavra à Doutora Catarina Marcelino, para que nos possa partilhar a sua perspetiva sobre onde se posicionam

as mutualidades nesta estratégia de envelhecimento ativo e saudável, em particular no que se refere à prestação de cuidados de saúde e ao apoio social.

Catarina Marcelino

Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social, I.P.

Muito obrigada, Doutor Fábio. É um prazer estar aqui consigo.

Gostaria de cumprimentar os meus colegas de mesa, o Doutor Agostinho Branquinho e a Doutora Luísa Salgueiro, e agradecer de coração ao Doutor Luís Alberto Silva pelo convite, estendendo este agradecimento a todas as mutualidades e ao movimento mutualista, que é realmente fantástico pelo trabalho que desenvolvem.

Queria também dirigir uma palavra à Doutora Rosário Loureiro, diretora adjunta da Segurança Social do Porto, que nos representa aqui enquanto Segurança Social e o nosso grande instituto nesta região, mais concretamente neste distrito.

Estar hoje no 14.º Congresso Nacional do Mutualismo é, de facto, muito importante para mim, sobretudo para discutir um tema que é da maior atualidade. Saúdo também a escolha deste tema, pois ele exige uma reflexão profunda, considerando que estamos num momento que considero ser de charneira.

Tenho muitos anos de experiência nesta área social e, embora ainda não esteja na reforma, já começo a sentir que estou a ficar mais velha. E, para ser sincera, até gostava de estar na reforma, pois tenho muitas outras coisas que adoraria fazer. Desde o início do século, sempre se falou de um tema recorrente: o envelhecimento da população.

Agradeço ao Doutor Agostinho Branquinho pelos números que partilhou, facilitando assim a minha intervenção. Sabemos que estamos a envelhecer a um ritmo acelerado, a pirâmide etária está a inverter-se, e este é um debate que não se limita a Portugal, mas é uma realidade em toda a Europa e em muitos países ocidentais. É claro que, em regiões como a Guiné e outras partes de África, o cenário é diferente, com muitas crianças e poucos idosos, uma vez que a esperança de vida não aumenta tanto como aqui, e o número de nascimentos continua elevado.

Estamos, portanto, a enfrentar um desafio com efeitos sociais complexos, e essa realidade torna-se cada vez mais presente e evidente nas políticas sociais e no papel que o Estado deve desempenhar. Estamos a viver uma época em que não só o número de pessoas idosas está a aumentar, mas também o número de pessoas com mais de 90 anos.

As instituições sociais, especialmente no que se refere ao apoio domiciliário, centros de dia e, mais especificamente, lares de idosos, têm cada vez mais residentes com grandes dependências. Esta é a realidade que enfrentamos atualmente, diferente de outras épocas em que as pessoas idosas eram mais independentes e ativas. Hoje, a maioria dos residentes em lares de idosos são pessoas muito dependentes, com demências ou outras condições debilitantes.

Este é o grande desafio: que tipo de resposta queremos dar a esta população mais envelhecida e debilitada? Os cuidados continuados, iniciados em 2006, são uma resposta, mas precisamos de mais recursos e adaptações a esta nova realidade. O mutualismo pode ter aqui um papel importante, pois trabalha tanto nas áreas sociais como na saúde, e precisamos de conjugar ambos os setores para responder de forma eficaz a esta realidade.

Outro ponto importante é a criação de melhores condições para que as pessoas possam ficar nas suas casas o máximo de tempo possível, evitando a institucionalização. Afinal, o desejo de muitos, e certamente o meu, é permanecer em casa até ao fim da vida, se possível. Para isso, têm de existir condições, e o Estado tem de ser parte das soluções que permitam às pessoas fazê-lo. Os cuidados continuados que temos hoje são bons, e posso partilhar alguns números convosco. Temos 2.461 serviços de saúde no país, no setor social, que correspondem a cerca de 8.000 utentes, mas precisamos de mais. Sabemos, pelas respostas que damos às pessoas em altas hospitalares sociais — uma realidade que é gritante hoje — que estas pessoas precisam de sair dos hospitais e não têm para onde ir, pois não têm suporte familiar ou outras respostas disponíveis. Isto é um problema sério e grave.

Parte destas pessoas está à espera de uma vaga nas unidades de cuidados continuados e, por isso, não saem dos hospitais. E, muitas vezes, até têm família, mas necessitam de um apoio que apenas os cuidados continuados podem oferecer, e ainda não há respostas suficientes, especialmente nas grandes áreas metropolitanas e no litoral.

Além disso, cada vez mais, e desde a pandemia de Covid-19, vemos um aumento de pessoas que, mesmo tendo alta hospitalar, já sem necessidade de cuidados clínicos, não têm condições para regressar a casa.

Qual é a solução que temos encontrado para estas pessoas? Institucionalizá-las numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Desde o final de 2022 até agora, criámos 400 vagas com este fim, mas como foi noticiado esta semana, ainda não é suficiente. Estamos atualmente a considerar como criar mais vagas, e as vossas instituições têm respondido a este apelo, mas precisamos, acima de tudo, de criar condições de apoio domiciliário integrado, que conjugue também a área da saúde, para que as pessoas possam permanecer nas suas casas.

Em vez de serem institucionalizadas, poderiam regressar a casa, pois, uma vez institucionalizadas, muitas vezes permanecem assim para o resto das suas vidas e, por vezes, questiono-me se estamos a fazer o que é correto, se estamos a dar tudo o que temos e a não institucionalizar pessoas que, com outro tipo de apoio, poderiam perfeitamente manter-se nas suas casas. Isto afeta diretamente a qualidade de vida e o bem-estar.

Este é um aspeto que considero importante, e acredito que está na hora de refletir sobre isso. Temos agora o nosso Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável até 2026, que contém um conjunto de medidas que seguem este caminho. No entanto, este caminho precisa de ser reforçado, com melhores respostas no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), nos cuidados continuados e nas respostas residenciais para idosos.

Existem instrumentos públicos que nos podem ajudar. Atualmente, temos o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em curso, que inclui medidas para a construção de mais respostas nos cuidados continuados. Precisamos de mais unidades de média e longa duração nos cuidados continuados. Neste momento, contamos com 134 unidades de média duração, com 3.208 lugares, e 187 unidades de longa duração, com 1.580 lugares (dados de março).

Isto não é suficiente, pois sabemos que há muitas pessoas nos hospitais à espera de uma resposta nos cuidados continuados. O PRR está a alavancar uma linha de financiamento, gerida pelo Ministério da Saúde, para construir mais respostas, e estas estão a ser criadas.

O mesmo acontece com as respostas sociais, que estão sob a cooperação da Segurança Social, como o Doutor Agostinho Branquinho referiu. Neste momento, o montante para a cooperação com as instituições sociais ronda os 2 mil milhões de euros, o que representa um investimento significativo no Orçamento do Estado.

É muito dinheiro, mas não é despesa, é investimento. Muitas vezes, esta área é vista como despesa no contexto da contabilidade pública, mas devemos encará-la como um investimento. O PRR, juntamente com o programa PARES, financiado com fundos nacionais, também está a criar novos lugares, além de remodelar e melhorar as condições em lares antigos que necessitam de requalificação, como todos sabemos.

Muitas respostas sociais precisam de requalificação, mas também temos que aumentar a nossa capacidade na rede de equipamentos sociais. Através do PARES e do PRR, para o SAD, Centros de Dia e Lares de Idosos, neste momento vamos ter intervencionados mais de 35 mil lugares, sendo que destes, cerca de 20 mil serão novos.

Portanto, isto é uma boa notícia, significa que vamos ter mais resposta.

Para terminar, porque as conversas são como cerejas, queria apenas dizer que tudo isto é muito importante. Precisamos de investir muito. Temos de investir bastante na rede de equipamentos sociais, trazer a área da saúde para trabalhar mais em conjunto com a Segurança Social nas respostas, investir muito em manter as pessoas em casa. Mas temos também de prevenir.

Precisamos de adoptar comportamentos que permitam às pessoas manterem-se ativas e com qualidade de vida. E aí, as autarquias locais têm um papel extremamente importante. Hoje, há projetos muito interessantes, como as universidades seniores, que considero dos mais inovadores e interessantes dos últimos anos em Portugal, e outras respostas do mesmo tipo, como iniciativas de carácter desportivo. Também no PRR, teremos o radar social que, em colaboração com as autarquias locais, vai permitir referenciar todas as situações de dependência e dificuldade de pessoas que necessitam de apoio social, e assim, através das redes sociais, construir uma resposta adequada.

Precisamos de agir enquanto comunidade. Só podemos tornar o envelhecimento mais positivo, saudável e protegido se agirmos enquanto comunidade. As mutualidades, as instituições sociais, as autarquias e o Estado Central, em conjunto, têm um papel determinante, e todos temos o dever urgente de agir.

Era isto que vos queria dizer.

Obrigada.

Fábio Pinto

Centro de Competências de Envelhecimento Ativo

Muito obrigado, Doutora Catarina Marcelino. A Doutora Catarina destacou algumas das etapas que fazem parte da estratégia para o envelhecimento ativo e saudável, e sublinhou, com razão, a importância de um trabalho coletivo entre todos — setor social, governo, Estado, e autarquias.

Neste sentido, passo a palavra à Doutora Luisa Salgueiro, para que continue a abordar a importância deste tema sobre a estratégia para o envelhecimento ativo e saudável, que é composta por quatro etapas: saúde, no âmbito da promoção de iniciativas que previnam as doenças crónicas; participação, através da promoção da literacia; segurança, com apoio a iniciativas e práticas que minimizem os riscos e promovam o bem-estar; e, por fim, a medição, monitorização e investigação, incentivando a investigação científica nesta área.

Permito-me, então, questionar de que forma colocamos todas estas etapas em prática e, em particular, como é que as autarquias podem contribuir para este esforço.

Luísa Salgueiro

Presidente do Conselho Diretivo
da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Muito obrigada, muito boa tarde a todas e todos.

Um cumprimento especial aos meus colegas de painel, ao Doutor Fábio, e também ao Agostinho Branquinho e Catarina Marcelino, pessoas com quem lido e tenho grande estima pessoal, e com quem tive a oportunidade de trabalhar na Assembleia da República.

Um cumprimento ao Doutor Luís Alberto Silva, sempre presente e ativo, que não me perdoaria se hoje não viesse. Eu prometi, e portanto, cumpro.

A Associação Nacional de Municípios tem estado a trabalhar intensamente com a União das Mutualidades, e este é apenas mais um momento da nossa parceria. É com muito gosto que aqui estou. Um cumprimento também à Doutora Rosário Loureiro, que já foi justamente referida várias vezes, diretora adjunta do Centro Distrital, e também onnipresente em todas as nossas necessidades e ocasiões. Ao Doutor Maio e a muitos outros parceiros que aqui estão presentes.

Um cumprimento especial à Associação de Socorros Mútuos de S. Mamede de Infesta, que não podia deixar de ser mencionada, porque tenho sempre que valorizar mais.

Estou aqui, acho, numa dupla qualidade, enquanto presidente da Associação Nacional de Municípios e presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, não é? Portanto, posso alternar entre uma qualidade e outra, mas como sou de S. Mamede de Infesta, tinha mesmo que fazer uma referência especial a esta Associação.

Respondendo à questão colocada pelo Fábio, parece-me absolutamente evidente, como já foi dito tanto pelo Doutor Agostinho Branquinho como pela Doutora Catarina Marcelino que, ao abordar o tema do envelhecimento ativo, temos de concordar que o papel dos municípios e das juntas de freguesia — que também têm um papel muito importante, e que não devemos desconsiderar — é absolutamente essencial.

Ao longo do tempo, temos evoluído na forma como trabalhamos a relação com o setor social, de um ponto de vista geral. Esta semana, a Associação de

Municípios comemora 40 anos, e é fácil perceber, quando se olha para a evolução do papel dos municípios, o quão importantes somos em vários domínios, desde logo na construção de infraestruturas gerais, como o acesso a bens essenciais como a água, energia e saneamento — porque nós somos responsáveis por isso. Mas eu diria que, num segundo momento, as autarquias começaram a focar-se na intervenção social, num trabalho muito próximo com a Administração Central — pois é ao Estado Central que cabe suprir estas necessidades — e também com o setor social. Houve sempre um trabalho de grande complementaridade entre as câmaras, as juntas de freguesia e o setor social, as IPSS, as mutualidades, e as misericórdias, com quem se fez um trabalho regular. Aliás, este trabalho resultou, há três anos, dois anos, na atualização do pacto entre o Governo e o setor social, com novas metas e compromissos. Fomos caminhando muito proximamente.

Hoje estamos aqui a falar de envelhecimento, mas se falarmos também de infância ou de pessoas com deficiência, vamos sempre sinalizar a grande proximidade que existe entre o Poder Local e o Ministério da Solidariedade, que fez do país aquilo que é hoje. Se fizermos um diagnóstico da situação atual, verificamos que, por exemplo, no radar, vamos georreferenciar todos os equipamentos, e será interessante constatar que a maioria está situada em terrenos cedidos pelos municípios. Não se fez essa conta. Agora, quando queremos aceder a um imóvel do Estado, o Ministério das Finanças apresenta-nos uma conta de quanto custa aquele imóvel, mas durante décadas foram os municípios que cederam os terrenos onde estão instaladas a maioria das instituições. Foram os municípios que contribuíram com grande parte das verbas que permitiram a construção dos equipamentos onde estão instaladas muitas destas instituições. E bem, foi uma parceria virtuosa que resultou num apetrechamento muito importante do país em termos de respostas sociais. Construímos os tradicionais lares, que agora são equipamentos residenciais para pessoas idosas.

Fizemos programas, e a Doutora Catarina mencionou isso. Eu trabalho na área social a nível municipal há muitos anos, e há 20 anos organizávamos colónias de férias para idosos, passeios para todo o país, com grandes festas e bailes. Fazíamos competições de grupos corais, "jogos sem fronteiras" entre os idosos. Hoje, o cenário é completamente diferente. As instituições de terceira idade recebem cada vez mais pessoas dependentes nos lares e têm outras respostas.

Também fomos criando soluções, muitas vezes com iniciativas dos próprios municípios, como a teleassistência, que foi importantíssima para garantir que os idosos pudessem continuar nas suas casas. São as câmaras municipais que prestam o serviço de retaguarda, porque, quando o alarme toca, muitas vezes não há uma família para responder à necessidade do idoso, mas há um técnico da Câmara

que responde 24 horas por dia. Somos nós que fazemos esse serviço, muitas vezes. Acompanhamos os idosos nas visitas ao domicílio. Partilho convosco que hoje me atrasei um pouco porque estive na romaria do Senhor de Matosinhos, a comer umas farturas com um grupo de 100 idosos, que são regularmente visitados pelos serviços da Câmara Municipal. São pessoas sinalizadas, que não têm qualquer outro tipo de apoio. Portanto, é o serviço da Câmara que organiza a medicação diária, acompanha às consultas médicas, leva ao Hospital Pedro Hispano ou a outras respostas. Estou a dar o exemplo do município que presido, mas esta é a realidade de muitos municípios em Portugal. Acho que é muito difícil traçar uma linha de separação entre o que faz o setor social e o que fazem as autarquias.

Muitas vezes, somos complementares até no ponto de vista do financiamento, porque sabemos que as instituições não têm capacidade para garantir o equilíbrio financeiro, sobretudo quando se trata de investimento. Quando é necessário avançar com o investimento, são as Câmaras Municipais que apoiam, dizendo "avancem, nós vamos conseguir" e dando o impulso necessário. Agora, numa fase atual, no âmbito do PRR, temos muitas candidaturas no país, na área social, que foram acompanhadas pelo setor social, mais uma vez, na disponibilização de terrenos e na atribuição de técnicos para os projetos ou para garantir a fiscalização das obras. Portanto, tudo isso é feito em grande sintonia.

As autarquias também têm um papel importante, desde logo, e estamos neste momento numa nova fase de planeamento das cidades e do território. A nova geração de Planos Diretores Municipais obrigou-nos a olhar para os territórios de forma diferente, garantindo que as cidades sejam mais amigas da população em geral.

Muitos municípios são membros da rede de municípios amigos das pessoas idosas, que têm exatamente essa preocupação, desde o desenho da cidade, dos percursos, do tipo de passeios que fazemos, da sinalética que colocamos na via pública, até à informação que existe. Tudo isso decorre dessa forma.

Percebemos o que o Doutor Agostinho Branquinho nos trouxe. Os números são do nosso conhecimento. Estamos a construir cidades cada vez mais acolhedoras e mais amigáveis para pessoas mais dependentes, com mais idade e também com maiores dificuldades de mobilidade. No desenho da cidade que estamos a criar, pensamos, obviamente, numa cidade com essas características, que permita que todos possam viver, não só em espaços reservados, mas sobretudo no grande espaço público, que deve ser partilhado por todos. Há também políticas dedicadas na área da saúde, nas respostas que criamos em articulação com os serviços de saúde. Estamos num período de mudança, porque os municípios receberam há pouco mais de um ano as competências na área social. A descentralização de

competências na área social foi feita de forma universal para todos os municípios do país. Neste momento, todos exercem competências, pelo menos no acompanhamento dos processos do RSI e no serviço de atendimento e acompanhamento social.

Somos nós que atribuímos os apoios pontuais. Somos nós que conhecemos cada vez melhor as famílias. Por isso, não é surpreendente que, como se tornou público esta semana, grande parte das autarquias tenham planos de participação para medicamentos.

Sabemos bem as dificuldades que as famílias enfrentam. Diria que somos a linha de maior proximidade e a primeira resposta individualizada, ajustada ao tipo de população que temos. Falo de um concelho metropolitano.

Se estivéssemos a falar de um concelho do interior, veríamos que as autarquias estão a organizar redes de transporte à medida, por solicitação, para garantir que as pessoas se possam deslocar até aos serviços de saúde. O modelo de funcionamento das Unidades de Saúde Familiar (USF) articula-se com os serviços de mobilidade da Câmara, ajustando o tipo de transporte e a deslocação que são necessários. Assim, acho que estamos a construir uma rede muito densa entre o setor social, a saúde e o poder local, o que nos dá alguma segurança de que, apesar de tudo, temos uma perspetiva positiva de que o aumento do número de idosos não será acompanhado pelas mesmas características dos idosos de hoje. Esperamos que, como se costuma dizer, não se trate apenas de acrescentar anos à vida, mas de acrescentar vida aos anos.

Esse é o nosso grande objetivo. A maioria das pessoas que nasce agora viverá mais de 100 anos, segundo as estatísticas. A maioria da população vai atingir os 100 anos. Portanto, nós, decisores políticos locais, temos de ser capazes de pensar em como deixaremos as cidades preparadas para que estas pessoas possam viver nas próximas décadas. Não estamos a pensar apenas nas respostas do momento. Esse é o grande desafio do poder político ao nível local, porque, em termos nacionais, alguém deverá falar, mas não sou eu. Temos de preparar as cidades, garantindo, por um lado, a sustentabilidade ambiental, o cumprimento das reservas ecológicas e agrícolas, as regras de ordenamento urbanístico, mas, sobretudo, criando cidades onde as pessoas gostem de viver, seja em Espinho ou Trancoso ou em Idanha. O objetivo da Associação Nacional de Municípios é trabalhar muito com o setor social para que possamos pensar em como criar ou manter municípios onde todas as pessoas tenham boas condições para viver sozinhas. Muitas pessoas vão viver sozinhas, as famílias têm uma organização diferente, os filhos já não continuam a viver com os pais, o que leva a um isolamento. Temos, portanto, de preparar a vida de pessoas que, apesar de isoladas, possam usufruir da sua comunidade, do espa-

ço público, da rua, das atividades desportivas, e também combater a iliteracia, não só ao nível da saúde, mas ensinar as pessoas a ler e a escrever. Ainda é um desafio nos nossos dias, mesmo em áreas metropolitanas, nos principais municípios de Portugal, para que as pessoas possam ler uma bula e seguir as indicações do seu médico. Tudo o que é de interesse para uma população mais idosa é da responsabilidade do município. Não há nada que possamos dizer que seja só responsabilidade do Governo.

Nós queremos ser parceiros. Temos condições para dar resposta, temos recursos ao nosso dispor e, sobretudo, somos quem mais conhece o setor social, seja através da rede social que está instituída com reuniões periódicas, seja pela relação de grande proximidade, de conhecimento e diagnóstico rigoroso. Temos grande capacidade de transformar aquilo que temos.

Deixo aqui uma mensagem de otimismo: acredito que o país e todos nós seremos capazes de preparar uma sociedade que precisa também de promover a natalidade. Precisamos de mais crianças nascidas cá ou noutros países. Precisamos de mais pessoas a viver em Portugal, mas também precisamos de garantir que aqueles que vivem mais anos o façam de forma saudável e feliz. Este é o nosso objetivo comum, seja para os académicos, para quem representa o setor, para a administração central, para o setor social, ou para o poder local. Todos juntos conseguiremos criar essa perspetiva e, sobretudo, confiança de que as previsões demográficas que o Doutor Agostinho Branquinho nos trouxe não são algo que nos deva perturbar. Claro que temos de ter presente que vamos viver mais anos, mas esperamos que a pirâmide etária se alargue também na sua base, porque precisamos de mais crianças e jovens. Isso é decisivo para um desenvolvimento sustentado do ponto de vista social.

Muito obrigada.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Fábio Pinto:

Muito obrigado pelos três excelentes contributos. Julgo que ainda teremos aqui uns breves minutos para permitir uma ou duas intervenções dos presentes, portanto...

Questão de Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas:

Eu gostaria de colocar uma questão. Há dias, estava a ver um filme em que um pai e um filho estavam a fazer *jogging*, e a dado momento o pai diz ao filho: "Para um bocadinho, já não estou a aguentar." E o filho responde: "Oh pai, estás velho." E ele diz: "Pois estou, mas tu estás a envelhecer." Deixava aqui um desafio, porque, quando falamos neste painel, e desculpem-me, a tentação que todos temos é procurar falar nas pessoas idosas. A questão que coloquei na altura à equipa foi: "Será que os nossos jovens, quando nascem, não começam também a envelhecer, nem que seja de um ano para dois anos, e por aí fora?"

E aqui, referindo-me àquilo que a nossa querida Presidente da Associação Nacional de Municípios referiu, tinha que estar hoje, porque senão ia ser perseguida e não podia ser, e quer estar de bem connosco, porque dois milhões e meio atrás de si é muita gente. Mas deixo o desafio também às autarquias: pensemos um pouco sobre o envelhecimento dos nossos jovens, sobre as populações de casais jovens, porque há muitas ocupações de tempos que, na verdade, não são muito saudáveis, o que depois leva a uma sociedade que nós não desejamos – uma sociedade egoísta, em que a segurança começa a ser complicada, mais materialista, mais ligada a valores que, infelizmente, não são os nossos princípios, e que os pais, e nós, temos de cada vez mais, enfim, as autarquias e os responsáveis, dar exemplos, mostrar iniciativas que envolvam, no fundo, todas as camadas etárias, desde o nascimento até à morte

Muito obrigado.

Fábio Pinto:

Muito obrigado.

Mais uma questão? De forma breve.

Questão de Artur Ribeiro, Presidente do Conselho Fiscal da Glória Portuguesa Associação de Socorros Mútuos:

Há duas coisas que não se devem fazer: falar quando se deve estar cala-

do ou calar quando se sente um impulso para dizer algo. Tenho que dizer alguma coisa porque ouvi o Agostinho Branquinho, que conheço há muitos anos, e a Luísa Salgueiro, que conheço há ainda mais tempo, e identifico-me muito mais com o que disse a Luísa do que com o Agostinho.

Vamos ver: sou autarca desde 1980. Aliás, não sei se há alguém no país com 45 anos de serviço como autarca. Acho que as autarquias fazem muito, muito, muito. Podiam fazer mais, mas fazem bastante.

Sou presidente de uma associação aqui no Porto que promove um desporto para doentes com diabetes tipo 2, com mais de 65 anos, escolhidos pelos médicos de família. Não é para quem nós queremos, são os médicos de família que os selecionam. Esse programa, que é fantástico, tem o apoio a 100% da Câmara do Porto. É uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Câmara do Porto e a Associação de Utentes da qual sou, enfim, presidente. Ainda há poucos dias estivemos na Suíça a representar a Federação.

Para dizer o seguinte: as autarquias fazem muito, mas acho que podiam fazer mais. Por exemplo, esta ideia de descentralizar, como a Luísa mencionou agora, para as autarquias, ainda é insuficiente. Quer dizer, não percebo, mas não percebo mesmo, a seguinte questão que deixo: Luísa, na qualidade de Presidente da Câmara de Matosinhos — que também servi como vereador e deputado municipal — e já agora, em dois mandatos na Assembleia de Freguesia de S. Mamede, que passou a cidade graças a mim. Chamaram-me maluco quando fiz a proposta, demorei seis meses a prepará-la com o Joel Cleto, mas levei-a à Assembleia da República e foi aprovada.

Portanto, digo o seguinte: acho que podiam fazer muito mais se o país fosse regionalizado, como a Constituição impõe. Isso não aconteceu porque, entretanto, o ex-líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, e o ex-líder do PS, António Guterres, cozinham um referendo que agora só nos permite avançar com outro referendo.

Há dias, o Doutor Luís Montenegro disse que não pensassem nisso durante esta legislatura. Ora, acho que uma coisa é a descentralização que tem sido feita — em muitos casos, muito mal feita e com prejuízos para as autarquias. Outra coisa é criar regiões administrativas com eleitos próprios, com poderes próprios, com responsabilidade perante os eleitores. Por que é que o país não é regionalizado como a Constituição impõe? Temos regiões autónomas na Madeira e nos Açores, e mais nada.

A pergunta que deixo, tanto para a Doutora Luísa Salgueiro, como Presidente da Associação Nacional de Municípios e Presidente da Câmara de Matosinhos, quanto para o Agostinho Branquinho — que também foi deputado municipal, líder de uma bancada, enquanto eu liderava outra, e recorda-se que o então Presidente

da Câmara, Rui Rio, dizia, na altura do referendo, que eu votei contra, enquanto ele votou a favor — é: agora que foi autarca, percebeu a necessidade da regionalização.

Pergunto o que vai fazer, enquanto dirigente do Partido Social Democrata, para forçar a criação das regiões administrativas? E à Doutora Luísa Salgueiro, se não acha que haveria vantagens em regionalizar o país?

Muito obrigado.

Questão de Nelson Silva, Presidente do Conselho de Administração da Associação Mutualista da Covilhã:

Boa tarde a todos.

A minha questão, que é quase uma reflexão, dirige-se mais à Doutora Catarina Marcelino.

Há pouco falou, e bem, sobre a questão do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado, que é, no fundo, uma evolução daquilo que hoje se faz. Vou dar um exemplo muito concreto da nossa instituição. Temos um Serviço de Apoio Domiciliário com certificação de qualidade, 19001, com aquilo a que chamamos uma equipa multidisciplinar de apoio, que inclui farmacêutico, técnico social, psicólogo, enfim, uma equipa muito completa. Este projeto está consolidado e foi reconhecido no ano passado com um prémio na vertente da saúde, o Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável, atribuído pela CCDR.

Contudo, há aqui uma questão complicada que gostaria que esclarecesse: como é que conseguimos manter este tipo de trabalho — este *upgrade* do Serviço de Apoio Domiciliário — dentro da estrutura de financiamento atual?

No nosso caso, o custo desta operação é praticamente o dobro do apoio que recebemos. Se não fosse o apoio da Câmara Municipal da Covilhã, o apoio de outras empresas no âmbito da sua responsabilidade social, e a capacidade que temos de gerar outras receitas próprias, seria impossível manter este sistema. O Serviço de Apoio Domiciliário que temos já não é o futuro, é o presente, e cada vez mais uma exigência. Dentro da estratégia que referiu, gostaria de saber qual é a sua visão para o futuro, porque este modelo, com o financiamento atual, não é sustentável.

Outra preocupação que gostaria de partilhar, com base em conversas com outros colegas, tem a ver com o último aviso do PRR para as vagas no Serviço de Apoio Domiciliário. Muitos dos edifícios onde operamos têm cerca de 30 anos, e quando nos candidatamos a mais vagas, deparámo-nos com o problema das regras atuais para estes edifícios, que muitas vezes não são compatíveis com o edificado existente. Como conseguimos conciliar as exigências presentes com uma infraestrutura que já tem décadas?

Eram estas as duas questões que gostaria que comentasse.
Muito obrigado.

Fábio Pinto:

Muito obrigado.

Creio que podemos passar a palavra aos nossos oradores para responderem individualmente às questões que foram colocadas.

Agostinho Branquinho:

Telegraficamente, deixem-me dizer o seguinte. Duas notas prévias.

A Doutora Luísa Salgueiro disse aqui há pouco que a geração que nasce hoje vai viver 100 anos. Há uma empresa norte-americana, que todos conhecem, chamada Alphabet — talvez não vos diga muito, mas se vos disser que é a dona do Google, aí todos já entendem. Esta empresa, assim como outras tecnológicas como a Apple, tem investimentos brutais na área da saúde. Neste momento, os estudos que estão a desenvolver, com aprovação da FDA (a entidade reguladora de saúde dos Estados Unidos), que é um padrão mundial, indicam que, possivelmente, dentro de duas décadas, a esperança média de vida nos países desenvolvidos poderá chegar aos 120 anos.

Só para ficarmos mais animados — não vivemos só mais 20 anos, mas talvez um pouco mais, se Deus quiser. Bom, dizer ainda outra coisa muito rapidamente: se vamos ter 3 milhões de idosos, como a Doutora Catarina mencionou, não vamos ter a capacidade de institucionalizar nem metade desses idosos — e nem queremos. Portanto, temos de pensar em outras soluções.

Ainda tentei avançar com isto, mas já estava em fim de época. Não consigo entender, e isto liga-se com a última questão, mas deixarei a Doutora Catarina Marcelino falar sobre isso, até porque tenho responsabilidades nesta área, que não vêm agora ao caso, mas será assunto para outra oportunidade, talvez num novo convite do Doutor Luís Alberto, se ainda houver interesse. O que não entendo é o seguinte: não existe nenhum programa que ajude as pessoas a adaptarem as suas casas, com pequenas obras como baixar os balcões das cozinhas. As câmaras têm, sim, sei disso, mas não há um programa elegível que permita, por exemplo, melhorar a acessibilidade nas casas de banho ou alargar portas para que as cadeiras de rodas possam passar. Há programas que algumas autarquias têm, mas nem todas, infelizmente.

Temos de ter em conta que, talvez, antes de pensarmos em investir em novas construções, devemos considerar que o que custa menos é o investimento inicial, a obra em si; o que realmente custa é a sua manutenção. E falo por expe-

riência própria, porque herdei uma situação complexa, com dezenas e dezenas de instituições que tinham as obras feitas mas não podiam acolher ninguém porque não tinham contratos com a Segurança Social. Às vezes, são estas pequenas coisas, estas *quick wins*, que ajudam a mudar a questão do envelhecimento. E, como referi anteriormente, a responsabilidade individual é essencial.

Quando gerimos uma empresa, fazemos um plano de negócios para que, em princípio, as coisas corram bem. Na nossa vida, temos de ter um plano individual. Decidimos estudar até ao 12.º ano, escolher Medicina ou outra área, mas o que é que vamos fazer ao longo da nossa vida para prolongá-la com qualidade? Este é o ponto sobre o qual gostaria de refletir.

O papel das autarquias, na minha opinião, e esta é a penúltima nota, é central em tudo isto. E atrevo-me a dizer que é quase tão central quanto o das instituições de solidariedade. Quase tão central.

As autarquias têm de definir os seus planos. Têm as suas equipas técnicas, mas acredito que é necessário libertar a sociedade civil e a economia social é a melhor forma de o fazer. As suas instituições, como as mutualidades, as misericórdias, as IPSS, são fundamentais. Sinceramente, acredito que muito do trabalho que tem sido feito, e que aumentou nos últimos anos, passa por delegar em instituições que podem fazer estas tarefas até a custos menores para o Estado, uma medida inteligente no âmbito da poupança.

E, para responder ao meu amigo Artur Ribeiro, a única coisa que lhe posso dizer é que sou regionalista.

Fábio Pinto:

Muito obrigado.

Doutora Catarina Marcelino.

Catarina Marcelino:

Bem, tentando ser rápida, há pouco não mencionei algo importante que o Doutor Agostinho Branquinho referiu, mas gostaria de deixar uma nota sobre a questão dos rendimentos. Porque a questão dos rendimentos é muito importante.

Nós temos um país que ainda se depara com pensões muito baixas. Aliás, o Doutor Agostinho Branquinho falou disso, sobretudo no que diz respeito às pensões da Segurança Social. E temos esperança que isso mude, porque ainda há muitas pessoas a sofrerem com reformas que resultam de um período em que praticamente não descontaram. A sustentabilidade da Segurança Social é outro desafio muito grande, porque antes recebíamos a reforma por volta dos 65 anos e vivíamos

até aos 75 ou 80. Hoje, com as pessoas a viverem até aos 100, como é o caso da minha avó, que tem 101 anos e está reformada desde os 63, já recebe reforma há mais anos do que teve de trabalho e vida ativa. Portanto, este é um grande desafio.

Agostinho Branquinho:

Deixe-me só partilhar uma curiosidade. Costumo fazer este *quiz*: Sabem quando foi definida a idade da reforma aos 65 anos? Foi na segunda metade do século XIX, por um senhor chamado Otto von Bismarck, que na altura era o Chanceler da Prússia, hoje Alemanha. Portanto, vejam de onde vêm os 65 anos.

Catarina Marcelino:

E em Portugal, na altura, as mulheres reformavam-se aos 63. A minha avó ainda ganhou mais dois anos de reforma, porque nessa altura a idade era 63. Mas isto para mostrar que temos aqui um desafio. E há uma questão importante... Existe uma medida política, o Complemento Solidário para Idosos, que de facto foi muito importante para a diminuição da pobreza entre os idosos, porque permitiu às pessoas melhorarem as suas condições de vida, e isso teve efeitos visíveis nas estatísticas, com a diminuição da exposição à pobreza dos idosos desde que a medida foi implementada.

Esta medida teve agora um *upgrade* que eu gostaria de salientar, porque considero importante: o aumento do valor de referência para os 600 euros e a possibilidade de não incluir o rendimento dos filhos no cálculo, o que permite a mais pessoas beneficiarem. E, como disse o Doutor Branquinho, temos vindo a evoluir em alguns aspetos, independentemente dos governos, aproveitando ideias de governos anteriores, e esta é uma dessas medidas que resulta de uma conjugação de esforços entre o governo anterior e o atual. É algo a destacar, pois é essencial para melhorar os rendimentos das pessoas com baixos rendimentos.

Posto isto, rapidamente, quanto às questões que me colocou diretamente sobre o SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), é claro que precisamos de um modelo de financiamento diferente. Para termos um SAD que seja ajustado às necessidades das pessoas, e é disso que falo, precisamos de um serviço que se adapte a cada indivíduo. Hoje, por exemplo, o SAD vai duas vezes por dia à casa da pessoa, por questões de higiene, de manhã e ao final do dia, e leva a refeição. Mas talvez essa pessoa precise de visitas três ou quatro vezes por dia, e isso não pode ser financiado da mesma forma. O serviço tem de ser desenhado à medida das necessidades de cada pessoa, e com serviços mais diferenciados do que os que temos atualmente. Para isso, precisamos de outro modelo de financiamento. Concordo totalmente consigo que o modelo atual, apesar de ser um dos mais bem financiados, não corresponde

às necessidades que descreveu nem ao que desejamos. Portanto, tudo isto tem de ser repensado.

Também gostaria de referir que, no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado com representantes do setor social, incluindo mutualidades, foi assumido um compromisso, pelo primeiro-ministro, de procurar que o financiamento das instituições atinja pelo menos 50% dos custos das respostas sociais. Atualmente, muitas dessas respostas estão a ser subfinanciadas, com apenas 30% de cobertura, o que cria desequilíbrios e desigualdades. As ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas), com as necessidades que têm hoje, são uma das áreas que precisam de mais financiamento, apesar das atualizações recentes que procuram caminhar nesse sentido. A pandemia e a inflação também agravaram esta situação, mas acredito que continuaremos a progredir.

Queria também referir a questão do SAD 4.0, que não mencionei antes. Existe uma medida no PRR que ainda não foi operacionalizada, o SAD 4.0. Esta medida vai permitir que os serviços de apoio domiciliário utilizem meios tecnológicos para melhorar o serviço, quer na estimulação cognitiva dos idosos, quer na gestão dos serviços. Acho que isto é muito importante, pois há muitos programas para a área da saúde, mas na área social ainda há poucos, e é preciso otimizar este setor.

Por outro lado, também existe uma componente de ajudas técnicas para as próprias auxiliares da ação direta, que quando vão à casa dos idosos possam ter equipamentos que as auxiliem no trabalho, pois é um trabalho muito duro e exigente. Estas mulheres, porque são na maioria mulheres, precisam realmente de mais apoio técnico e tecnológico que as ajude nas suas tarefas. Queria deixar aqui estas duas referências.

Quanto à questão que mencionou sobre os edifícios, hoje deparamo-nos com um grave problema, sobretudo nas cidades, como em Lisboa, onde a situação é dramática. Temos edifícios onde foram instaladas respostas sociais que estão completamente desadequados face às exigências legais atuais. Muitas vezes, esses edifícios nunca estiveram à altura das exigências para uma resposta social.

A minha opinião pessoal, enquanto Catarina Marcelino, e não em representação do Instituto de Segurança Social, é que deveríamos ter a capacidade de criar exceções definidas na lei, como aconteceu com os lares, que numa altura tinham o Anexo 2, permitindo menos exigências em alguns casos. Penso que deveríamos ter uma espécie de Anexo 2 para algumas respostas sociais, que permitisse maior flexibilidade. Não podemos encerrar estas respostas, porque se o fizermos, não temos onde realocar as pessoas. Apesar das autarquias serem excelentes parceiras na procura de soluções, temos que encontrar formas de flexibilização, caso contrário, enfrentaremos um problema muito sério.

As instituições não conseguirão modernizar-se, não terão capacidade para se remodelar ou avançar. Precisamos das instituições, porque sem elas, não temos resposta e acabamos num ciclo vicioso.

Assim, alguma solução de flexibilidade terá de ser encontrada.

Obrigada.

Fábio Pinto:

Muito obrigado, Doutora Catarina Marcelino.

Doutora Luísa Salgueiro.

Luísa Salgueiro:

Muito rapidamente, relativamente ao comentário do Doutor Luís Alberto Silva, de facto, estamos todos a envelhecer, e temos essa consciência. O trabalho que fazemos também é influenciado por essa consciência; não trabalhamos só para nós, mas também com essa perspetiva. Acho que o exemplo que trouxe, aquele filme que mencionou, é relevante e deve estar presente no trabalho não só dos responsáveis, mas de todos os envolvidos, pois, seguramente, estamos a trabalhar para a condição que vamos ter no futuro. Acompanho essa ideia e considero um feliz exemplo o que nos trouxe hoje.

Quanto ao desafio do Artur Ribeiro, quando fui eleita Presidente da Associação Nacional de Municípios, levei a Congresso a proposta da regionalização, que foi votada e aprovada por uma grande maioria. Tive o Primeiro-Ministro e o Presidente da República presentes no Congresso, e ambos disseram que o ano certo para o referendo seria 2024. Foi um grande início de funções para mim perceber que havia um alinhamento entre o Governo – o PS tinha a maioria na Assembleia da República, criando condições para isso acontecer – e o PSD, que também tinha essa perspetiva.

Contudo, com a chegada do atual líder do PSD, a posição foi logo alterada, passando a dizer que não havia essa perspetiva e que não era favorável à regionalização. Esta semana, no 2.º Congresso, voltou a ser aprovado o voto a favor da regionalização. Portanto, para a Associação Nacional de Municípios, esse é um tema encerrado – nós somos pró-regionalização. Esta semana, na cerimónia dos 40 anos da Associação, quando o Sr. Primeiro-Ministro esteve presente, o meu discurso foi inteiramente dedicado à defesa da regionalização. O Sr. Primeiro-Ministro interveio a seguir, afirmando que não haverá regionalização nesta legislatura.

Amanhã, penso que sairá um artigo meu no jornal Público, onde volto a expor as razões pelas quais defendo a regionalização. Mas, infelizmente, o ano de 2024 está claramente comprometido. Em 2025 teremos eleições autárquicas, o que

inviabiliza o referendo nessa altura. Esta legislatura tem quatro anos, mas não parece que seja fácil avançar com esse processo. Deveríamos ter a coragem de retirar o referendo da Constituição, mas também não há atualmente um quadro parlamentar para se fazer uma alteração à Constituição da República.

Portanto, nós, os regionalistas, temos de continuar a esperar e resistir, porque, para breve, não se prevê o avanço desse processo. Na minha opinião, a regionalização seria decisiva para o desenvolvimento do país, mas só deve avançar quando houver uma larga maioria e um suporte político-partidário adequado. Caso contrário, corremos o risco de ver um referendo novamente chumbado, o que representaria um adiamento e um retrocesso nos ânimos daqueles que, como nós os três, defendem que a regionalização é importante para o país.

Fábio Pinto:

Doutora Luísa Salgueiro, Doutora Catarina Marcelino e Doutor Agostinho Branquinho, muito obrigado pelos contributos que partilharam connosco.

Doutor Luís Alberto Silva, em meu nome e em nome do Centro de Competências de Envelhecimento Ativo, agradeço o convite e a oportunidade, disponibilizando naturalmente toda a equipa para cooperar no desenvolvimento deste desígnio do envelhecimento ativo e saudável.

Muito obrigado a todos e até breve.

Nota: Durante o encerramento do painel, a União das Mutualidades Portuguesas expressou o seu agradecimento pela presença e intervenção dos membros participantes. João Esteves, vice-presidente da União, foi chamado ao palco para proceder à entrega de lembranças aos oradores.



PRÉMIOS

PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO
PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR
PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL
PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE
PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE

A atribuição de prémios pela União das Mutualidades Portuguesas visa reconhecer e valorizar o papel fundamental de indivíduos e instituições que, pela sua ação e dedicação, contribuem para o fortalecimento dos princípios de solidariedade, cooperação e inclusão social. Estes prémios distinguem-se por reconhecer o mérito e, ao mesmo tempo, fomentar a inovação e o compromisso contínuo com os valores mutualistas

O *Prémio Mutualismo e Solidariedade*, por exemplo, sublinha a importância do trabalho de liderança e da capacidade de gestão em prol do desenvolvimento das associações mutualistas. É uma forma de reconhecer o esforço daqueles que, através da sua visão estratégica e do seu empenho, conseguem transformar instituições em pilares de apoio à comunidade.

Da mesma forma, o *Prémio Cidadania e Solidariedade* pretende destacar o contributo de figuras públicas e líderes que, em funções governativas ou associativas, demonstraram um compromisso com a criação de políticas e iniciativas que promovem a inclusão e melhoram as condições de vida das pessoas mais vulneráveis.

O *Prémio Inovar Para Melhorar*, por outro lado, tem como objetivo premiar projetos que introduzam práticas inovadoras no âmbito do mutualismo, permitindo que estas instituições respondam de forma mais eficaz e criativa aos desafios sociais contemporâneos, incentivando a renovação das práticas mutualistas e o desenvolvimento de soluções que promovam a inclusão social.

Por fim, o *Prémio Trabalhador do Ano* foi criado para valorizar o papel dos trabalhadores nas associações mutualistas, reconhecendo a sua dedicação e o seu impacto na concretização das missões sociais das instituições. Ao premiar os seus trabalhadores, o movimento mutualista evidencia a importância dos recursos humanos na operacionalização e sucesso das suas atividades.

A atribuição destes prémios constitui um reconhecimento formal da importância estratégica das mutualidades na sociedade, sublinhando a inovação e a modernização das práticas institucionais, mas também a dedicação individual daqueles que contribuem de forma decisiva para a sustentabilidade e eficácia das associações mutualistas. Estes galardões, apresentados em diferentes momentos do XIV Congresso Nacional do Mutualismo, servem, portanto, como instrumentos de valorização e promoção do mutualismo, incentivando o desenvolvimento contínuo de soluções inclusivas e a criação de redes de apoio que fortaleçam o tecido social.

PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO

Apresentadores:

O *Prémio Trabalhador do Ano*, instituído pela União das Mutualidades Portuguesas, reconhece o desempenho e a dedicação dos trabalhadores das associações mutualistas. O vencedor foi apurado através de uma votação online no site mutualismo.pt. As candidatas ao *Prémio Trabalhador do Ano* são: Carla Alves, da Familiar de Espinho, Isabel Ferreira, do Legado do Caixeiro Alentejano, e Cristina Moita, da Associação de Socorros Mútuos de S. Mamede de Infesta.

Vamos agora apresentar o vídeo das concorrentes ao *Prémio Trabalhador do Ano 2024*, através do qual vamos conhecer melhor o trabalho e as motivações que levaram à sua nomeação.

(NOTA: O conteúdo que se segue foi apresentado em vídeo previamente gravado, com as apresentações dos participantes.)

Carla Alves, Familiar de Espinho.

José Almeida, Presidente do Conselho de Administração da Familiar de Espinho:

Carla Alves foi eleita para ser a melhor trabalhadora do ano. É funcionária há sete anos e tem-se mostrado uma colaboradora exemplar, sempre disposta a dar tudo o que pode e tudo o que sabe.

Ajuda em várias modalidades, tanto na parte funerária, como na farmácia, e também auxilia na parte dentária. É uma trabalhadora que merece este reconhecimento, e para nós, ao longo destes sete anos, tem sido uma peça fundamental, merecendo, sem dúvida, este prestígio e distinção.

Isabel Ferreira, Legado do Caixeiro Alentejano.

Voz Off a partir de texto enviado por Victor Godinho, Presidente do Conselho de Administração do Legado do Caixeiro Alentejano:

Isabel Ferreira, colaboradora do Legado do Caixeiro Alentejano há 26 anos, é conhecida por todos como Bela. Este não é apenas um apelido, mas também um reflexo da sua essência.

Bela pela sua forma de ser, bela na sua presença. Isabel é incansável na procura pela perfeição e é movida pela vontade de fazer sempre mais e melhor. Tudo o que faz, faz em prol dos outros. Todos os idosos mereciam ter uma Bela

nas suas vidas. A família mutualista do Legado do Caixeiro Alentejano considera-se verdadeiramente sortuda por contar com a Isabel.

Cristina Moita, Associação de Socorros Mútuos de S. Mamede de Infesta.

Alexandre Lopes, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta:

Passámos de um atendimento de 180 a 200 utentes em 2019 para os atuais 750 tratamentos diários. Isto envolve um grande esforço de um vasto leque de terapeutas, auxiliares, administrativos e do corpo clínico, nomeadamente dos nossos médicos fisiatras.

Neste processo, há uma pessoa que se destacou, a nossa terapeuta coordenadora, Cristina Moita. Ela tem desempenhado um papel fundamental. Mesmo nas situações mais adversas, consegue manter a serenidade e ter sempre uma palavra tranquilizadora, especialmente em momentos de maior tensão.

A Cristina tem sido um recurso humano essencial, um pilar neste processo de crescimento, e foi por este motivo que a escolhemos. Aproveito para enviar um abraço a todos os mutualistas e um beijinho especial para a terapeuta Cristina, em agradecimento pelo trabalho extraordinário que tem desenvolvido.

Apresentadores:

Estes são os três rostos das associações mutualistas. O vencedor do *Prémio Trabalhador do Ano 2024* receberá um *voucher* para uma estadia de seis noites, para duas pessoas, oferecida pela Fundação Inatel.

Este ano, como surpresa, o segundo e o terceiro classificados também receberão um prémio: um *voucher* no valor de 50 euros, para utilização nas Termas das Caldas de São Jorge.

Chamamos ao palco Armanda Pereira, presidente do Conselho Fiscal da União das Mutualidades Portuguesas, para anunciar o vencedor e entregar o prémio. Vamos fazer uma breve pausa enquanto aguardamos o resultado da votação.

E o vencedor da edição 2024 do *Prémio Trabalhador do Ano* é... Carla Alves. Carla Alves, trabalhadora da Familiar de Espinho, obteve 9.974 votos. Pedimos que suba ao palco para receber o prémio.

Chamamos também Isabel Ferreira e Cristina Moita para virem ao palco e receberem os seus vouchers.

Pedimos agora à vencedora que se dirija ao púlpito para nos deixar algumas palavras.

Carla Alves:

Bom dia a todos.

Queria, desde já, agradecer a confiança que depositaram em mim, especialmente ao nosso Presidente, Sr. José Almeida, a pessoa mais humana e altruísta que conheci até hoje. É um prazer partilhar o meu dia a dia com ele, sob a sua liderança.

Agradeço também a toda a equipa com quem trabalho diariamente, desde os farmacêuticos ao restante pessoal da associação, bem como aos prestadores de serviços e médicos que colaboram connosco no dia a dia. Sem eles, nada disto seria possível. Para mim, é um privilégio e uma honra vestir a camisola da Familiar de Espinho.

Muito obrigada a todos.

PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR

Apresentadores:

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, entrando agora numa nova fase. Anualmente, há 14 anos, a União das Mutualidades Portuguesas premeia as iniciativas das associações mutualistas que representam exemplos destacados de práticas inovadoras e diferenciadoras dentro do nosso movimento.

O júri deste prémio é composto por Eduardo Graça, Presidente da CASES, Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, e Pedro Portugal Gaspar, Diretor-Geral da Direção-Geral do Consumidor.

Vamos agora dar a conhecer os projetos submetidos pelas associações mutualistas ao Prémio Inovar para Melhorar.

(NOTA: O conteúdo que se segue foi apresentado em vídeo previamente gravado, com as apresentações de todos os projetos participantes.)

Carlos Jorge Silva, Presidente d'A Beneficência Familiar – Associação Mutualista:

A ideia que presidiu esta nossa candidatura ao *Prémio Inovar para Melhorar* assenta, basicamente, em duas premissas. A primeira é o facto de acreditarmos que, pela primeira vez, uma associação mutualista reúne, num único edifício, um conjunto de atividades e serviços que, de forma holística, servem os associados.

Temos uma cantina, um ginásio, fisioterapia, hidroterapia, hidroginástica, salas de formação e, em breve, teremos a clínica de imagiologia e radiologia a funcionar neste mesmo edifício. A segunda premissa é a parceria com outra instituição mutualista, A Lutuosa de Portugal, para instalar aqui a ótica mutualista, que já estava presente em outras associações. Consideramos que esta parceria é interessante, pois promove a cooperação entre instituições, ao invés da competição.

Estas várias vertentes visam contribuir para o bem-estar dos nossos associados.

João Carvalho, Diretor Comercial e Marketing d'A Previdência Portuguesa:

A Casa da Mutualidade d'A Previdência Portuguesa é uma galeria de arte e centro de mutualismo, criada em 2010. Desde fevereiro de 2024, integra também uma cafetaria, dinamizada pelos utentes da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra. Este espaço, além das exposições mensais, oferece agora um novo ambiente de inclusão, onde os utentes da APCC participam ativamente, reforçando os valores do mutualismo, da igualdade e da inclusão.

Maria Isabel Carvalho, Presidente da Clínica São Cristóvão - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa:

Bem-vindos ao Bloco Operatório da Clínica São Cristóvão. Os utentes que vêm para cirurgias são acolhidos pela nossa equipa de enfermagem, que os prepara para a intervenção.

Dispomos de uma sala de descanso para os cirurgiões, com acesso ao elevador exclusivo. Após a cirurgia, os doentes podem ficar internados na nossa clínica. Este projeto destaca-se pela certificação ISO 9001, que reconhece as boas práticas desenvolvidas, garantindo segurança tanto para os doentes como para os profissionais de saúde.

Estela Santos, Diretora Técnica da Farmácia Mutualidade, d'A Mutualidade de Santa Maria:

O projeto MUT Jovem consiste numa ação de literacia em saúde e mutualismo dirigida aos alunos do Agrupamento de Escolas de Ovar Norte. Levamos aos jovens os valores mutualistas, além de temas de literacia em saúde, como a gestão de resíduos de medicamentos, proteção solar, e prevenção de doenças crónicas como a diabetes.

Realizámos rastreios de saúde, conduzidos pelos próprios alunos aos seus professores, abrangendo cerca de 500 estudantes. Foi uma excelente oportunidade para promover o mutualismo junto dos jovens.

Apresentadores:

Muitos parabéns a todos os projetos apresentados!

Chamamos ao palco Manuel Maio, Diretor Regional Norte da CASES, e Pedro Portugal Gaspar, Diretor-Geral da Direção-Geral do Consumidor, para anunciar o vencedor e entregar o respetivo prémio. O projeto vencedor da edição 2024 do *Prémio Inovar para Melhorar é... A Previdência Portuguesa*.

Convidamos agora o representante do projeto "Cafetaria e Galeria da Casa da Mutualidade" a dizer algumas palavras.

António Martins de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração d'A Previdência Portuguesa:

Quero agradecer este prémio que recebemos. Não estava de todo à espera. De qualquer forma, tenho que agradecer também a um elemento da administração, o Ricardo Veloso, que já trabalhou comigo anteriormente, quando eu estive na Câmara, e que tem sido uma grande mais-valia, sempre cheio de ideias. Esta foi uma ideia dele.

Portanto, apesar de ter sido uma iniciativa da administração, a proposta veio dele. Infelizmente, não pode estar aqui, devido aos seus compromissos profissionais. De qualquer forma, muito obrigado, e continuaremos a desenvolver outras atividades. Aliás, como já foi dito, as associações mutualistas devem continuar a promover iniciativas para as pessoas e nós iremos continuar a fazê-lo.

Além disso, apresentámos recentemente um projeto destinado às escolas, na região centro. Estamos a aguardar a sua aprovação. É um projeto ambicioso, mas como acontece muitas vezes, o processo decisório do Estado acaba por demorar um pouco mais. É um projeto ousado, com um investimento significativo, mas acreditamos que será muito relevante.

As associações mutualistas, como aqui foi dito, têm que interagir com outras entidades que possam contribuir para o desenvolvimento das pessoas, e neste caso específico, esperamos trabalhar junto dos jovens, um setor crucial para o futuro do mutualismo, para que possamos transmitir os valores mutualistas a essa geração.

Muito obrigado.

PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Apresentadores:

Passamos agora ao momento de entrega do *Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional*. Estamos a atravessar tempos desafiadores e, mais do que nunca, é crucial unirmos esforços para apoiar aqueles que mais precisam. Tema, aliás, amplamente abordado esta manhã.

Este ano, o prémio será atribuído a uma organização que se dedica incansavelmente à promoção do desenvolvimento sustentável, ao combate à pobreza e à promoção da igualdade em diversas comunidades. Sem mais demoras, o prémio será atribuído à... Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento Na Rota dos Povos. Vamos agora assistir a um vídeo que apresenta o trabalho desta organização.

Voz Off do vídeo:

Criada em 2001 em Matosinhos, a Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento Na Rota dos Povos opera há mais de uma década no sul da Guiné-Bissau, com o objetivo de melhorar o nível de desenvolvimento social e económico das comunidades mais afastadas dos principais centros populacionais. A organização acredita que a educação é o único caminho para transformar as comunidades e dar-lhes esperança num futuro mais digno e promissor. Num país onde, em média, apenas 27% das crianças terminam o primeiro e segundo ciclos, e 160 mil estão fora da escola, a organização já equipou 220 salas de aula em 50 escolas, criou 5 bibliotecas fixas e uma itinerante, desenvolveu duas salas de informática e fornece anualmente material escolar a 10 mil alunos.

A ação da Rota dos Povos expandiu-se a outras áreas, como o acolhimento de crianças órfãs, a educação especial através de um centro equipado para o diagnóstico, tratamento e educação de crianças com deficiência, e a criação de uma academia desportiva. Esta organização exemplar realiza todas as suas atividades através de voluntários dedicados à angariação de recursos, gestão de projetos, comunicação e organização de missões. Possui ainda uma delegação em Catió, onde emprega 35 habitantes locais, promovendo assim a integração e o envolvimento da comunidade.

Pelo relevante papel que desempenha na promoção do desenvolvimento, educação, solidariedade e saúde na região de Tombali, Guiné-Bissau, e pela estreita parceria com associações mutualistas, a União das Mutualidades Portuguesas

atribui à Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento Na Rota dos Povos o *Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional*.

Apresentadores:

Chamamos ao palco os representantes da Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento Na Rota dos Povos: Susana Antunes, Tito Baião e Ivone Vasco.

Para entregar o prémio, convidamos o Sr. Embaixador Luís Cristina de Barros, Vice-Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas.

Susana Antunes:

Quero, antes de mais, agradecer à União das Mutualidades Portuguesas por este reconhecimento ao trabalho da Rota dos Povos.

Em nome de todos os que integram a nossa organização – voluntários e membros – agradeço profundamente.

Este prémio reflete o esforço de mais de 20 anos de trabalho com o objetivo de reduzir desigualdades num mundo profundamente desigual, que já foi mencionado diversas vezes. Mas nós somos apenas uma pequena gota neste vasto oceano. Na verdade, este prémio poderia ser atribuído a muitas outras organizações, grupos de pessoas e cidadãos que, organizados ou não, têm feito um trabalho extraordinário, como vimos, por exemplo, com aqueles que se mobilizaram para ajudar a Ucrânia. Muitas pessoas fazem isto voluntariamente, para melhorar um pouco a vida dos outros. Nós somos uma pequena gota nesse grande oceano.

Iniciámos este trabalho em 2001, primeiro em Angola, depois em Timor, e em 2010 chegámos à Guiné-Bissau. E quando digo "chegámos", é porque, de certa forma, aterramos lá. Desde então, nunca mais conseguimos deixar de fazer algo por aquele povo. É difícil, não só pelas circunstâncias de vida de lá, mas também porque as necessidades são imensas. Hoje falámos muito sobre as nossas dificuldades aqui, mas quando chegamos a um país como a Guiné-Bissau, que está no final dos *rankings* de desenvolvimento humano, as nossas perceções mudam completamente. As necessidades básicas, como saúde e educação, simplesmente não estão satisfeitas.

Não somos mais do que ninguém, mas não conseguimos ficar indiferentes. Somos um grupo de pessoas que, com objetivos solidários, um dia chegou à Guiné-Bissau e não conseguiu voltar de mãos vazias. A região onde estamos é muito distante, sem eletricidade, sem água canalizada, sem saneamento básico. E, com isso, muitas outras coisas também não existem: frigoríficos, tecnologia, recursos que

nem sequer imaginamos não ter. Quando se chega lá, é impossível não querer fazer algo. A Rota dos Povos é isto: pessoas que não conseguem ficar paradas perante tal realidade. Vivemos de donativos, de ajudas individuais e de empresas, e dos 0,5% da consignação do IRS. Se forem ao nosso site, podem ver o número para apoio. Não vou fazer publicidade aqui porque estamos em concorrência com as mutualidades, mas esta é a nossa forma de subsistência, para conseguirmos fazer a nossa parte.

Muito obrigada por este reconhecimento.

PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

Apresentadores:

Serve também este momento para fazermos a rampa de lançamento para a atribuição de um outro prémio. Estamos a falar do *Prémio Cidadania e Solidariedade*, que distingue uma individualidade cujo percurso cívico demonstra preocupação e dedicação às causas das pessoas mais vulneráveis. Convidamos-vos a assistir ao vídeo que se segue.

Voz Off do vídeo apresentado:

Ana Sofia Antunes, um exemplo notável de resiliência, determinação e coragem, nasceu em Lisboa, no ano de 1981. Cresceu em Vale de Milhaços, na Vila de Corroios, e reside em Vila Franca de Xira. Deficiente visual desde o nascimento, enfrentou desafios desde tenra idade. Começou por frequentar uma escola especializada, onde aprendeu Braille, datilografia e outras disciplinas. No entanto, acabaria por fazer todo o seu percurso escolar, até à universidade, no ensino regular.

Apesar das adversidades, Ana Sofia Antunes não desistiu dos seus sonhos. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e exerceu Advocacia durante um ano, antes de assumir o desafio de assessoria jurídica no Departamento de Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2007 e 2013, então presidida por António Costa. Antes de ocupar cargos governativos, presidiu à ACAPO, Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, e foi provedora do cliente da EMEL.

Entre 2019 e 2024, desempenhou as funções de Secretária de Estado da Inclusão em dois governos liderados por António Costa, tornando-se a primeira pessoa cega a integrar o governo português. Durante esse período, não só impulsionou políticas públicas que fizeram a diferença na vida de muitas pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade, como cultivou uma relação de grande proximidade e cooperação com as entidades do setor social e solidário.

No âmbito do Compromisso de Cooperação, Ana Sofia Antunes foi fundamental na assinatura de um acordo histórico para o Setor Social e Solidário, abrangendo mutualidades, misericórdias, cooperativas e instituições particulares de solidariedade social. Este acordo incluiu a revisão do *Código das Associações Mutualistas* e da Lei das Farmácias de Oficina, bem como a celebração de novas convenções para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, pretensões antigas do movimento mutualista.

Durante a pandemia de Covid-19, implementou medidas significativas para apoiar as pessoas com deficiência.

Além disso, atuou para mitigar os impactos da guerra na Ucrânia, focando-se na resiliência económica e na resposta à crise energética.

Pela sua notável dedicação às causas da inclusão e da solidariedade, pelo reconhecimento e sentido de compromisso que sempre manteve com as associações mutualistas, e pelo exemplo inspirador que o seu percurso pessoal e profissional representa para todos nós, a União das Mutualidades Portuguesas deliberou atribuir a Ana Sofia Antunes o *Prémio Cidadania e Solidariedade*.

Apresentadores:

Chamamos ao palco a homenageada Ana Sofia Antunes e Luís Alberto Silva para entregar o prémio.

Convidamos a Ana Sofia Antunes a deixar-nos o seu testemunho.

Ana Sofia Antunes, ex-Secretária de Estado da Inclusão:

Sr. Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas. Sr. Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social. Sra. Diretora do Centro Distrital de Segurança Social do Porto. Sr. Vice-Presidente do Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Ilustres representantes das diferentes mutualidades associadas desta União.

Caros e caras amigas.

Umas breves palavras para agradecer as simpáticas palavras do vídeo que a União das Mutualidades aqui preparou e exibiu. É um orgulho imenso para mim poder estar aqui hoje e receber esta homenagem das mãos do meu querido amigo Luís Alberto Silva. Foram oito anos de trabalho muito intenso.

Foi uma oportunidade gigante que não me permitiu outra postura que não fosse, estando no sítio certo, na hora certa, fazer o meu trabalho, desempenhar o meu papel. Foram diferentes, variados, os momentos de grande desafio que atravessámos durante estes oito anos. Os senhores sabem-no melhor do que ninguém, porque, estando à frente de associações e entidades do setor social e solidário, entidades da economia social, viveram connosco esses momentos de grande desafio e exigência.

Refiro-me naturalmente ao período da pandemia e à crise inflacionista que se lhe seguiu nos anos mais recentes. Durante a pandemia, a nossa maior preocupação, enquanto governo na altura, foi garantir que as populações, especialmente as mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, não fossem afetadas pelo encerramento da economia e da sociedade em geral, a que todos fomos sujeitos.

Procurámos garantir que as pessoas continuassem a receber rendimentos, mesmo com as empresas a suspenderem atividades e, em alguns casos, a encerrar. Garantimos que as pessoas continuassem a receber apoio dos centros de dia, das instituições que lhes prestavam assistência regular em casa, e que esse apoio continuasse a ser prestado, porque não havia outra forma de garantir a sobrevivência e subsistência desses cidadãos. Assegurámos que várias respostas sociais, que nunca poderiam sequer ponderar encerrar, continuassem a funcionar, pois os mais vulneráveis delas dependiam.

Fosse nas estruturas residenciais para pessoas idosas, nas unidades de cuidados continuados ou nas respostas para pessoas com deficiência, estas foram as que, de facto, não puderam encerrar. E foi graças a muitos colaboradores que disseram “presente” e continuaram, todos os dias, a dar esse apoio, a exercer as suas funções, muitas vezes em detrimento das suas próprias famílias e interesses pessoais, que conseguimos ultrapassar este período. Foi também graças a muitos dirigentes, que continuaram, na maioria dos casos de forma voluntária, a garantir que estas instituições continuassem a funcionar. Assim, foi possível enfrentar este período com os resultados positivos que Portugal apresentou, incomparavelmente melhores do que os observados em outros países da União Europeia.

Isso demonstra que o nosso Estado Social e o nosso setor social e solidário são fortes, resilientes, e responderam prontamente quando mais foi necessário. Ao Estado coube garantir os meios e os recursos para que isso acontecesse. Foram dias e noites de grande desafio, em que funcionámos num estado maior no Ministério, permanentemente em equipa. E só é possível superar isto assim, todos juntos: nós, as nossas equipas, o Instituto da Segurança Social, os centros distritais, cada um dos funcionários que continuou a colaborar, e também o reforço dos laços com o setor social e solidário, algo que ficou a partir desse momento.

Este reforço marcou de forma muito positiva a forma como passámos a relacionar-nos com o setor social e solidário nos últimos anos e permitiu dar passos significativos em frente. Fosse na negociação de cada Compromisso de Cooperação bianual, de cada adenda intercalar ou das adendas extraordinárias, conseguimos dar respostas adaptadas às exigências dos tempos. Fosse durante a pandemia ou com o desafio da inflação e o aumento dos preços da energia e dos alimentos, tivemos de encontrar soluções rápidas.

Foi esse o nosso papel, e penso que, em conjunto, conseguimos dar uma resposta muito positiva dentro do contexto geral destes momentos difíceis. Espero que o último grande passo que demos, a assinatura do Compromisso de Cooperação 2023-2024, seja implementado em pleno. Este compromisso prevê medidas de extrema relevância, como o tema das camas sociais, das farmácias

hospitalares mutualistas e dos pagamentos diferenciados para situações de maior dependência ou doenças degenerativas. É fundamental que estas normas se concretizem de forma prática e dentro do prazo de vigência deste acordo.

A mim, resta-me reiterar o meu agradecimento por este prêmio. Fiz o que tinha de fazer, por estar no sítio certo, na hora certa, e só o consegui porque tive uma equipa extraordinária e parceiros leais a trabalhar comigo.

Obrigada.

PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE

Apresentadores:

É chegado o momento da entrega do *Prémio Mutualismo e Solidariedade*, que distingue uma personalidade com um contributo relevante para o desenvolvimento do mutualismo. Vamos assistir a um vídeo.

Voz Off do vídeo:

Nasceu em 1955, na cidade dos estudantes, onde cresceu e onde reside. É casado e pai de uma filha. Licenciou-se na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1978. No seu percurso profissional, destaca-se a passagem pela Câmara Municipal de Coimbra, onde foi chefe da Divisão de Aprovisionamento

Empreendedor por natureza e dotado de uma visão estratégica invulgar, construiu uma carreira empresarial relevante em diversos setores, atualmente nas áreas da contabilidade e seguros. Estamos a falar de António Martins de Oliveira, cuja ligação ao mutualismo começou em 1988, quando se inscreveu como associado d'A Previdência Portuguesa.

O seu compromisso com a comunidade e o espírito de serviço levaram-no a integrar, pela primeira vez, os órgãos associativos em 2020. Desde então, soma três mandatos consecutivos como membro da Assembleia Geral, um no Conselho Fiscal e quatro no Conselho de Administração, os três últimos como Presidente. A sua liderança impulsionou um ciclo virtuoso de desenvolvimento, modernização e expansão da instituição, tornando-a uma referência no mutualismo e num exemplo de solidariedade e cooperação com as comunidades.

António Martins de Oliveira é também uma figura ativa e uma voz respeitada no movimento mutualista em Portugal. Participa nos órgãos associativos da União das Mutualidades Portuguesas, em grupos de trabalho e em espaços de reflexão estratégica sobre o futuro e as áreas de intervenção do setor.

Pelo seu percurso cívico, sempre pautado pelos princípios e valores mutualistas da solidariedade, entajuda e humanismo, e pelo seu contributo e dedicação à causa mutualista, a União das Mutualidades Portuguesas decidiu atribuir a António Martins de Oliveira o *Prémio Mutualismo e Solidariedade*.

Apresentadores:

Convidamos agora a subir ao palco o homenageado António Martins de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração d'A Previdência Portuguesa, e o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas,

Luís Alberto Silva, para a cerimónia de entrega deste prémio. Pedimos agora ao Doutor Martins de Oliveira que nos dirija algumas palavras como testemunho deste prémio.

António Martins de Oliveira:

Francamente, não estava à espera disto, mas tenho que agradecer.

Não tenho feito mais do que aquilo que entendo ser o meu dever. A nossa instituição tem vindo a melhorar, com o contributo de todos os elementos da administração, colaboradores, prestadores de serviços e trabalhadores. Conseguimos implementar algumas alterações visando o futuro, e o meu objetivo é garantir a sustentabilidade da instituição para que ela perdure por, pelo menos, mais 95 anos.

Desejo deixar a instituição sólida quando terminar o meu mandato na administração. Tenho falado, inclusive com o Doutor Luís Alberto Silva, sobre a importância de tornar o mutualismo uma realidade mais conhecida em todo o país, algo que muitas vezes ainda não é. Talvez parte do problema esteja nas próprias associações e nas circunstâncias da vida atual, que são um pouco complicadas.

Gosto de dar este exemplo: há uns dois ou quatro anos, estive a ler as atas e, em 1949, creio eu, tínhamos um correspondente na Guarda e em Castelo Branco. Naquela altura, os mais velhos recordarão como era difícil chegar a esses locais. Hoje, com todas as redes sociais e meios de comunicação, enfrentamos dificuldades em transmitir o conceito mutualista que, no meu entender, é um conceito muito atual. A nossa instituição, criada em 1929, surgiu num contexto de grandes dificuldades económicas. Quem conhece um pouco da história, sabe que nessa época, se o homem da família adoecesse ou falecesse, a família ficava desamparada. A Previdência Portuguesa foi criada para enfrentar esse tipo de problema.

Hoje, apesar de termos o Estado Social, continuam a existir problemas. Se as pessoas se associarem, poderão melhorar a sua situação e a das suas famílias, e é isso que a Previdência Portuguesa está a fazer, assim como, acredito, todas as outras associações mutualistas. Ainda assim, creio que podemos fazer melhor. Em breve, espero poder implementar algo que, julgo eu, trará os mais jovens para as associações.

Algumas associações enfrentam dificuldades porque grande parte dos seus associados são pessoas muito idosas. Precisamos de atrair os jovens. O Doutor Luís Alberto Silva tem feito alguns apelos nesse sentido, mas acredito que temos de criar mecanismos para cativar os jovens. Precisamos entender, no contexto atual de sobrecarga de informação, como podemos comunicar eficazmente o nosso valor.

Na Previdência, temos um técnico competente em Marketing e Comunicação que nos tem ajudado muito a dar visibilidade à nossa associação. Fico contente quando outras instituições reconhecem que a nossa associação agora é mais conhecida. Creio que temos trilhado um bom caminho e precisamos de continuar a melhorá-lo. É para isso que estamos aqui, como dirigentes: para garantir que as nossas associações tenham êxito e que continuem a existir por muitos anos.

Muito obrigado. Estou genuinamente surpreendido, não esperava este prêmio.

Obrigado.



OUTROS MOMENTOS

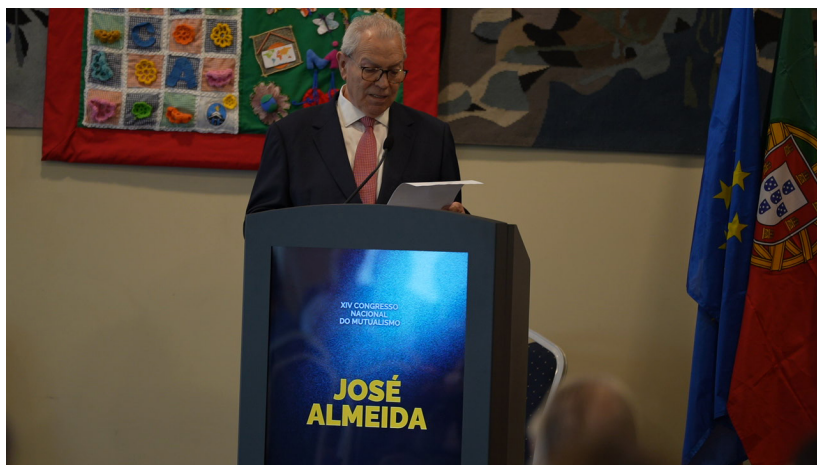
A participação ativa de diferentes faixas etárias e a integração de momentos simbólicos durante o XIV Congresso Nacional do Mutualismo refletiram os valores fundamentais do movimento mutualista, promovendo o envolvimento coletivo e intergeracional. Um exemplo marcante dessa participação foi a criação dos ímanes decorativos, entregues a cada participante do congresso. Estas lembranças, feitas de materiais recicláveis, não apenas simbolizam a sustentabilidade, mas foram também fruto da criatividade e do esforço das crianças dos centros infantis das mutualidades. Cada íman foi elaborado com a supervisão das respetivas equipas técnicas, testemunhando o envolvimento das gerações mais jovens na construção de laços comunitários e no fortalecimento dos princípios mutualistas. A iniciativa reforçou o sentimento de pertença e partilha, promovendo, desde cedo, o espírito de solidariedade que define o movimento mutualista.

Paralelamente, a apresentação da Manta Mutualista durante o congresso destacou a colaboração e o empenho dos utentes mais idosos das respostas sociais das associações mutualistas. Esta manta, composta por pequenos retalhos tecidos e bordados pelos idosos dos lares e centros de dia de todo o país, tornou-se um símbolo tangível da solidariedade e da união que permeiam o mutualismo. Cada retalho, carinhosamente criado, representa a força coletiva do movimento e o compromisso intergeracional que une os membros das mutualidades. O processo de criação da manta não só estimulou a criatividade e a imaginação dos idosos, como também promoveu a sociabilização e o bem-estar, transformando as salas de atividades das instituições em verdadeiras oficinas de arte.

Os momentos musicais do congresso foram outro ponto alto do evento, sublinhando a importância da expressão artística enquanto meio para fortalecer a coesão social. Marta Costa, violinista, e o Grupo Musical da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, proporcionaram momentos de celebração mas também de reflexão ao longo do congresso. Desde o início dos trabalhos até ao final do evento, as suas atuações pontuaram os diferentes momentos do programa, conferindo uma dimensão cultural e emocional à jornada de trabalho e discussão. A música, ao transcender as palavras, ofereceu uma oportunidade para unir os participantes em torno de uma experiência sensorial comum, reforçando a atmosfera de cooperação e solidariedade que caracteriza o movimento mutualista.

Por fim, a transição da Chama Mutualista constituiu um dos momentos mais emblemáticos do congresso. Este símbolo, que percorre anualmente as associações mutualistas de norte a sul do país, representa a força e vitalidade do mutualismo ao longo dos séculos. A cerimónia de passagem da chama, iniciada com o Presidente da Associação de Socorros Mútuos de Serzedo, o Sr. Professor Joaquim Devesas, e recebida pelas representantes da Associação de Socorros

Mútuos Benaventense, Celeste Dinis e Telma Dinis, simbolizou o contínuo esforço das mutualidades em levar os seus valores à comunidade. A chama, ao passar de mãos em mãos, reforça os laços entre as associações, sublinhando a natureza dinâmica e vital do movimento. O gesto simples, mas carregado de significado, reflete a continuidade da solidariedade que, mesmo após oito séculos de história, permanece o pilar central do mutualismo em Portugal.



SESSÃO DE ENCERRAMENTO

JOSÉ ALMEIDA

*VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS*

José Almeida

Vice-Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas

Caras e caros companheiros mutualistas, demais participantes, minhas senhoras e meus senhores,

Estamos no encerramento do nosso 14.º Congresso Nacional de Mutualismo. Foi uma grande jornada de reflexão e debate sobre os desafios do presente e do futuro, e de celebração do mutualismo, que conta com 848 anos de história em Portugal.

Premiámos a inovação, o desempenho e a dedicação dos trabalhadores das associações mutualistas. Destacámos personalidades que são exemplo de solidariedade e dedicação à causa do mutualismo.

A União das Mutualidades Portuguesas agradece profundamente a todos os que contribuíram para o sucesso deste evento. Aos intérpretes dos vários momentos musicais, nomeadamente à violinista Marta Costa e ao grupo musical dos artistas da Associação de Bragança, ao *staff* que trabalhou incansavelmente nos bastidores, às crianças, idosos e equipas das respostas sociais das associações que se envolveram na criação artística das lembranças e da Manta Mutualista

Agradecemos também a todos os participantes que partilharam as suas experiências e visões.

Aos nossos parceiros, que continuam a apoiar e acreditar no valor do nosso trabalho e das entidades que representamos.

Encerramos este congresso com uma energia renovada, expressando a nossa gratidão por terem partilhado connosco esta celebração do mutualismo.

Viva o mutualismo!

Muito obrigado a todos. Boa viagem.

Nota: No encerramento do 14.º Congresso Nacional de Mutualismo, foi destacado, por parte dos apresentadores José Dias e Maria João Cardoso, o privilégio de fazer parte de um evento que proporcionou momentos de grande valor e reflexão. Ao longo do dia, os participantes puderam assistir a comunicações de elevado nível e participar em diversas atividades que enriqueceram o debate e o conhecimento sobre o movimento mutualista. Foi sublinhada a importância da interação e

envolvimento de todos, tanto dos que transmitiram saber e provocaram reflexão, como dos que participaram de forma ativa nas discussões. Embora o dia tenha sido longo, a presença de todos até ao final simbolizou a resiliência do mutualismo, que há 848 anos tem mantido o seu papel em Portugal. Na mensagem final, foi expressa a gratidão pela presença de todos e o 14.º Congresso Nacional de Mutualismo foi oficialmente encerrado com votos de um bom regresso a casa.



Maria do Rosário Palma Ramalho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal.



Ana Sofia Antunes, ex-Secretária de Estado da Inclusão.



Marco António Costa, ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.



António Costa e Silva, ex-Ministro da Economia.



Fábio Pinto, Centro de Competências de Envelhecimento Ativo.



Agostinho Branquinho, ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social



*Luisa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo
da Associação Nacional de Municípios Portugueses*



Catarina Marcelino, Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social, I.P.



Eunice Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista.



Tiago Brandão Rodrigues, Ex-Ministro da Educação.



André Cardoso, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.



Domingos Lopes, Presidente do Conselho Diretivo do IEFP.



Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas.



Maria Isabel Carvalho, Presidente da Clínica São Cristóvão - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa.



Antônio Martins de Oliveira, vencedor do Prémio Mutualismo e Solidariedade.



Maria do Rosário Palma Ramalho recebe lembrança das mãos de Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas.



Carla Alves, vencedora do Prémio Trabalhador do Ano, juntamente com José Almeida, Presidente do Conselho de Administração da Familiar de Espinho.



Membros da ONG Na Rota dos Povos recebem Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional das mãos de Luís Cristina de Barros, Vice-Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas.



Marta Costa, violinista.



Grupo Musical dos Artistas da ASMAB.



Ímanes desenvolvidos pelas crianças dos Centros Infantis das Mutualidades.



Manta Mutualista exposta atrás do púlpito.

ORADORES

Carla Silva
Luís Alberto Silva
Maria do Rosário Palma Ramalho
Maria Isabel Carvalho (apresentação)
Marco António Costa
Eunice Gonçalves (moderadora)
André Cardoso
Domingos Lopes
Tiago Brandão Rodrigues
António Costa e Silva
Fábio Pinto (moderador)
Agostinho Branquinho
Catarina Marcelino
Luísa Salgueiro
José Almeida

União das Mutualidades Portuguesas

Avenida 29 de Março. 754 Loja 14, Apartado 58
3885-518 Esmoriz
Telefone: 256 112 880
www.mutualismo.pt | uniao@mutualismo.pt



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.